**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS**

**UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO**

**CURSO DE LETRAS-PORTUGUÊS**

**LUAN QUADROS**

**A INDIVIDUALIDADE NO CASAMENTO LISPECTORIANO**

**OU**

**A SOBREVIVÊNCIA DE UMA AUTONOMIA**

**SÃO LEOPOLDO**

**2018**

LUAN QUADROS

**A INDIVIDUALIDADE NO CASAMENTO LISPECTORIANO**

**OU**

**A SOBREVIVÊNCIA DE UMA AUTONOMIA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Licenciado em Letras – Português, pelo Curso de Letras da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Eliana Inge Pritsch

São Leopoldo

2018

**AGRADECIMENTOS**

À minha família, em especial, à minha mãe, Lisiane Quadros, que sem o seu apoio imensurável, eu jamais teria sabido da sensação que é essa conquista, acreditando em mim o que nela sempre permaneceu em silêncio: a arte de ensinar!

Aos meus amigos e colegas de Curso que me acompanharam durante cinco anos de muita leitura, discussão e café!!

À minha professora-orientadora, Eliana Inge Pritsch, pela paciência e constante acompanhamento durante o desenvolvimento deste Trabalho. Às suas aulas de literatura, que me “alfabetizaram” para a compreensão dos textos literários, sua essência e musicalidade, fazendo com que até hoje ecoem nos meus pensamentos. Às didáticas aplicadas em suas aulas que me fazem pensar ainda mais na beleza que é ser professor de literatura.

Àqueles também com quem convivi na Casa de Estudante, durante três anos, e que tive a sorte de aprender seja pela compatibilidade de ideias ou mesmo sem elas. Em especial, aos meus eternos colegas de quarto pelas infindáveis discussões, Raíque Ramos e Fernando Roque.

À Alexsandro Aires, pela confiança no meu trabalho e pelas divagações em torno de “O ovo e a galinha” que, para ele, ainda segue sendo um mistério inexplicável.

Por fim, à Clarice Lispector, que sem ela nada disso seria escrito!

“Agora sei: sou só. Eu e minha liberdade que não sei usar. Grande  
responsabilidade da solidão.”

Clarice Lispector

**RESUMO**

Dentro da produção literária de Clarice Lispector, indo do romance à crônica de jornal, merecem atenção os contos produzidos a partir da década de cinquenta, dando à autora destaque na literatura brasileira. Em seus contos, no que se refere às personagens, estão, predominantemente, mulheres encerradas em uma realidade que as restringem tão-somente ao espaço doméstico e às suas diversas demandas. Por isso, para fugir da opressão do cotidiano, vemos o modo como elas, com frequência, se “ressignificam” através da fantasia, dos sonhos alimentados e mantidos em segredo, com a esperança de um dia alcançarem a liberdade de “ser”. O exercício de funções preestabelecidas de que são incumbidas só lhes reforçam os mesmos papéis: de mãe, de esposa, dona-de-casa. O casamento, com tantas atribuições e encargos cobrados da mulher, presente em boa parte da produção da autora, pode mesmo significar a felicidade que tanto elas desejaram desde a juventude? É com base nisso e amparado em *O segundo sexo*, tomo I e II, de Beauvoir, que este Trabalho de Conclusão, a fim de elucidar em que medida ocorre a insatisfação feminina no casamento, partiu da seleção prévia de alguns contos que se aproximavam quanto à temática a ser discutida, deixando-se de lado aqueles em que tal temática está em segundo plano. Tendo a obra citada acima como a principal condutora, outros estudos, não menos importantes, merecem destaque, como *Psiquiatria e feminilidade* (1997), *Trabalho feminino e sexualidade* (1997) e *Recônditos do mundo feminino* (1998), escritos, respectivamente, por Engel, Rago e, por último, Maluf e Mott. Com esta finalidade, elencamos os contos correspondentes à primeira fase da autora, justamente aqueles em que o casamento aparece expressivamente, a saber: “O triunfo” (1940), “Amor”(1960), “Os obedientes”(1964), “O ovo e a galinha”(1964); com relação a este último, mesmo que o matrimônio não permaneça tão óbvio, ao menos é presumível se pensarmos o contexto histórico aliado ao narrativo. A partir disso, satisfatoriamente provamos que o casamento não trouxe a completa realização das personagens analisadas, pois cada qual nos revelou em determinada medida suas queixas e apreensões. Diante do que dizíamos a respeito da demanda oriunda do casamento, vimos que, apesar das obrigações diárias a que lhes foram impostas, essas personagens não se eximiram completamente de um exame da própria existência, concluindo, de forma geral, que o casamento nada mais lhe significa do que uma convenção social a ser seguida. Chegamos à constatação, portanto, que o que elas buscam no casamento não está de acordo com a individualidade que parece “florescer” aos poucos, mas sim, a mera obediência aos preceitos morais de uma sociedade que se assenta em uma estrutura patriarcal.

Palavras-chave: Clarice Lispector; feminilidade; liberdade; casamento; contos

**SUMÁRIO**

[1 INTRODUÇÃO 6](#_Toc530040592)

[2 IDENTIDADE FEMININA NA SOCIEDADE 10](#_Toc530040593)

[3 EM BUSCA DA LIBERDADE PERDIDA EM CLARICE LISPECTOR 22](#_Toc530040594)

[3.1 O triunfo ou ELA ERA A MAIS FORTE 24](#_Toc530040595)

[3.2 Amor ou UM CEGO ME LEVOU AO PIOR DE MIM MESMA 33](#_Toc530040596)

[3.3 O ovo e a galinha ou ENTENDER É A PROVA DO ERRO 56](#_Toc530040597)

[3.4 Os obedientes ou O AMOR À SIMETRIA 83](#_Toc530040598)

[CONSIDERAÇÕES FINAIS 9](#_Toc530040599)5

[REFERÊNCIAS 102](#_Toc530040600)

# 1 INTRODUÇÃO

Uma mulher, aos seus quarenta e um anos, intelectual francesa, escreveu uma vez, proclamando à sociedade da época: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”. Essa frase que inicia o segundo tomo de *O segundo sexo[[1]](#footnote-1)* de Simone de Beauvoir(1967), que bem pode introduzir, com êxito, o que este trabalho pretende analisar e discutir, evidencia uma relação conturbada em que a mulher se vê no centro das discussões e determinações da sociedade. Foi a partir desta publicação, lançada originalmente em 1949, embora o movimento feminista tenha eclodido uma década depois, que foi possível perceber a mobilização da sociedade, principalmente por parte das mulheres, e a repressão, por outro lado, dos conservadores de vários segmentos, compostos tanto por homens quanto por mulheres. Simone de Beauvoir, filósofa, ensaísta, romancista e feminista, rodeada por homens ilustres do seu tempo, como também do seu próprio marido Jean Paul Sartre, empenhou-se a fundo na história das mulheres, retratando-as a partir de matrizes de vários períodos históricos para responder à pergunta: que representa a fêmea no reino animal? E que espécie singular de fêmea se realiza na mulher? O título de sua obra já nos revela uma constatação pertinente à análise feita por Beauvoir: à medida que a obra vai discutindo a posição da mulher na sociedade diante da “soberania” masculina, a autora justifica então que a mulher é o segundo sexo, já os homens são o primeiro. Entretanto, a mulher ainda pode ser o terceiro sexo, que é quando justamente acontece a “liberdade” feminina que se vê livre das exigências da natureza.

Ao longo da obra, a autora realiza um recorte de várias áreas do conhecimento – história, psicanálise, biologia, etc. – para suscitar os diferentes discursos que há tanto tempo haviam se perpetuado e, consequentemente, sujeitado a mulher à sociedade e à autoridade masculina. Para isso, vemos como ela nos aponta, desde o primitivismo humano quando a sociedade estava constituída em tribos nômades, que a mulher começa a assumir uma função específica que resultará na reconfiguração dessa mesma sociedade, ou seja, a partir do momento em que houve a fixação dessas tribos nas terras e, dessa forma, a necessidade de garanti-la, foi que a ela se atribuiu a função materna como efetividade de tal posse. Com a função estabelecida e a constante e “desregrada” prole, cada vez mais ela ficou circunscrita ao ambiente doméstico, à agricultura, ao passo que aos homens coube a exploração de outros espaços e o aperfeiçoamento das ferramentas tecnológicas. Assim, se antes ela não assumia um claro papel dentro da sociedade, no entanto, será com a propriedade privada que ela o terá e, ao mesmo tempo, será “parte” desta.

Embora haja registros[[2]](#footnote-2) que manifestam um questionamento da diferença entre os sexos feito tanto por homens quanto por mulheres que tinham acesso à escrita, revelando-nos a desigualdade de privilégios, foi somente com a chegada do século vinte que, de fato, a ruptura de um sistema extremamente patriarcal deu lugar, aos poucos, às mulheres na sociedade e a sua inconformidade diante da situação vivida há séculos. A reivindicação feminina para ter um lugar na sociedade, mais especificamente depois do período de pós-guerra, culminando no movimento feminista já em fins da década de sessenta, foi tida, no entanto, como afronta aos preceitos morais vigentes e mesmo como “desejo” de ser o próprio sexo masculino. Como resposta e receio dessa expansão feminina no cenário masculino, houve, por parte dos conservadores, o “ressurgimento” de velhas concepções, como, por exemplo, acerca da importância da maternidade para a estrutura familiar, a “incapacidade” feminina, justificada por teorias das mais diversas, para o trabalho fora do lar que exige força e “liderança”, visto que o caráter delas está ligado à fragilidade e à indecisão – como poderiam, então, comandar no mundo do trabalho?

Diante destas questões que o ensaio discute, encontramos um arcabouço de argumentos que põem em foco o que é o ser feminino na história da humanidade e como ele vem sendo constituído, uma vez que é resultado do que pensa a sociedade. A produção literária, por sua vez, como fonte histórica, tem servido recentemente à historiografia que a utiliza para estudar a sociedade em determinados períodos. A partir desse ponto, portanto, buscamos na obra de Clarice Lispector a representatividade das personagens, especificamente as mulheres, para, à luz da teoria de Beauvoir, depreendermos como se dão as suas relações dentro do espaço doméstico, e que carga significativa ele nos transmite, como também o espaço fora do lar. Assim, considerando-se a interferência feminina quanto a esse último, podemos perceber que elas o fazem na mesma medida do que os homens? De antemão, temos que, na maioria dos casos, estas personagens poucas possibilidades possuem para intervir nas decisões do mundo, sendo que a manutenção da casa é a única ocupação possível. Por outro lado, vemos que elas não aceitam de forma passiva, embora não ajam concretamente para inverter a situação imposta a elas. Ainda sobre a intervenção, temos a sua manifestação quase sempre simbólica e indiretamente, constatando o próprio desejo de liberdade e, consequentemente, a conquista de uma autonomia em que se evidencie a individualidade como renúncia ao domínio masculino.

Em face disso, o casamento é apenas uma correspondência aos preceitos de que tratávamos e, se a rotina que ele implica é opressiva, no entanto, não “anulará” por completo a insatisfação destas personagens, porém, conforme dizíamos há pouco, elas nada farão para mudar a situação, constituindo-se mais em uma busca da consciência de si do que rompimento com o laço matrimonial. Entretanto, também não podemos simplesmente concluir que a aceitação feminina na autora pretende apenas marcar uma identidade compartilhada entre as personagens, pois isso seria menosprezar a verdadeira mensagem contida nas entrelinhas. À procura de em que medida significativa se expressa a inconformidade destas personagens sobre a situação que vivem é que nos incumbimos de analisar o contexto social, observando-se como elas se “comunicam” dentro e fora do lar e, paralelamente a isso, como se dá a construção de uma individualidade entremeada de fantasias, de sonhos.

Com este propósito, o trabalho está estruturado em dois capítulos: *Identidade feminina na sociedade* e *Em busca da liberdade perdida em Clarice Lispector*. Acerca desse último capítulo, que compõe e introduz o *corpus* de análise, a reflexão gira em torno da mudança temática feita por Clarice e disso poderíamos perceber certa “evolução” das personagens, uma vez que elas parecem não mais se preocupar só com o casamento. Já a respeito do primeiro capítulo, a discussão se volta para o modo como a mulher foi inserida na sociedade, atribuindo-se-lhe funções que determinaram a sua essência enquanto ser e, ao mesmo tempo, a conceituação da feminilidade. Para essa discussão, de caráter mais social, empregamos as considerações de Maluf e Mott[[3]](#footnote-3) que nos dão a dimensão do comportamento feminino dentro de uma perspectiva patriarcal. A influência que tiveram sobre o comportamento delas os discursos de áreas distintas, obtemos a partir das contribuições de Rago e Engel[[4]](#footnote-4), abordando, respectivamente, a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a sua sexualidade e, por último, a relação da psiquiatria como determinante para a repressão das mulheres.

Partindo desse recorte teórico, o foco deste trabalho se concentra na análise e discussão de quatro contos da autora: “O triunfo” (1940), “Amor” (1960), “Os obedientes”(1964) e “O ovo e a galinha” (1964). O elemento comum que perpassa os contos está na própria ambientação narrativa, ou seja, as personagens desencadeiam seus conflitos nas relações mantidas com a rotina doméstica, com os filhos e com o marido. Com relação à presença do marido, figura extremamente significativa para entendermos o comportamento delas, nem sempre será marcada de forma expressiva na narrativa, é o caso, por exemplo, de “O ovo e a galinha”, que não temos acesso a ele nem tampouco ao casamento. Podemos, no entanto, quanto ao casamento, considerá-lo existente na medida em que os filhos da personagem participam do enredo. Simultaneamente ao espaço narrativo, o casamento é o principal condutor das relações estabelecidas entre as personagens, porém, ele o é também o motivo pelo qual elas não conseguem efetivar a sua presença no mundo social. Ao considerarmos a produção da autora, vimos que é recorrente a imagem da mulher “resignada” e, assim, embora retrate as mulheres quase sempre preocupadas com a organização do espaço doméstico e com o marido, haveria em Clarice Lispector uma renúncia feminista?

# 

# 2 IDENTIDADE FEMININA NA SOCIEDADE

A história da humanidade decretou, ao longo de muitas civilizações, o Destino da mulher. Em algumas dessas civilizações, elas tinham certas liberdades, porém sempre relativamente ao homem. Como acentua Beauvoir (1970), se a diferença entre os sexos inicialmente foi sutil, no entanto, quando necessário, os homens mostravam quem constituía o “primeiro sexo”. Com o passar do tempo, a predominância masculina nas decisões tomadas na sociedade contribuiu para que a diferença se tornasse mais visível e com isso a atribuição quanto ao que devia ser desempenhado por elas. A existência feminina passou então a significar passividade, atrelada ao homem como complemento, jamais como unidade. A conquista do mundo ligada ao domínio masculino implicou a soberania deste ao mesmo tempo que a anulação do feminino enquanto ser atuante. A partir disso, no início do primeiro tomo de *O segundo sexo* (1970), a autora assim define a motivação que a levou a escrever sobre o ser feminino:

A querela do feminismo deu muito que falar: agora está mais ou menos encerrada. Não toquemos mais nisso... No entanto, ainda se fala dela. E não parece que as volumosas tolices que se disseram neste último século tenham realmente esclarecido a questão. Demais, haverá realmente um problema? Em que consiste? Em verdade, haverá mulher? (BEAUVOIR, 1970, p. 07)

Com base nesta ideia de Beauvoir, este Trabalho de Conclusão pretende encaminhar-se para a reflexão sobre o feminismo, considerando-se dois tópicos norteadores: primeiro, que ainda se faz necessário discutir o percurso da mulher na história da humanidade até os dias atuais, já que, para a autora, o feminismo e toda a sua problemática está longe de se esgotar. Segundo, porque a partir da própria pergunta se “haverá mulher” traz em si a noção de que o ser feminino continua sendo aquele que está sujeito às diferentes definições, reforçando-se comportamentos “adequados” tanto no âmbito psicológico quanto social. Ainda sobre essa existência subjugada à masculina, no campo linguístico, basta repensarmos o léxico que foi herdado em português do Latim: senhor significa “dominus”, e desta palavra muitas outras que são conhecidas nossas mantêm parentesco, como as palavras “domínio/predomínio”, “casa”, “doméstica”, etc. Isto revela, no mínimo, como o sexo feminino veio sendo construído sempre relativamente ao sexo masculino, gerando, por exemplo, a palavra latina “domina”, para senhora. E o que dizer para termos que são genéricos para ambos os sexos? Como, por exemplo, a palavra “humanidade”; por isso é que chegamos a ideia de que a história construída pela humanidade é, em grande medida, pensada pelos homens.

Por isso, quando a autora declara que a mulher não nasceu mulher, mas tornou-se mulher, estabelece um modo pelo qual deveríamos entendê-la, ou seja, que antes de mais nada está em jogo o indivíduo que assume uma identidade a partir de suas experiências no mundo social. Em contrapartida, se essa existência se fizesse “justificada” tendo por base a influência de diversas áreas, indo da biologia, história à psicanálise, consequentemente esta existência passaria a ter uma específica concepção que a aprisionaria. Por isso, a respeito da constituição do ser na sociedade que o envolve, é impossível desconsiderarmos o peso que tem as áreas citadas há pouco quanto ao seu modo de agir e pensar. Entretanto, a partir do momento em que essas disciplinas constatam uma diferença entre os sexos, paralelamente os coloca em confronto, por isso, mesmo que nos incumbíssemos de pesquisar rapidamente como elas influenciam, depreenderíamos facilmente, como nos mostra a história da humanidade, que a inferioridade feminina aconteceu justamente porque sempre foi tida como o Outro[[5]](#footnote-5), o sexo frágil nas relações mantidas com os homens em diferentes setores da sociedade. Se é no “seio da sociedade” que o indivíduo se constitui, menos liberdade tem a mulher do que o homem, portanto, a quem elas poderão recorrer na posição de inferioridade?

No que se refere às sociedades primitivas e como nelas as mulheres foram assumindo funções específicas, a autora destaca a imprecisão quanto ao momento exato em que houve a configuração de suas atribuições em tais sociedades, nem mesmo sabe-se pautada em quê exatamente, entretanto, subentende-se que foram definidas em paralelo à constante supremacia masculina sobre a feminina. Esse homem primitivo foi quem decidiu, atribuindo tais papéis em que não cabia a mulher, por exemplo, acompanhá-lo principalmente nas empreitadas que se empunhavam os homens. Em suas excursões, em busca do alimento, através da caça, da pesca, empregando a força física, o homem criou um sentimento de superioridade, ao passo que a mulher nunca pôde ter o mesmo sentimento de orgulho daquilo que fazia, pois a ela eram dadas funções sem nenhuma surpresa que pudessem manifestar um sentimento parecido aos dos homens. Portanto, relegada à agricultura e ao artesanato e, principalmente, ao cuidado da prole desregrada, coube ao homem o aprimoramento de novas ferramentas que pudessem auxiliá-lo, integrando-o eficientemente ao mundo que aos poucos conquistava. Essas novas tecnologias propiciaram a ele um domínio sobre a vida constante, e nisso, as mulheres foram sendo sinônimas de agricultura. No entanto, a situação mudaria, pois se a atividade agrícola era misteriosa[[6]](#footnote-6) para os homens, por isso mesmo destinada às mulheres, com o avanço tecnológico dos homens, descobriram também que podiam dominar a agricultura, aplicando-se conhecimentos relativos à fecundação do solo.

Houve, nesse momento, não só uma afirmação do que era ser homem, como também do que era ser mulher, mesmo que essa ideia atribuída ao sexo feminino tenha partido do masculino. Como explicado pela autora, eles há muito foram tendo “consciência de si” e das suas capacidades, por isso é que eles representam a transcendência[[7]](#footnote-7), ao passo que as mulheres encarnam a imanência; “o projeto do homem não é repetir-se no tempo, é reinar sobre o instante e construir o futuro” (BEAUVOIR, 1970, p. 86). Com as funções relativamente definidas aos sexos, coube aos homens, portanto, uma ambição maior: a conquista da mulher. Embora tendo-a sob o seu controle, necessitou ainda efetivar essa conquista e, ao mesmo tempo, firmar-se como homem com propósitos bem estabelecidos. Nos tempos primitivos, com povos nômades, não houve tanto a necessidade de projetos ambiciosos, tampouco a preocupação com a prole, descendência, herança, etc. Mas é a partir do momento em que o homem se firma no mundo, tendo o domínio cada vez mais crescente das coisas, que ele sente igualmente a necessidade de apossar-se das terras e de cultivá-las. É nesse aspecto que surge uma “reconfiguração” social dos papéis feminino e masculino em que a maternidade passa a assumir uma importância que garantirá a posse e a herança das terras, e a mulher, nesse momento, tem agora um valor que lhe é conferido pela sua capacidade reprodutiva. Surge, então, a ideia de propriedade privada e nisso ela desempenharia função precípua, recebendo de fato uma consciência feminina traçada pela ambição e domínio masculinos. Segundo Beauvoir (1970, p. 99),

quando se torna proprietário do solo, é que reivindica também a propriedade da mulher. Antes ele era possuído pelo maná, pela terra; agora ele tem uma alma, terras; liberto da mulher, quer uma mulher e uma posteridade para si próprio. Quer que o trabalho familiar que utiliza em proveito de seus campos seja totalmente seu e, para isso, é preciso que os trabalhadores lhe pertençam: escraviza a mulher e os filhos.

Se antes cada um dos sexos tinha uma realidade própria, mesmo que a feminina fosse submissa à masculina, agora aquela passaria a formar uma realidade só, correspondendo aos anseios do homem. A constatação da mudança social afetou grandemente a realidade dos dois, pois a propriedade privada se converteria numa realização do homem garantindo-lhe a sua soberania sobre o mundo, ao mesmo tempo que atribuía à mulher um sentido existencial específico, confinando-a ainda mais em uma realidade até então implícita. Portanto, a definição do ser feminino assume um sentido específico cujo propósito evidenciado está marcado pelo mundo masculino: ela precisa dar-lhe filhos e garantir assim a posse da propriedade. E, se antes os filhos tinham um significado de existência extremamente atrelado à mãe, agora passam a ter uma ressignificação não mais feminina e sim masculina, pois convertem-se naquele que exercerá a sua transcendência, garantindo-lhe também a sua honra além-túmulo. Portanto, como acentua Beauvoir (1970, p. 20), o que mobilizará a relação dos sexos está em torno de dois conceitos básicos: a igualdade abstrata e a desigualdade concreta:

[...] Quando tem para com a mulher uma atitude de colaboração e benevolência, ele tematiza o princípio da igualdade abstrata; e a desigualdade concreta que verifica, não a *põe*. Mas, logo que entra em conflito com a mulher, a situação se inverte: ele tematiza a desigualdade concreta e dela tira autoridade para negar a igualdade abstrata.

Para efetivar nessa relação entre o homem e a mulher a submissão desta, não se garantiria tal sujeição somente através da força masculina que, fato inquestionável, durante toda a história da humidade sempre o fez, pois, como nos aponta assertivamente a autora, “o presente envolve o passado e no passado toda a história foi feita pelos homens” (BEAUVOIR 1970, p. 16); entretanto, a verdade do homem precisou alicerçar-se de discursos que pudessem favorecer a sua supremacia na história, justificando consequentemente a submissão feminina. Quanto a esses discursos, encontram-se muitos argumentos que tentam definir o ser feminino, seja na Biologia, na Psicanálise ou até mesmo na Psiquiatria, sempre pela ótica masculina.

Mesmo tornando-a passiva, inerte e obediente aos seus desejos, as mulheres sempre ansiaram pela autonomia e por uma ressignificação da sua existência em que pudessem desfazer a relação com os homens que sempre a significaram no âmbito da dependência, como mera parte deles e que, a qualquer momento, poderiam ser “dispensáveis”. Embora ansiassem por essa autonomia, as instituições sociais e morais que legitimavam a soberania masculina acabavam por impossibilitá-las quanto aos seus propósitos. Disso resulta que, “recusar a cumplicidade com o homem seria para elas renunciar a todas as vantagens que a aliança com a casta superior pode conferir-lhes” (BEAUVOIR, 1970, p. 15); e por mais que eclodisse esse anseio de liberdade no século dezenove, principalmente com o surgimento da Revolução Industrial que pôde inseri-las na produção em larga escala, no entanto, encontraram-se frente a frente com a figura masculina que era o seu chefe, que muitas vezes transmitia, valendo-se da hierarquia empresarial, uma superioridade para com elas como se reivindicasse nelas a “posse”, o “objeto”[[8]](#footnote-8).

A partir desse período histórico, começou a despontar no horizonte feminino um desejo de realizar-se e de existir e, para isso, precisaria libertar-se do “recôndito feminino”, do lar ao qual a confinaram e tentaram convencê-la de que havia conquistado a sua felicidade. Muitos conversadores começaram a temer uma suposta reestruturação social, especialmente aquela estrutura que já não conseguiria mais inquietá-la e convencê-la sem resistência das suas atribuições na esfera privada. Consequentemente, reforçaram os valores da família, tendo na mulher a matriz da felicidade conjugal, a ordem e a calma necessárias ao espírito masculino. No entanto, nem todas as mulheres do século dezenove ao vinte cumpriam tais exigências sociais, isso porque os valores de família estavam mais direcionados à burguesia do que à classe proletária que, independentemente dos sexos, necessitava integrar o setor capitalista que a ambos solicitava embora para elas não as eximia das obrigações ligadas à rotina doméstica. À medida que a mulher passa a integrar o mercado de trabalho, ela depara-se com o mundo masculino que, nesse momento, ao evidenciarem a transformação na esfera pública que agora passa a integrá-la e a confrontá-la competitivamente com o homem, insistiu enfaticamente no seu papel para o funcionamento da estrutura privada que a justificava enquanto ser, por isso que ela continuou sendo o alvo de inúmeras falas conservadoras e patriarcais que temiam; “eles bem o sabem, elas mal duvidam”, (BEAUVOIR, 1970, p. 15). Segundo prega a filosofia do Existencialismo[[9]](#footnote-9) do qual Simone de Beauvoir consta como um de seus principais divulgadores junto ao seu marido, Jean Paul Sartre, a consciência de si surge no momento em que o ser a toma a partir do contato com o mundo.

[...] o corpo da mulher é um dos elementos essenciais da situação que ela ocupa neste mundo. Mas não é ele tampouco que basta para a definir. Ele só tem realidade vivida enquanto assumido pela consciência através das ações e no seio de uma sociedade; a biologia não basta para fornecer uma resposta à pergunta que nos preocupa: por que a mulher é o Outro? Trata-se de saber como a natureza foi nela revista através da história; trata-se de saber o que a humanidade fez da fêmea humana. (BEAUVOIR, 1970, p. 57)

Essa consciência de si, conforme acusa Beauvoir, a mulher somente a alcançará quando se inserir progressivamente no “seio da sociedade”, e diante da incompatibilidade entre os dois mundos, ou seja, as duas realidades representadas pela casa e, por outro lado, o trabalho e a interação na sociedade, é que ela poderá repensar a sua condição social e lutar por direitos de igualdade. No entanto, sua entrada neste mundo recentemente lhe foi revelado não será tão facilmente conquistada, aliás, como ainda não o é. Se é através do corpo em relação ao espaço que ocupa que ela toma consciência de que é um ser, foi justamente através do corpo que a sociedade conservadora pesou mais, repreendendo-o e instituindo uma série de comportamentos adequados, condizentes com um perfil que deveria corresponder ao ideal de mãe-esposa-dona-de-casa. Indiferentemente da classe social dessas mulheres, para Maluf e Mott (1998, p. 374), “a imagem da mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa”. Entretanto, sabemos que, embora tais exigências se fizessem presentes tanto para a mulher pobre quanto para a rica, com relação à primeira houve certa “liberdade” em que os valores tradicionais deram lugar à lógica capitalista.

A ditadura que se iniciou desde há muito tempo na história da humanidade tornou-se mais acirrada no século vinte, justamente quando o capitalismo começou a colocá-las no mercado de trabalho, tendo em vista o baixo custo que essa contratação implicava, constituindo em economia para as grandes empresas. No entanto, essa integração resultaria, ou melhor, concretizaria, ao menos em parte, o desejo feminino latente: poder libertar-se dos recônditos da sua vida pré-estabelecida. E nisso, pode-se encontrar no decorrer das páginas das autoras que as mulheres foram gradativamente transpondo o mundo privado para alcançarem as atividades públicas. Para iniciar o debate, as autoras vinculam diversos setores sociais, como é o caso da esfera jurídica, que sempre fomentou a desigualdade entre os sexos como também justificou a soberania e repressão masculinas dentro do lar. Com base nisso, ao discutirem o Código Civil de 1916, elas constatam a detenção masculina sobre quaisquer decisões tomadas dentro da “sociedade conjugal”.

Vários preceitos do Código Civil sacramentavam a inferioridade da mulher casada ao marido. Ao homem, chefe da sociedade conjugal, cabia a representação legal da família, a administração dos bens comuns do casal e dos particulares da esposa segundo o regime matrimonial adotado, o direito de fixar e mudar o local de domicílio da família. (MALUF e MOTT, 1998, p. 375)

Ao passo que a instituição jurídica decretava os dois comportamentos, pesando fortemente mais no caso da mulher, associava-se igualmente outros setores, como a própria Imprensa nas primeiras décadas do século vinte, produzindo, em grande escala, revistas extremamente femininas que tinham por propósito “aconselhar” as mulheres a serem verdadeiras donas de casa, esposas e mães. A isso acresce o que assertivamente constatam as autoras de que “a contrapartida do marido provedor era a mulher responsável pela honra familiar” (MALUF e MOTT, 1998, p. 375), e isso significaria ter um comportamento não só dentro de casa quanto as suas funções estabelecidas enquanto mãe e esposa, mas também implicava ter um tipo ideal de comportamento social visto que representavam a vida do homem na sociedade.

Em muitos casos, à medida que um dos dois transgredia as ordens sociais, resultava em grande desespero, pois se para a mulher que não exercia as funções esperadas implicava o divórcio, ficando o homem vítima na relação, ao contrário, para este havia, em casos mais extremos, a prática do suicídio que os eximia da humilhação na sociedade, uma vez que lhes competia a função de provedores da família. Interessante notar como a influência social de diversos discursos acabam configurando a vivência de cada um na relação conjugal. E se os conservadores de direita, intelectuais, não viam com bons olhos o despontar da mulher na sociedade não mais como passiva e relativa ao homem, era no matrimônio que enxergavam o único meio de continuar confinando-as. Destaca-se que esta missão assumida não se preocupava unicamente com as classes médias, mas também com as classes mais pobres. Com vista ao casamento como “salvação”, surgem inúmeros “decálogos” de como deveria ser uma excelente esposa, tendo sempre em foco o casamento como propulsor da felicidade conjugal. As autoras o reproduzem a partir de uma publicação da revista *Feminina*[[10]](#footnote-10) a qual enumerava esse decálogo através de dez mandamentos, e um deles, o sexto, decretava: “lembra-te sempre que te casaste para partilhar com teu esposo as alegrias e as tristezas da existência. Quando todos o abandonarem fica tu a seu lado e diz-lhe: Aqui me tens! Sou sempre a mesma” (MALUF e MOTT, 1998, p.394). A partir desse trecho, vemos resumir-se justamente o que mais agradava aos homens, a imanência feminina como ideal na boa esposa e dona do lar, aquela que sempre estaria a sua espera mesmo que ele regressasse de uma aventura extraconjugal malsucedida.

Como se vê não foram poucos os esforços a fim de restringir a mulher ao espaço doméstico. Era inconcebível a essa mesma mulher a quem ditavam regras de comportamento conciliar trabalho e família, quando acontecia, nas camadas mais pobres da sociedade, não se dava tanta importância, embora condenassem, mas nas camadas média e alta, quando elas decidiam transgredir tal espaço, eram poucos os cargos que elas o poderiam exercer, por isso, consequentemente, eram previamente estabelecidos. Entretanto, mesmo que os exercessem, eram desvalorizadas quanto às mesmas atividades desempenhadas pelos homens, porém, embora a estada das mulheres no trabalho e as relações que tecem nele sejam marcadas por diferenças salariais, aliás, como até hoje acontece, será somente com a sua inserção no trabalho que lhes possibilitaria assumir uma consciência de si, uma ruptura da concepção patriarcal que via esse espaço como estritamente masculino, preparado e pensado por ele. A partir de tal ruptura, percebe-se a existência de um movimento que se inicia de fora para dentro, ou seja, a vivência das mulheres e o seu confronto com os homens fará com que elas repensem até mesmo o casamento. E, a partir disso, o ser feminino, na história mais recente, explodindo em protestos feministas mais explícitos na década de sessenta, tenta aos poucos ressignificar a sua existência, desfazendo o que a humanidade havia construído em torno das mulheres.

*História das mulheres no Brasil* (1997), obra organizada pela historiadora brasileira Mary Del Priore, adquire através de vários autores um *status* de historicização dos diferentes tipos de mulheres brasileiras em tempos também distintos. Para isso, alguns destes autores percorrem desde a cultura indígena, especialmente a mitologia, para refletir a mulher brasileira, estendendo-se a discussão em períodos correspondentes à Colônia até fins do século vinte. Portanto, para este Trabalho nos interessaramdois textos que integram a discussão da obra supracitada, “Psiquiatria e feminilidade” e “Trabalho feminino e sexualidade”. O primeiro é de autoria de Magali Engel, já o segundo, de Margareth Rago. Em ambos trabalhos a figura feminina permanece centrada sob o aspecto comportamental, seja através da psiquiatria, ditando um ideal de mulher, seja pelo viés do trabalho, estabelecendo-lhe limites.

A discussão em Engel estabelece que a sexualidade feminina será fator decisivo que reforçará a ditatura a que antes nos referíamos com relação ao corpo e a mentalidade concebidos principalmente pela Psiquiatria. Os estudos realizados nessa área foram iniciados em grande escala em meados do século dezenove, estendendo-se até o vinte. A autora se baseia em alguns relatos históricos[[11]](#footnote-11) para fundamentar a ideia de condicionamento do corpo feminino por meio dos laudos psiquiátricos. A partir dessa documentação, ela constatará uma concepção higienista a qual declarava que

a mulher transformava-se num ser moral e socialmente perigoso, devendo ser submetida a um conjunto de medidas normatizadoras extremamente rígidas que assegurassem o cumprimento do seu papel social de esposa e mãe: o que garantiria a vitória do bem sobre o mal (ENGEL, 1997, p. 332)

Contudo, não eram somente algumas mulheres que padeciam de uma mentalidade “perturbada”, mas todas as mulheres poderiam estar sujeitas a padecer igualmente, pois considerava-se que “no organismo da mulher, na sua fisiologia específica estariam inscritas as predisposições à doença mental” (ENGEL, 1997, p. 333), revelando, a partir desse olhar médico, uma concepção até mesmo dada pela humanidade, a qual tentava definir o sexo feminino através da sua fisiologia, ou seja, a ideia de que a mulher é levada pelo seu instinto, suscitando discussões das mais diversas. Por isso, havia também, de acordo com a mesma autora, a convicção de que as mulheres poderiam enlouquecer justamente no período fértil, depois da menstruação, e nessa convicção estabelecia-se que todas as mulheres estariam propensas à esquizofrenia.

Esse desequilíbrio atestado exigia, de acordo com os médicos, uma série de posturas que elas deveriam assumir e mesmo uma relação adequada entre os sexos. Os discursos encontrariam, mais uma vez, a salvação no matrimônio, pois somente neste é que poderiam “frear” os impulsos da sua espécie; ademais, a cura também era alcançada quando passassem a procriar, consistindo, então, a gravidez na própria “redenção” feminina. Isso atesta o que sempre a humanidade pregou, embora em algumas civilizações assumisse sentidos diferentes, mas convergindo em uma única ideia: a procriação na espécie feminina cumpre função extremamente importante, só que agora, não apenas garantindo a propriedade privada, como acontecia nas tribos primitivas, porém, na contemporaneidade, segue alicerçada pelas ideias higienistas de salvação feminina, de “reequilíbrio” mental. A partir de Margareth Rago, “Trabalho feminino e sexualidade”, a discussão gira em torno da inserção das mulheres e crianças nas fábricas, tidas como mão de obra barata, sem afetar a economia das grandes fábricas tanto do século dezenove como no início do século vinte. Para isso, a autora reflete por meio de dados estatísticos[[12]](#footnote-12) que evidenciam a quantidade de mulheres e crianças que trabalhavam em grandes indústrias, de como eram requeridas, obviamente, para desempenhar funções subalternas dentro do setor de produção, nunca aquelas que demandavam liderança. Em meio a essa reflexão estatística, a autora ainda relata os constantes abusos que sofriam as mulheres, causados em grande parte pela figura do patrão, que as submetia a favores sexuais, muitas vezes empregando violência.

Quanto à renda destas mulheres, que na sua maioria eram pobres e mães que auxiliavam na renda do esposo, constituía-se em quase nada, sendo fato comprovado que muitas complementavam o que recebiam com a sua própria prostituição. A preocupação com relação à mulher trabalhadora mantida pela elite intelectual tem por base o anseio de que estas mulheres poderiam abandonar o lar e, acima de tudo, a ideia de que elas competiriam frente a frente com os homens. Dessa forma, foi a elite que mais se incumbiu de suscitar exaustivamente os diferentes discursos para convencer a mulher trabalhadora a assumir a concepção de que o verdadeiro trabalho era aquele ao qual a mulher se ocuparia dentro do lar, e nisso o “decálogo” prova como devia ser uma boa mãe-esposa-dona de casa. Entretanto, fatos históricos comprovam que, mesmo permanecendo um ideal de mulher pensado pela elite, esta idealização encontrou barreiras econômicas, pois nem todos os maridos podiam sustentar a família, principalmente aqueles de origem pobre, sendo necessária a contribuição de suas mulheres enfrentando a dura rotina das fábricas das grandes metrópoles do país, como São Paulo e Rio de Janeiro, centros de potência econômica na época. Na metade do século vinte, presenciou-se uma queda de mulheres no setor fabril, e isso relaciona-se ao fato de que os discursos que foram pensados para a mulher de classe média não impediram também que recaíssem na classe mais pobre. Portanto, independentemente das diferentes condições financeiras destas mulheres, mais uma vez a moral ditada por mentes masculinas solicitava a presença constante delas dentro do lar. Assim, de acordo com Rago (1997, p. 591),

a ideologia da maternidade foi revigorada pelo discurso masculino: ser mãe, mais do que nunca, tornou-se a principal missão da mulher num mundo em que se procurava estabelecer rígidas fronteiras entre a esfera pública, definida como essencialmente masculina, e a privada, vista como lugar natural da esposa-mãe-dona de casa e de seus filhos.

Com o surgimento de *O segundo sexo*, em 1949, Simone de Beauvoir discutia, pela primeira vez na história, a condição feminina no decorrer de muitas civilizações, refletindo minuciosamente a história do sexo feminino e o seu conceito existencial em paralelo à existência masculina. Segundo a autora, ainda na época da publicação da obra, no seu círculo de amizade em que todos eles permaneciam ligados à ideologia de esquerda, assim como ela própria, houve certa rejeição por parte deles cujas críticas menosprezavam o tópico analisado pela autora; era de se esperar que a direita conservadora não aceitasse a obra, sendo rejeitado, inclusive, pelo Vaticano. Porém, a surpresa veio justamente daqueles que, por convicções políticas semelhantes, deveriam ter recebido o ensaio escrito por Beauvoir, o que, por sua vez, levou a autora a compreender que tal hostilidade advinha principalmente de uma herança patriarcal que independe da posição ideológica assumida. Conforme constata também, a luta de classes trataria o problema do “eterno feminino” de forma meramente secundária, pois a questão que se colocava era acima de tudo a classe social. Anos mais tarde, precisamente em 1968, a França presenciaria um movimento feminista engajado politicamente e, como fonte argumentativa, estava o ensaio de Beauvoir que acabou impulsionando muitas mulheres, embora na época de seu lançamento, nem as pessoas nem mesmo a autora o tomaram como um livro militante do feminismo. O olhar minucioso sobre a obra só viria a partir do protesto ocorrido na década de sessenta.

Nesse período retratado, a França sentiu o impacto da militância feminina que exigia seus direitos, que proclamava pela autonomia de decidir sobre o próprio corpo, implicando em uma série de temas polêmicos que iam desde o aborto até a independência econômica, o que, aliás, ainda seguem em pauta. Imediatamente, sobre a militância, outros países foram influenciados, especialmente o Canadá e os Estados Unidos. Considerando-se este último, houve uma receptividade maior do livro do que o próprio país de origem da autora. Quanto a sua publicação no Brasil, deu-se na própria década de sessenta, mais exatamente em 1960, tendo recebido uma quarta edição em 1970, sendo que tanto da primeira quanto das últimas edições foram realizadas pelo crítico literário Sérgio Milliet.[[13]](#footnote-13)

Embora não possamos nos deter com mais ênfase no tema que abordamos, dada justamente a amplitude que ele envolve sob vários aspectos, o que nos interessará para o próximo capítulo é compreendermos a construção e a “ressignificação” constante que sofre o ser feminino inserido na sociedade de seu tempo. Por isso, ao analisarmos o corpus deste trabalho, olhando-se para o que discutimos neste capítulo, veremos a relação existente entre o contexto histórico e o narrativo bem como a repressão comportamental frente ao anseio feminino pela liberdade que frequentemente é manifestado, direta ou indiretamente, pelas personagens analisadas.

# 3 EM BUSCA DA LIBERDADE PERDIDA EM CLARICE LISPECTOR

Se fossemos elencar um tema comum que perpassa boa parte dos contos de Clarice Lispector, com certeza este tema seria o casamento, representado de forma peculiar em cada um deles. Entretanto, vale ressaltar, quanto ao tema em questão, que ele não ocupa em certa medida integralmente a produção lispectoriana, ou se o faz, vemos que as personagens envolvidas permanecem muito diferentes daquelas personagens iniciais. Por isso, podemos considerar que há, na obra da autora, uma mudança temática evidenciando a transformação pelo qual passa o casamento. São o caso, por exemplo, dos contos “Ruído de passos”, “Praça Mauá” e “O corpo”[[14]](#footnote-14), publicados em *A via crucis do corpo*. A partir desses contos, vemos também que a preocupação da autora está ligada a outros assuntos, como, por exemplo, a morte, a velhice. Sendo assim, aos poucos, evidencia-se o abandono do tema do matrimônio opressivo tão recorrente anteriormente dando voz agora a personagens que passam a não significar exclusivamente a sua existência no outro, ou pelo menos não tão nitidamente. Cabe pensarmos aqui, talvez, que é possível ver nestas personagens mais recentes a própria conquista do que outras personagens ansiavam: a liberdade para ser o que deseja no mundo.

De acordo com a nossa proposta de análise, não serão considerados os contos que fazem parte desse momento de transição temática da autora. Por isso, optamos pela escolha de alguns que pertencem à fase inicial, como “O triunfo” (1940), “Amor” (1960), “Os obedientes” (1964) e “O ovo e a galinha” (1964). A partir destes contos que servirão de ponto de partida, a análise pautar-se-á no elemento a que nos referíamos: o casamento e a relação entre os cônjuges percebidos pela perspectiva das narradoras como também a relação destas com o espaço narrativo. Podemos constatar, logo de início, a respeito da relação entre eles, que o desejo feminino pela autonomia de si e a liberdade de se exprimir aparece, muitas vezes, de forma sutil, exigindo a interpretação como meio de evidenciar tal desejo, o que requer para essa tarefa, por parte de quem analisa, o olhar interpretativo sobre uma obra dotada de qualidade literária em que as mensagens são ditas através de um jogo simbólico de palavras cujo objetivo está em “alcançar” ao máximo a subjetividade humana.

Portanto, no que se refere ao problema deste foco de análise dos contos propostos, veremos em que medida é possível perceber, por mais que seja sutil, a aspiração feminina pela liberdade. Por isso, é que nos perguntamos: como estas personagens se veem no casamento? E como nós, leitores, significamos o casamento a partir disso?

Jean Pouillon, na obra o *Tempo no romance* (1974), nos aponta a associação entre estrutura narrativa e filosofia, ambas coincidindo em um elemento em comum: o ser humano. Não é à toa, por exemplo, a sua afirmação de que

o caso do personagem de romance que fazemos existir compreendendo-o, surge como o ideal completo da compreensão psicológica: nós conseguimos com os personagens o que desejamos realizar com as pessoas. (Pouillon, 1974, p. 52)

Portanto, o principal fator motivador durante o processo de ligação entre leitor e texto literário está estritamente relacionado às compreensões psicológicas estabelecidas entre eles, pois se não fosse, o mundo literário não faria sentido à existência ou mesmo ao questionamento gradativo do seu leitor/espectador. Antes de mais nada, Pouillon logo declara a ligação existente entre psicologia e romance. E de acordo com ele, um profissional da área da psicologia clínica disporia, suficientemente, de uma galeria de personagens que evidenciam, por sua vez, um painel de complexidades psicológicas, conflitos existenciais. Por isso, pensando na produção de Clarice, em especial o que as personagens vivem, como podemos nos relacionar no mundo em que há, de um lado, pessoas que não possuem a liberdade de ser, e de outro, aquelas que o são sem levar consigo a sociedade que o oprime?

## 

## 3.1 O triunfo ou ELA ERA A MAIS FORTE

Num primeiro momento, ao depararmo-nos com o sofrimento de Luísa, quando se percebe completamente sozinha em casa, já nos é revelado o conflito central da narrativa, ou pelo menos o que parece sê-lo: a ruptura do casamento pelo marido Jorge. É a partir desse momento que presenciamos o modo de ser e de pensar da personagem. Como nos revela a narrativa, Luísa é uma mulher totalmente dependente do marido, que exerce a profissão de romancista, alegando ele, durante inúmeras discussões, a ausência de concentração para a produção do seu romance. É o que acusa Jorge sobre sua relação com a esposa: “[...] Desde que a conheço nada mais produzo! Sinto-me acorrentado. Acorrentado a seus cuidados, a suas carícias, ao seu zelo excessivo, a você mesma! Abomino-a! Pense bem, abomino-a!” (LISPECTOR, 2016, p. 28)[[15]](#footnote-15). Depois do abandono da casa, decidido a encontrar um lugar que lhe propiciasse tranquilidade, longe de Luísa, é possível enquadrarmos a personagem em dois estágios: uma mulher antes da saída de Jorge e outra depois. A pergunta que deve ser feita é se realmente o aniquilado era, como aparentemente apreendemos do texto, o marido ou se ele a aniquilava em um grau maior.

Para responder a tal questão, será necessário repensarmos em diferentes situações da narrativa em que Luísa expressa como se sente com relação a Jorge. No início do texto, conforme dito anteriormente, temo-la como uma mulher dependente e impulsiva, isso fica claro se pensarmos na quantidade de vezes que a personagem proclama a frase “ele foi embora”, totalizando seis ao longo de três páginas. A frase constantemente dita por Luísa mostra uma vida inteira dedicada ao cuidado do esposo, como ele próprio relata. Quanto à impulsividade, sempre que havia a manifestação dele de ir embora, ocorria, em tom de ameaça, a declaração de Luísa: “se ele for embora, eu morro, eu morro” (p. 28). No entanto, as brigas eram frequentes e ambos viviam na mesma casa, ele indiferente à esposa, e ela, submissa às vontades dele. Já não se relacionavam como um casal, e isso é possível encontrar no trecho inicial em que assinala a péssima relação que aos poucos vinha se deteriorando, quando Luísa desperta e não se depara mais com a presença de Jorge, “olha com os olhos, com a cabeça, com todos os nervos, a outra cama do aposento. Está vazia” (p. 27). Embora a atividade intelectual seja exercida sempre de maneira solitária, o fato de não dividirem a mesma cama já evidencia o distanciamento entre os dois. Em alguns poucos casos, por motivos diversificados, encontramos casais que possuem uma vida conjugal diferenciada em que cada um tem seu espaço próprio não havendo a cobrança de compartilharem a mesma cama. No entanto, não seria o caso de Jorge e de Luísa.

Durante as constantes brigas, até o momento em que Jorge definitivamente vai embora, a narrativa evidencia que ele sempre dormia em outro quarto, de certa forma acuado pelas ameaças de Luísa caso ele a abandonasse. Tal acontecimento recorrente aparece justamente quando a personagem acorda no dia seguinte: “Levanta-se. Com certeza ele zangou-se e foi dormir no aposento contíguo. Corre, empurra sua porta. Vazio” (p. 30). Após esse momento angustiante, logo supomos que impetuosamente Luísa cometeria um suicídio, motivado pelo abandono do marido. No entanto, vemo-la, pela primeira vez, tendo uma atitude reflexiva, como nos aponta o trecho:

Nunca lhe parecera tão cheia de sentido essa expressão, embora a tivesse lido antes muitas vezes nos romances de amor. “Ele foi embora” não era tão simples. Arrastava consigo um vácuo imenso na cabeça e no peito. Se aí batessem, imaginava, soaria metálico. Como viveria agora?

Perguntava-se subitamente, com uma calma exagerada, como se se tratasse de qualquer coisa neutra. Repetia, repetia sempre: e agora? (p. 29)

Se antes Luísa parecia descontrolada, impulsiva, extremamente dependente do esposo, nesse momento da narrativa evidenciamos a transformação que ocorrerá com a personagem. Como acontece nos casos em que há dependência, é natural que o indivíduo sofra com a ausência do outro, seja qual for o tipo de problema que ele tenha. Com relação a essa situação e a consequente submissão ao esposo, podemos destacar duas frases centrais da citação acima que nos revelam uma “perda de sentido” vivida por ela. Na primeira, a personagem declara, com relação ao fato de ele ter ido embora, a frase “arrastava consigo um vácuo imenso na cabeça e no peito. Se aí batessem, imaginava, soaria metálico”. Para espanto até mesmo dela própria, ao se supor “vazia” sem ele, encontramos uma mulher com medo, tendo como desafio para si uma independência que exigia não somente a aceitação do abandono e a subsequente mudança, mas, acima de tudo, a procura de uma identidade. E para esse fato temos a segunda frase em que se pergunta “como viveria agora?”. Tal questionamento não traz fácil e simplesmente a constatação de que a personagem se encontra perdida e abandonada, mas, ao contrário, expressa-nos uma necessária autonomia. E onde Luísa a encontrará?

Contudo, cabe-nos, antes mesmo de responder a essa pergunta, apontar para outro fato interessante que permanece expresso em “nunca lhe parecera tão cheia de sentido essa expressão, embora a tivesse lido antes muitas vezes nos *romances de amor*” (p. 29 – grifo da autora) que marca a ingenuidade da personagem. Com essa questão, compreendemos que ela carrega consigo um ideal romântico de uma relação a dois, podendo ser cercado de “abandonos”, mas que não imaginava que poderia acontecer também na sua relação com Jorge. A partir do escopo da *mulher amorosa*, associando-se a ingenuidade de Luísa, Beauvoir (1967, p. 412) destaca que,

[...] Como de qualquer maneira se acha condenada à dependência, a obedecer a tiranos – pais, marido, protetor – prefere servir um Deus; escolhe querer tão ardorosamente sua escravidão que esta se apresentará a ela como a expressão de sua liberdade; esforçar-se-á por superar sua situação de objeto inessencial assumindo-a radicalmente; através de sua carne, de seus sentimentos, de suas condutas exaltará soberanamente o amado, pô-lo-á como a realidade e o valor supremos; aniquilar-se-á diante dele. O amor para ela torna-se uma religião”.

Ressoa, assim, um aniquilamento de si em face da submissão ao marido. Com isso, Luísa encontra a razão de ser através de Jorge que, conforme ele próprio nos revela, está cansado do “zelo excessivo”, das “carícias”, ou seja, sente-se “acorrentado” e, consequentemente, aniquilado. Luísa, porém, não percebe que essa admiração e cuidados extremos possam significar de fato uma angústia para Jorge. Ela o saberá no momento em que decidiu encontrar “vestígios” que pudessem explicar o motivo do abandono, segundo o que nos revela a personagem.

remexe febrilmente os jornais abandonados. Talvez tenha deixado algum bilhete, dizendo, por exemplo: “Apesar de tudo, eu te amo. Volto amanhã.” Não, hoje mesmo! Acha apenas uma folha de papel de seu bloco de notas. Vira-a. “Estou sentado há duas horas seguramente e não consegui ainda fixar a atenção. Mas, ao mesmo tempo, não a fixo em coisa alguma ao meu redor. Ela tem asas, mas em parte alguma pousa. Não consigo escrever. Não consigo escrever. Com estas palavras arranho uma chaga. Minha mediocridade está tão...” Luísa interrompe a leitura. O que ela sempre sentira, vagamente apenas: mediocridade. (p. 30)

À primeira vista, interessante notarmos uma certeza declarada por Luísa acerca da suposta volta de Jorge, por isso, quando começa a mexer nos papéis do esposo, mantém a ilusão de encontrar uma justificativa que lhe agrade, que a convença de que estava certa. No entanto, o que não esperava era justamente encontrar o contrário: a acusação de Jorge por não conseguir escrever, decretando a si a mediocridade. Perceber a fragilidade em Jorge foi para Luísa um acontecimento terrível, ao ver que no papel que lera havia uma “impressão de fraqueza, de pusilanimidade... Quisera não ter lido aquela confissão. Apoia-se à parede. Silenciosamente chora. Chora até sentir-se lassa” (p. 30). É a partir desse contato com a confissão indesejada que Luísa entrará em conflito com sua própria existência. Se em Jorge havia uma mediocridade declarada, advinda da falta de inspiração, nela, ao contrário, existia “vagamente apenas” uma mediocridade. Ou seja, nesse ponto de reflexão encontramos uma diferenciação que cumpre marcarmos: em Jorge há uma decisão tomada, concreta, tanto que decide ir embora, ao passo que em Luísa o que há é uma indecisão, medo, falta de autonomia, por isso se justifica o emprego de “vagamente”, no intuito de não conseguir definir-se concretamente, pelo menos não agora.

A acusação de Jorge com relação à esposa advém de uma lógica masculina que preconiza e justifica essa mediocridade e o sentir-se acorrentado, que se resume em ver a mulher como o empecilho, a barreira para as suas realizações. Beauvoir (1970) discute esse comportamento masculino que intenciona culpabilizar o *outro*, que traz em si uma característica atribuída a alguns homens que se veem fracassados em determinado aspecto e, por isso, como resultado do seu insucesso, o relaciona à mulher. É justamente o que faz Jorge ao justificar a sua partida: Luísa é o malefício da sua criatividade, é a razão da sua mediocridade.

Em seguida, após a confissão lida, Luísa decide encarar a decisão do marido como relativamente concretizada. É o que expressa a seguir o comportamento da personagem:

Vai até a pia e molha o rosto. Sensação de frescura, desafogo. Está despertando. Anima-se. Trança os cabelos, prende-os para cima. Esfrega o rosto com sabão, até sentir a pele esticada, brilhante. Olha-se no espelho e parece uma colegial. Procura o batom, mas lembra-se a tempo de que não é mais necessário. (p. 30)

Depois de “silenciosamente chorar” e de se sentir “lassa”, Luísa “desperta” e aqui temos a impressão de que esse despertar implica uma gradativa e lenta procura por independência, em busca da própria identidade, já que Jorge está fora de casa. Como vemos, a mudança inicia-se exteriormente, cumprindo um ritual de beleza que denuncia que há muito tempo não o fazia: como “trançar os cabelos”, “esfregar o rosto”, e mesmo sentir-se uma “colegial”. No entanto, o que chama atenção é o fato de não usar batom, componente de beleza frequentemente utilizado pelas mulheres, mas que a renúncia da personagem parece conter um significado específico. Parece-nos, portanto, que a sua dispensa significa a conformação com a sua própria idade, pois, se ela atribui o uso como sinônimo de juventude, de uma colegial, mesmo que se sinta como tal, não ignora, no entanto, a maturidade em que se encontra.

O que nos interessa nesse trecho é a constatação do momento em que se iniciou a mudança da personagem. Um segundo momento de grande empenho de Luísa encontramo-lo já na própria lavagem das roupas, no quintal da casa. E aqui concentra-se uma circunstância de impacto para ela.

E como nada tivesse para fazer e temesse pensar, pegou umas peças de roupa estendidas para a lavagem e foi para o fundo do quintal, onde havia um grande tanque. Arregaçou as mangas e as calças do pijama e começou a esfregá-las com sabão. Assim inclinada, movendo os braços com veemência, o lábio inferior mordido no esforço, o sangue pulsando-lhe forte no corpo, surpreendeu a si mesma (p. 31)

Nesse trecho, percebemos uma continuidade de ações e que a própria personagem nos justifica, ou seja, ações essas que iniciam desde a preparação da aparência até a lavagem da roupa. Um processo liga-se a outro por um motivo: a concretização. Tal realização talvez possa ser explicada por esse “temer” pensar, mas o fato que parece destacar-se é o que diz respeito ao aspecto do movimento. Luísa não para um segundo de executar as diversas tarefas, dando sequência ininterruptamente. E nisso, há um prazer bem definido, que é relativo ao esforço, em que o “sangue” pulsa forte. Assim, esse líquido que marca nossa essência é a predominância nessa passagem do conto, é o interior que se exterioriza, é o que exorciza e comanda. Interessante que, nesse aspecto, teremos a mesma ideia contida na frase “o lábio inferior mordido no esforço”. Contudo, não nos atemos a questões linguístico-simbólicas que posteriormente receberá uma análise detida.

A transformação de Luísa que tinha por objetivo o alcance da sua autonomia, a consciência de si, percebemo-la no instante em que nos encontramos com a personagem diante do tanque, observando a torneira jorrando “água límpida”. Nessa cena, Luísa fica tentada pelo “convite” da água gelada.

O romance inacabado, a confissão achada. Ficou absorta, uma ruga na testa e no canto dos lábios. A confissão. Mas a água escorria gelada sobre seu corpo e reclamava ruidosamente sua atenção. Um calor bom já circulava em suas veias (p. 32)

Em seguida, durante o banho, como destaca o próprio trecho, “de sua banheira abrangia uma vista maravilhosa” (p. 32), o pensamento em Jorge e a instabilidade que sua ausência podia causar, Luísa surpreende-se com o impacto desse mundo em que “água escorria gelada sobre seu corpo e reclamava ruidosamente sua atenção”, já não se sentia angustiada, mas sim “absorta”. Houve aqui, isso parece-nos óbvio, uma ruptura em que encontramos um antes e um depois, assim como uma ideia bipartida quanto aos espaços geográficos. Um refere-se ao doméstico, o outro, ao quintal da casa. No entanto, para essas análises simbólicas, adiante verificaremos, através de Bachelard, o que significam para o contexto narrativo e para a posterior constituição do personagem.

Abordemos agora um aspecto pertinente para a análise da situação em que vive Luísa, no caso, a sua situação social enquanto esposa e “dona do lar”.

Ele foi embora, ontem à tarde. Levou consigo as malas, as malas que há duas semanas apenas tinham vindo festivas com letreiros de Paris, Milão. Levou também o criado que viera com eles. O silêncio da casa estava explicado. Ela estava só, desde a sua partida (p. 28)

Quando se pensa numa abordagem social, obrigatoriamente se inicia uma discussão do ser social relacionado a outros indivíduos. Contudo, considerando-se as reflexões que elencaremos, principalmente levando em conta os teóricos trabalhados, o ser com o qual a mulher se relaciona aqui é o homem, portanto, o que nos interessará especificamente é a submissão inerente a essa relação entre marido e mulher, entre Jorge e Luísa. Com base no trecho acima, a situação social de Luísa nos dá, assim podemos dizer, precisamente, a sua posição, como também os seus privilégios-desprivilégios. Um ponto que nos salta aos olhos é o que destaca a passagem “as malas que há duas semanas apenas tinham vindo festivas com letreiros de Paris, Milão”, marcando uma posição social elevada, tanto em aspectos econômicos quanto culturais; no entanto, pensando em um usufruto desses dois elementos, vemos que, principalmente esse último, é bem mais significativo para ele do que para ela. O que denuncia, na narrativa, o fato de Jorge ser o que mais se beneficia culturalmente está contida na frase “ela, calada, defronte dele. Ele, o intelectual fino e superior, vociferando, acusando-a, apontando-a com o dedo” (p. 28); “Pareceu-lhe ouvir seu riso irônico, citando Schopenhauer, Platão, que pensaram e pensaram...” (p. 31). Diante disso, a pergunta que nos fazemos é se o sentimento de uma autonomia fragilizada em Luísa bem como a declarada dependência social não adviria da sua alienação à intelectualidade de Jorge?

Há em Jorge, claramente, um autoritarismo, narcisismo, em fazer de sua mulher uma submissa, mas assim o procede de forma argumentativa, mesmo quando cita filósofos, justamente com o objetivo de que ela assim se reconheça: que de fato é “inferior” a ele, que há provas disso. Entretanto, esse convencimento em Jorge, de provar sua superioridade intelectual, está estritamente ligado à confissão encontrada por Luísa, que demonstra um Jorge não tão seguro de si, revelando-nos uma contraditoriedade a qual se constata quando ele se declara “medíocre”. E essa constatação deixa Luísa surpreendida consigo mesma, que até nesse momento da vida sempre tivera no esposo a sua “essência”, é o que nos fica expresso quando se pronuncia diante da confissão: “Que impressão de fraqueza, de pusilanimidade, naquele simples papel... Jorge..., murmura debilmente. Quisera não ter lido aquela confissão” (p. 30). O desejo de não ter lido a confissão é para ela significativo, pois implicaria continuar acreditando numa suposta superioridade exercida pelo esposo. Seria o equivalente pensarmos que diante dessa descoberta acabou-se em Luísa toda a certeza, como se lhe tirassem o chão. Onde encontrar um motivo para continuar viva, já que ele partiu e a deixou “sem chão”?

Parece-nos que a declaração da frase “ela estava só” traz em si bem mais do que a simples partida dele. Se o estar só implicou para ela, digamos hipoteticamente, um medo de “perder” aquele que a “justificava”, agora Luísa “descobriu-se” internamente e não sente tão desesperadamente a falta dele. No entanto, essa ausência tem mais impactos econômicos do que qualquer outra coisa. Isso explica o lamento pelas malas, pelos criados trazidos por Jorge, dos quais, nesse momento, já não pode dispor. Porém, o que nos surpreende é que ela guarda em si a certeza da volta de Jorge e nos perguntamos com que convicção Luísa proclama “ele voltaria, porque ela era a mais forte”, uma vez que sua dependência é forte, se considerarmos o aspecto econômico. Em que se circunscreve tal força então? Eis o fragmento em que constatamos uma reação da personagem enquanto acontecia uma das frequentes ameaças de Jorge em abandoná-la.

Ela, tão cheia de dignidade, tão irônica e segura de si, suplicara-lhe que ficasse, com tal palidez e loucura no rosto, que das outras vezes ele acedera. E a felicidade invadia-a tão intensa e clara, que a recompensava do que nunca imaginava fosse uma humilhação, mas que ele lho fazia enxergar com argumentos irônicos, que ela nem ouvia (p. 28)

Evidenciamos, aqui, que a sujeição de Luísa se faz presente, quando “tão cheia de dignidade, tão irônica e segura de si, suplicara-lhe que ficasse [...]”, uma dependência muito mais forte e justificada, ou seja, é quanto às suas convicções que permanece presa a Jorge. Conforme o fragmento exemplifica, era um grande contentamento saber-se “aceita” mediante as suas súplicas para que ele não a deixasse. Tendo-a conquistado psicologicamente, tornou-se mais difícil a libertação, sendo necessário o afastamento definitivo de Jorge para que ela então se libertasse, obtendo, gradativamente, um sentimento de autonomia que aos poucos ia apoderando-a. Se por um lado está submissa pela situação social, agora não constatamos o mesmo da sua autonomia, do seu ser interior recentemente conquistado, que justamente era o terreno que Jorge ambicionava “possuir”. Repensemos melhor o âmbito do *possuir*, que aqui não significava para ele o mesmo que ter a sensação ou ilusão da posse sobre Luísa, uma vez que ele foi embora, mas tão-somente para “afirmar-se” enquanto homem, para unicamente gabar-se de uma inteligência e erudição consideradas por ele superiores às dela, é a isso que relacionamos a palavra “possuir” sob a ótica masculina.

É incontestável que, consideremos ainda a fragilidade inicial da personagem, foi somente através do distanciamento de uma personalidade repressiva e dominadora, que Luísa pôde entender-se longe de Jorge. Nesse ponto, compreendemos a suposta ironia do título do conto, “O triunfo”, que agora assume clara e diretamente a ideia de que aquilo que nos parecia ser uma pura ilusão da personagem, que manifestava convicção com relação ao retorno de Jorge, na verdade significa um triunfo no âmago de Luísa, a sua libertação dos argumentos filosofantes do esposo que tinham por objetivo inferiorizá-la. Embora continue amarrada financeiramente ao esposo, a conquista de uma autonomia foi bem mais importante e reveladora para a personagem. A resposta de que necessitávamos inicialmente a respeito da pergunta de quem aniquilava ao outro encontra nesse instante uma única resolução, de que foi fundamental a saída de Jorge, pois somente dessa forma é que Luísa “retomou” a consciência de si, e isso conclui que ela sempre teve uma força intrínseca, porém repreendida pelo marido.

Retomando o enfoque social, distinguimos um sentimento de autonomia conquistado mais solitariamente do que pelo contato com o mundo fora do lar doméstico. Nesse ponto, a indagação que surge é se a personagem atingiria esse mesmo entendimento de si através do contato com outras pessoas, fora desse espaço que a confinava. Dessa forma, segundo Maluf e Mott (1998, p. 371), “Era nas cidades, as quais trocavam sua aparência paroquial por uma atmosfera cosmopolita e metropolitana, que se desenrolavam as mudanças mais visíveis”. Logo vem à tona duas questões primordiais: o lugar onde moravam e as pessoas com quem conversavam. Da primeira questão, o lugar, temos a informação de que este se situava no interior de uma cidade, pois é a que nos remente o fragmento:

De novo, o silêncio. Diverte-se um momento escutando-o. É absoluto, como de morte. Naturalmente porque a casa é retirada, bem isolada (p. 27) [...] Na sombra dessas árvores em alameda, terminando lá ao longe na estrada vermelha de barro... Na verdade nada disso notara ( p. 31)

A partir dessa passagem da narrativa, vemos que a casa passa a significar a reclusão da personagem. Ela é o recôndito em que o que impera é o silêncio. E se o medo do abandono a atemorizava, justamente pelo silêncio que ocuparia toda a casa, confirmamos que Jorge representava o movimento, a distração e, principalmente, a dedicação que Luísa lhe prestava. O fato é que ele nunca “preencheu” a solidão da esposa, porque, mesmo morando juntos, havia o constante isolamento dele, seja dormindo em outra cama dentro do mesmo aposento seja dormindo em outro quarto da casa, o que era frequente. O texto evidencia que Luísa jamais teve contato com outras pessoas, já que vivia exclusivamente para os cuidados do marido: “Na verdade nada disso notara. Sempre vivera ali com ele. Ele era tudo. Só ele existia” (p. 31). Se unirmos essa constatação referida pela personagem à proferida por Jorge no início da narrativa, quando se queixava do “zelo excessivo” da esposa, entenderemos que há verdade nisso. Entretanto, essa conclusão encerra outro problema: de que Luísa foi instruída exclusivamente para dedicar-se ao marido, ouvindo-lhe e obedecendo às suas recomendações.

Mas retornemos a como se deu a consciência de Luísa, uma vez que era cercada de silêncio, sem contato com o “mundo exterior”. Linguisticamente falando, a palavra *silêncio* consta no texto, quantitativamente, em torno de seis vezes, é o mesmo que a expressão *ele foi embora*. Cremos, portanto, que propositadamente o narrador assemelha essas duas expressões a Jorge, encerrando nele a razão de ser da personagem que, assim como a casa, ela também é silêncio, pelo menos momentaneamente até tomar consciência de como vive.

E a passagem textual a seguir será significativa para concluirmos que o contato com esse mundo exterior, mesmo encerrada na casa, foi o que possibilitou a autodescoberta a Luísa.

A sala de jantar estava às escuras, úmida e abafada. Abre as janelas de uma vez. E a claridade penetra num ímpeto. O ar novo entra rápido, toca em tudo, acena a cortina clara. Parece que até o relógio bate mais vigorosamente. Luísa queda-se ligeiramente surpresa. Há tanto encanto nesse aposento alegre. Nessas coisas de súbito aclaradas e revivescidas. Inclina-se pela janela (p. 31)

Esse “ar novo” que a tudo toca e transforma será também o responsável por “revivescer” a personagem. A evidência dessa mudança encontramo-la na afirmação “há tanto encanto nesse aposento alegre” [...] chegando-se a conclusão de que “as coisas não estavam de todo destituídas de encanto. Tinham vida própria” (p. 31). Vemos que o que faltava à Luísa era a contemplação, somente permitida quando extinguiu a dedicação extrema ao marido. Segundo Bachelard (2000, p. 190), “a imensidão está em nós. Está ligada a uma espécie de expansão de ser que a vida refreia, que a prudência detém, mas que retorna na solidão”, Luísa expandiu-se e isso, simbolicamente, contém a ação de abrir as janelas e deixar que a casa toda adquirisse vida, inclusive a si mesma. Portanto, desde esse momento, observamos um paralelismo entre o mundo exterior, representando tudo o que é energia e que dá, consequentemente, vida, e o mundo interior, “fechado”, “escuro”, “abafado” em que se encontra a personagem.

Nessa mesma lógica, de âmbito simbólico, há um trecho que nos mostra exatamente de como ocorre essa comunicação entre os dois mundos.

O relógio bate 9 horas. Uma pancada alta, sonora, seguida de uma badalada suave, um eco. Depois, o silêncio. A clara mancha de sol se estende aos poucos pela relva do jardim. Vem subindo pelo muro vermelho da casa, fazendo brilhar a trepadeira em mil luzes de orvalho. Encontra uma abertura, a janela. Penetra. E apodera-se de repente do aposento, burlando a vigilância da cortina leve (p. 27)

Notemos com que instantaneidade o sol entra na casa, como se assemelhasse a algo vivo, a um bicho. Traz em si o mundo exterior e toda a imensidão bachelariana, no entanto, encontra um obstáculo que não permanecerá por muito tempo, a cortina. O que traduz esse acessório para a casa de Luísa? Quando ocorre a assimilação dessa palavra a outra, no caso, “vigilância”, supomos que representaria então um obstáculo do mundo interior, especificamente, Luísa. Não só a casa encerra a solidão, mas também ela é Luísa. Uma vez invadida por essa energia exterior, logo a manifestará na relação com outros objetos, como é o caso em que lava as roupas no tanque, com tanta força que morde o lábio inferior. Essa energia é comparada igualmente ao sangue que *pulsa* forte no corpo da personagem. Já modificada, a água significa o batismo para o *exterior*, porém, foi crucial que fosse gelada, agora que “um calor bom já circulava em suas veias”.

Com relação à predominância de determinadas palavras, há pouco tínhamos mencionado que Luísa correspondia à abrangência significativa da palavra *silêncio*, todavia, o conto guarda em si duas imagens centrais. É o que manifesta, por exemplo, a palavra *clara* e as diversas formas a ela relacionadas que implicam, simbolicamente, um efeito. De um lado, Luísa envolve tudo o que é *invadido*, *aclarado*, que *brilha*, ao passo que Jorge é, definitivamente, o *escuro*, o *úmido*, o *silêncio* que impossibilitam a criatividade, justamente o que o apavorava. Um detalhe, digno de nota, é a perspicácia com que o narrador opõe Jorge e Luísa, assimilando a ambos os pares de palavras frequentes “silêncio” e “clara”, que não só somam seis aparições de cada no corpo do texto, como aliás denominam gêneros específicos. Seria mera coincidência a referência de tais pares empregados pelo narrador? Com que intencionalidade ele o faz? Minuciosamente, temos a manifestação de um posicionamento dessa narradora que nos marca já uma renúncia da sua existência que, simbolicamente, aparece encoberta sob variados elementos, seja através da cor seja através do cego como no caso do próximo texto de análise.

## 3.2 Amor ou UM CEGO ME LEVOU AO PIOR DE MIM MESMA

O cego marcará tão significativamente a trajetória de Ana, constituindo-se em um dos principais elementos simbólicos da narrativa, a ponto de estabelecermos de imediato um antes e um depois em Ana. Ela aos poucos começa a “pesar” a sua existência em um mundo que também pode significar “desequilíbrio”, “incertezas”, justamente o oposto do que ela acreditava ser até então, pelo menos até seu contato com o cego. Portanto, ele se converterá do início ao fim em uma espécie de “medida” para a consciência dela, retratando-nos uma mulher ora marcada por certezas ora perturbada pela ausência desta. “Um cego me levou ao pior de mim mesma, pensou espantada” (p. 153), é o que nos expressa Ana ao constatar o próprio despertar, que não a levou, necessariamente, a mudanças, mas que provocou uma quebra das próprias convicções que julgava inabaláveis.

Antes mesmo de prosseguirmos com a nossa discussão, voltando-nos quanto ao aspecto do casamento e de como Ana se vê nele, cumpre destacarmos a vida da personagem em dois grandes momentos, como mencionado acima, que parece nos revelar duas personagens. Por mais que essa duplicidade em Ana traga apenas uma transformação dentro da narrativa, o que nos importará está circunscrito em que exatamente houve a mudança, se não externa, ao menos, e isso é constatável, uma mudança interna. Para corroborarmos essa ideia de anterioridade, retomemos alguns trechos em que é possível encontrar tais resquícios, e no primeiro deles, Ana assume claramente: “Sua juventude anterior parecia-lhe estranha como uma doença de vida. Dela havia aos poucos emergido para descobrir que também sem a felicidade se vivia”[[16]](#footnote-16) (p. 146). Logo em seguida, Ana aponta uma solução com relação às suas convicções: “O que sucedera a Ana antes de ter o lar estava para sempre fora de seu alcance [...] Criara em troca algo enfim compreensível, uma vida de adulto. Assim ela o quisera e escolhera” (p. 146). Até o momento, pouco temos a respeito da vida de Ana, mas o que fica evidente é a ressignificação da sua existência com base no próprio casamento, porque se antes a juventude parecia-lhe como uma “doença de vida”, agora a tem justificada pelas muitas demandas e distrações que um lar oferecia. A rotina doméstica resume-se à personagem em um eximir-se de outras “preocupações”, como, por exemplo, repensar a própria existência:

Sua precaução reduzia-se a tomar cuidado na hora perigosa da tarde, quando a casa estava vazia sem precisar mais dela, o sol alto, cada membro da família distribuído nas suas funções. Olhando os móveis limpos, seu coração se apertava um pouco em espanto. Mas na sua vida não havia lugar para que sentisse ternura pelo seu espanto – ela o abafava com a mesma habilidade que as lides em casa lhe haviam transmitido (p. 146)

E antes que se empenhasse em sentir “ternura”, Ana ao mesmo tempo evitava isso procurando ocupar-se de outras funções domésticas. Por isso, aqui entendemos por que Ana caracteriza a tarde como sendo “perigosa”, justamente porque o “nada” exigia ser “preenchido”, não por pensamentos ou lamentações, mas por, simplesmente, ações repetitivas: “Quando nada mais precisava de sua força, *inquietava-se*. No entanto sentia-se mais sólida do que nunca, seu corpo engrossara um pouco e era de se ver o modo como cortava blusas para os meninos, a grande tesoura dando estalidos na fazenda” (p. 145, grifo nosso). Esse inquietar-se significa para a personagem o mesmo que imediatamente encontrar outro encargo que a fizesse distraída de qualquer preocupação que tivesse fora do âmbito doméstico. Nesse último trecho, percebemos que Ana compreende sua vida como “mais sólida do que nunca” e a exteriorização disso concentra-se no modo como enxerga a si, ao próprio corpo que nesse instante “engrossara”. Além disso, tendo um corpo forte, ela nos evidencia um propósito de tê-lo, que é puramente a maneira como empenhava-se no corte do tecido para os filhos. A existência em si parece encontrar uma única justificativa que a satisfazia: o trabalho rotineiro em casa e o cuidado do marido e dos filhos. Nesse momento, tal concepção nos fica visivelmente posta, ou seja, de que agora ela possui uma identidade, se possui. No entanto, veremos mais adiante que essa noção será facilmente refutada e isso a transtornará.

Notemos que há um significado contido na execução das tarefas do lar, que para Ana assumem uma importância que ultrapassa uma simples mecanicidade. Adquirem, pois, um *status* artístico: “Parecia ter descoberto que tudo era passível de aperfeiçoamento, a cada coisa se emprestaria uma aparência harmoniosa; a vida podia *ser feita* pela mão do homem” (p. 146, grifo nosso). Encontramos, aqui, portanto, não somente uma justificativa para Ana acerca do que representariam essas tarefas e o seu empenho em realizá-las, mas também uma personalidade latente nela, que é a satisfação de ter, talvez imaginariamente, as coisas e as pessoas como “controláveis”, “previsíveis”, porque isso lhe transmite muitas certezas, as quais teme perdê-las. Esse desejo guardado em si, de ter a sensação de posse e controle sobre as coisas ao redor, nos revela justamente a personalidade de Ana, o que, segundo Beauvoir (1967, p. 197), a personagem encontra no lar

uma expressão de sua personalidade; foi ela quem escolheu, fabricou, descobriu móveis e bibelôs, quem os arrumou segundo uma estética em que a preocupação da simetria ocupa em geral lugar importante; devolvem-lhe sua imagem singular [...] Como ela não faz nada, ela se procura avidamente no que tem.

Essa “simetria” acusada pela autora, revela-nos uma personalidade em que a vontade de ser criadora é visível e se expressa na forma da organização espacial. É por isso que Ana frequentemente comunicará, através dos objetos da casa, a necessidade de tê-los sob controle e de saber que os possui e que, consequentemente, são passíveis de ordem, de simetria: “a vida podia ser feita pela mão do homem” (p. 146). Também devolvem à Ana uma imagem singular de si, que significará para ela uma influência sobre as coisas que a rodeiam, porém, se o mesmo for considerado para o marido e os filhos, isso permanece de forma implícita, pois, quando se queixa a respeito destes - “cresciam, tomavam banho, exigiam para si, malcriados, instantes cada vez mais completos (p. 145) -, evidencia-nos uma vida completamente dedicada a eles, submissa às suas vontades. Entretanto, parece-nos que essa influência em que Ana acredita e que carrega em seu íntimo, ocupando eles o papel de dependentes, encontramo-la no fragmento em que mais uma vez constata a sua força criadora, assumindo a figura de “semeadora”, tendo os filhos e o marido como principais resultados desse plantio árduo.

Ela plantara as sementes que tinha na mão, não outras, mas essas apenas. E cresciam árvores [...] cresciam seus filhos, crescia a mesa com comidas, o marido chegando com os jornais e sorrindo de fome [...] Ana dava a tudo, tranquilamente, sua mão pequena e forte, sua corrente de vida (p. 145)

Consequentemente, explica-se o porquê da ilusão de transcendência mantida por Ana quando do seu contato afetivo estabelecido com os objetos do lar, não só porque lhe oferecem uma previsibilidade, ou seja, de que pode controlá-los e organizá-los, uma vez que estão submissos à sua força, pois “encontrava os móveis de novo empoeirados e sujos, como se voltassem arrependidos” (p. 147), mas também possibilitam a sua própria alienação, podendo, por meio deles, conservar a ilusão de que é ativa, superior, capaz de ser a peça fundamental de uma engrenagem complexa. O sentimento de retenção em Ana, embora a satisfaça e a leve a exaltar as próprias qualidades de esposa-mãe-dona-de-casa, não funciona como um meio para conquistar outro espaço, ou seja, empreender algo “concreto” no mundo que não somente o da casa, a fim de ser notada. Quanto a isso, é o que nos confirma Beauvoir (1967, p. 197) ao mostrar que “como ela não faz nada, ela se procura avidamente no que tem”. Isso explica, segundo o raciocínio da autora, ao circunscrever o “fazer nada” como sinônimo de “criar/elaborar”, o motivo pelo qual, para nós, as personagens de Clarice conversam constantemente com os objetos, aspirando fazer destes a confirmação de uma suposta superioridade, manifestada em pequenas atitudes. Já que permanece encerrada nesse recôndito que é o lar, é notável o seu apego sentimental a todos os componentes da casa, ressignificando-os frequentemente. No caso de Ana, como vemos, o seu convívio no espaço marca uma relação em que ela se coloca como superior, por mais que tudo o que faça é para aguardar a chegada do marido e dos filhos. Há nisso, ao mesmo tempo, uma autonomia dentro da dependência, ou seja, na primeira, Ana a encontra no momento em que a vemos “organizar/ordenar”, mesmo que a isso dê um sentido artístico, ilusório; na segunda, vemos que esse “controle” não consegue transpor a porta da casa. Assim, pelo fato de não encontrar uma autonomia concreta fora do lar, advém a sua crença de acreditar-se como sublime, principalmente quando toca as coisas ao seu redor, manipulando-as, dando a elas “sua corrente de vida”.

Ao mesmo tempo que Ana reclama sutilmente um desejo de autonomia, ressalta-nos uma liberdade que acredita ter, apesar da rotina cansativa e monótona, e que se quisesse, já que é dona do lar, “podia parar e enxugar a testa, olhando o calmo horizonte” (p. 145). Esse pensamento coloca em evidência a ideia que tem sobre si, ou seja, mesmo que mostremos resquícios, que praticamente não há, de que a personagem almeja ser reconhecida por seu trabalho doméstico, pela dedicação ao marido e aos filhos, automaticamente, rejeita-a, alegando encontrar prazeres, oriundos, segundo sua lógica, do seu empenho em exercer funções tidas como femininas, pois acredita que, ao executá-las, sentirá que faz “parte” do mundo exterior, justamente porque este é que incumbe a todas as mulheres as obrigações domésticas, fazendo com que pensem na participação neste mundo. É nessa crença que se mantém a personagem, ao acreditar-se como parte de uma irmandade em que cada uma deve colaborar para a harmonia e funcionamento do lar, e com a qual ela se contenta, encontrando a própria identidade. Essa aceitação das obrigações impostas pela sociedade sugere a Ana que não há motivos para “redefinir-se” enquanto mulher e isso a satisfaz, pois, a lógica contida nas tarefas do lar transmite à personagem “ordem”, e não segui-la seria o mesmo que perder-se ou ter que reinventar-se. No entanto, vemos que, mesmo confinada, Ana sente, vagamente, um impulso de querer ter autonomia e poder sobre as coisas, mas, ao mesmo tempo, a monotonia das tarefas a prende nessa lógica que mencionamos. Com isso, não podemos defini-la simplesmente como inautêntica, que se reconhece e se aceita passiva, pois é necessário romper com uma ideologia, de matriz patriarcal, para assim quebrar essa ordem que a manipula. E a citação bem nos confirma que as tarefas frequentes na casa de Ana não são ruins, pois ela acredita que as pode executar segundo o seu tempo.

Com relação a esse “tocar as coisas” que havíamos discutido anteriormente e o que representa, empregando-o num sentido artístico, manifesta a vontade da personagem de se tornar responsável por um produto de criação, mesmo que no campo da imaginação. A relação entre criador e criatura favorece àquele um reflexo da sua própria inteligência e sensibilidade únicas, em que a exaltação toma conta de si na medida em que dispomos do “outro” que a valide. Mas, nesse caso, quem seria o outro, considerando que tanto o marido quanto os filhos nada favorecem para que Ana pudesse reconhecer-se naquilo que realiza? O fato é que Ana permanece só e para compensar “tece” um vínculo afetivo com a casa que a protege. Mesmo quando está longe, ao pegar o bonde, ainda assim está ligada à casa, às suas exigências. Portanto, ao retomarmos esse contato com as coisas de que falamos, vemos que assume muita importância para a personagem, que é justamente ver refletir nos objetos uma consciência do ser, uma renovação de si que a mão de Ana coordena rotineiramente. Segundo Bachelard (2000, p. 80),

os objetos assim acariciados nascem realmente de uma luz íntima; chegam a um nível de realidade mais elevado que os objetos indiferentes, que os objetos definidos pela realidade geométrica. Propagam uma nova realidade de ser. Assumem não somente o seu lugar numa ordem, mas uma comunhão de ordem. Entre um objeto e outro, no aposento, os cuidados domésticos tecem vínculo que unem um passado muito antigo ao dia novo.

É dessa forma que Ana se relaciona com os móveis, por exemplo, renovando-os quando os encontrava “de novo empoeirados e sujos, como se voltassem arrependidos” (p. 147). Essa “comunhão” entre objeto e pessoa, aqui, é tão íntima que sentimos quase uma intenção da personagem de personificá-los, provando-nos que há um diálogo ininterrupto estabelecido entre ambos. A simetria de que tratamos acima em que Ana consegue obter dos objetos, assim que os organiza, parece encerrar e comprovar uma concepção que ela gostaria de ter, não somente com relação a si própria, mas também sobre o mundo, que aqui podemos resumir numa única palavra: certeza. Antes mesmo de se casar, considerava a sua juventude como uma “doença de vida”, como se não enxergasse determinado propósito que a fizesse feliz, ou pelos menos assim a fizeram pensar. Portanto, é somente com o casamento que Ana encontrará um motivo de viver, um sentido para a sua vida em que “por caminhos tortos, viera a cair num destino de mulher, com a surpresa de nele caber como se o tivesse inventado” (p. 146). Com o casamento, bem mais do que a simples união, Ana conquistou o que sempre quis, que é, precisamente, a ideia da representação do casamento como sinônimo de um mundo cheio de “certezas”, que a rotina acaba por fixá-lo, confirmá-lo em determinada ordem que jamais será desestruturada. “Ana sempre tivera necessidade de sentir a raiz firme das coisas. E isso um lar perplexamente lhe dera” (p. 146), até o momento em que serão “partidas” certas convicções tidas como inquestionáveis ao perceber a presença do cego.

Através do fragmento “separava uma pessoa das outras, as roupas eram claramente feitas para serem usadas e podia-se escolher pelo jornal o filme da noite – tudo feito de modo a que um dia se seguisse ao outro” (p. 149), evidencia-nos, já o constatamos, que Ana temia o que fosse incontrolável, o que escapasse de suas mãos. Compreendemos, então, que a ânsia da personagem de ser ativa/superior se expande não somente quanto aos objetos por ela dominados, mas também com relação às pessoas, mesmo que não o expresse claramente. Sendo assim, por que então Ana se sente profundamente “desestruturada” quando percebe o cego na parada? “E um cego mascando goma despedaçava tudo isso” (p. 149). De antemão, a resposta está no fato de ser o cego, simbolicamente, a representação da “escuridão”, de uma “ausência” em que não há, para Ana, a ordem que tanto estima.

Com esse parágrafo, pomos fim ao que havíamos tratado como uma etapa que consistia um antes. Nessa etapa, tivemos o propósito de enquadrar a personagem para que dela extraíssemos características que afirmassem, ou não, o modo de pensar, de avaliar a própria existência. Assim, encontramos, de início, uma mulher que parecia viver indiferentemente, e, conforme descreve-nos o texto, passa a existir quando decide casar-se e ter filhos. Vimos também que o casamento suprimiu um receio em Ana, que é de constatar a incerteza da vida e as surpresas que esta encerra. Mais adiante, confirmaremos essa finalidade que a personagem vê no casamento, completamente influenciada pela sociedade que concebe essa união como propósito supremo de felicidade para a vida de qualquer pessoa, mesmo que para a mulher pese mais, exigindo dela submissão e dedicação constantes. Iniciemos, agora, a análise voltada ao depois, já surpreendida pelo cego na parada.

Então ela viu: o cego mascava chicles.... Um homem cego mascava chicles. Ana ainda teve tempo de pensar por um segundo que os irmãos viriam jantar – o coração batia-lhe violento, espaçado. Inclinada, olhava o cego profundamente, como se olha o que não nos vê. Ele mastigava goma na escuridão. Sem sofrimento, com os olhos abertos [...] E quem a visse teria a impressão de uma mulher com ódio (p. 147)

Embora o que nos chama a atenção seja a surpresa de Ana ao encontrar o cego mascando chicles, num primeiro momento, outro detalhe nos salta aos olhos, que expressa o quanto permanece ligada à rotina da casa: “Ana ainda teve tempo de pensar por um segundo que os irmãos viriam jantar” (p. 147). Em meio a isso, volta-se à presença do cego. Nesse instante, encontramos, no fragmento “ele mastigava goma na escuridão/Sem sofrimento, com os olhos abertos” (p. 147), uma observação da personagem que, apesar de conter uma surpresa, nos mostra uma ideia de oposição, segundo o pensamento de Ana, como se essas duas ações fossem “inconciliáveis”, como se não tivessem uma sequência em que se evidenciasse a ordem, pois é exatamente o que a pasma. A ideia de oposição aqui brevemente referida, a retomaremos, porém, no plano linguístico, quando refletirmos a respeito dos inúmeros pares de palavras utilizados do início ao fim do texto, que nos remetem a essa oposição. Anteriormente, mostramos que da relação afetiva mantida por Ana com os objetos da casa havia um desejo, consequentemente, de previsibilidade, que a confortava e que agora o vemos surgir, textualmente, antes mesmo de deparar-se com o cego mascando chicles.

O bonde vacilava nos trilhos, entrava em ruas largas. Logo um vento mais úmido soprava anunciando, mais que o fim da tarde, o fim da hora instável. Ana respirou profundamente e uma grande aceitação deu a seu rosto um ar de mulher.

O bonde se arrastava, em seguida estacava. Até Humaitá tinha tempo de descansar (p. 147)

Esse desejo, que em tudo vê uma ordem, permanece também fora do lar, como atesta o trecho “até Humaitá tinha tempo de descansar”. Ou seja, Ana pensava nas suas ações do dia tendo em mente uma sequência em que as colocava dentro de uma “cronologia” em que ela se projeta. Entretanto, é com o cego que essa ordem, paralelamente à previsibilidade, cederá diante do seu temor. Como se a cada ação exigisse previamente um ensaio, a personagem logo se vê desamparada com a evidência da desordem no cego, então, “incapaz de se mover para apanhar suas compras, Ana se aprumava pálida. Uma expressão de rosto, há muito não usada, ressurgira-lhe com dificuldade, ainda incerta, incompreensível” (p. 148). É justamente esse modo de ser, de assumir uma expressão espontânea que foge de tal “ensaio” que nos referíamos à personagem. A isso, parece-nos conter um sentido do que é “inédito”, pois é agora que ela fará uso de uma expressão de rosto que já não usa há tempos. Com relação à casa, que consiste para Ana um “refúgio” em que permanece constantemente ocupada com as tarefas repetitivas, agora, no bonde, com tempo para descansar, e contemplar, percebe-se completamente presa ao cego, tendo de encarar o mundo em que acontecimentos fogem do seu controle. E como reger esse mundo que lhe surge inesperadamente? Confrontamos, então, nesse ponto, a existência de dois mundos, o da casa e o social. Conforme Bachelard (2000, p. 62), entre a casa e o universo em que “estamos longe de qualquer referência às simples formas geométricas [...] a casa vivida não é uma caixa inerte. O espaço habitado transcende o espaço geométrico”. A consequência disso, resultante desse “transcender”, está no fato de Ana tentar reviver essa “previsibilidade” que tem do ambiente doméstico aplicando-a ao ambiente social, no entanto, vê-se fracassada em tal missão. A falta de espontaneidade diante do acontecimento faz com que a personagem receie a própria vida, porque agora esta lhe equivale ao mesmo que desordem, sendo o cego o principal desencadeador:

A rede de tricô era áspera entre os dedos, não íntima como quando a tricotara. A rede perdera o sentido e estar num bonde era um fio partido [...] E como uma estranha música, o mundo recomeçava ao redor. O mal estava feito. Por quê? teria esquecido de que havia cegos? A piedade a sufocava, Ana respirava pesadamente (p. 148)

Desse contato, Ana decreta que “o mal estava feito”, e “como uma estranha música”, vemo-la então apreender o mundo não mais como passível de ser controlado, que podia ser “feito pela mão do homem”, mas cheio de surpresas, indominável. Ela despertará, assim, para esse novo mundo em que a própria sensibilidade nos evidenciará o modo como restabelece este contato. A rede de tricô passa agora a ser “áspera” e a indiferença de outras pessoas comovem-na, quando percebe que nelas “havia a ausência de piedade pelo cego [...] havia uma senhora de azul, com um rosto. Na calçada, uma mulher deu um empurrão no filho! Dois namorados entrelaçavam os dedos sorrindo...” (p. 149). Vejamos, agora, com que surpresa Ana “enxerga” a vida e os seus conflitos paralelos, embora o sentimento de piedade tome conta dela e o verifique ausente nas pessoas próximas ao cego; começa, no entanto, a perceber nessas pessoas, minuciosamente, o que há em cada uma delas, atitudes, sensações, cores. Na verdade, o despertar aqui assimila-se a deixar a “cegueira” que a impossibilitava de perceber a vida, levando-a a assumir que “estar num bonde era um fio partido”. Essa previsão terá efeito corroborativo a partir da declaração de que “mesmo as coisas que existiam antes do acontecimento estavam agora de sobreaviso, tinham um ar mais hostil, perecível... O mundo se tornara de novo um mal-estar. Vários anos ruíam, as gemas amarelas escorriam” (p. 148). Essas duas últimas frases encerram em si um sentido que resultará no que havíamos discutido, ou seja, ao perceber que agora houve uma mudança no que se refere à sua compreensão de mundo, influenciada através do cego, vemos que algo quebra-se, rompe em Ana, e o que sempre cuidou, durante anos, agora o vemos igualmente desfazer-se, ruir-se. Como sinal desse “rompimento”, as gemas amarelas nos soam como sangue. Entendemos, aqui, anunciado em tom de tragédia, que a personagem perde a certeza que até ali a havia conduzido, certeza de que a casa dependia dela, assim como o marido e os filhos. Enfim, toda a “harmonia” exigia a sua mão, como também solicitavam reparo os objetos que levava para conserto e até mesmo o tempo necessário empregado para as compras. E acreditar-se o motivo para que as coisas sigam um rumo, tenham ordem, fazendo disso a sua realização suprema em que nos constata, incansavelmente, que “o homem com quem casara era um homem verdadeiro, os filhos que tivera eram filhos verdadeiros” (p. 146), parece agora adquirir consciência de que todo esforço poderia também resultar em nada. E o temor disso começa então a exacerbar-se, gradativamente em Ana. Psicologicamente, quando insistentemente nos revela que sua vida é perfeita, seja porque é casada e tem filhos, seja porque mantém a ilusão de liberdade/criatividade, há nisso um medo de saber-se inferior, secundária às coisas, resultando, consequentemente, nas suas diversas repetições durante a narrativa.

Até este momento, no entanto, em que a personagem nos revela que “vários anos ruíam”, entendemos tratar-se do próprio casamento, indiretamente, uma vez que este envolvia uma relevância estritamente relacionada à certeza na vida da personagem. Este sentimento de convicção, adquirido através do casamento, está vinculado à proteção que o próprio podia oferecer à Ana ou à “sistematização”, fazendo da casa um ambiente em que se pode controlar, ajustar, harmonizar, uma coisa após a outra. Mesmo que o casamento encerre uma noção de surpresa, “viera a cair num destino de mulher, com a surpresa de nele caber como se o tivesse inventado” (p. 146), ou de proteção pelo marido, “num gesto que não era seu, mas que pareceu natural, segurou a mão da mulher, levando-a consigo sem olhar para trás, afastando-a do perigo de viver (p. 155), entendemos que ele resulta no motivo principal pelo qual Ana empreende sua vida e lhe dá sentido. Entretanto, nesse instante que fora “conduzida” para que acreditasse que somente no casamento alcançaria a felicidade, ao percebê-la “atordoada” e em “desordem”, vemos o marido reafirmar essa crença, “afastando-a do perigo de viver”. Entendemos claramente, segundo Beauvoir (1967, p. 194), que

A vocação do homem é a ação; ele precisa produzir, criar, progredir, ultrapassar-se em direção à totalidade do universo e à infinidade do futuro; mas o casamento tradicional não convida a mulher a transcender com ele; confina-a na imanência. Ela não pode portanto nada se propor, a não ser construir uma vida equilibrada, em que o presente, prolongando o passado, escape às ameaças do dia seguinte, isto é, precisamente, edificar uma felicidade.

O conceito de imanência relacionado à mulher traduz-se em Ana como um empenho na procura de uma “vida equilibrada”. A casa da personagem e as tarefas que constantemente realiza provam-nos essa missão de que se incumbiu Ana, de estabelecer, do contato com os objetos, uma simetria. No entanto, bem mais do que essa ordem pretendida circunscrita ao espaço geométrico, o que a personagem busca é a previsibilidade e, através desta, a certeza de que nada lhe escapa, que a tudo possui. É com isso que Ana “edificará” a própria felicidade, encontrando nos objetos uma prova de poder e influência, já que não o consegue no mundo social. Esse mundo a que nos referimos é “dominado” e “ordenado” pelos homens, convencendo as mulheres de que seus trabalhos rotineiros são essenciais para o funcionamento até mesmo fora do lar. Neste ponto, há uma questão primordial para refletirmos: a proclamação dos homens acerca do empenho feminino, que julgam essencial, dentro do lar, bastaria por si só para justificar uma existência feminina no mundo? Será necessária, portanto, uma explicação “bem” fundamentada que as convençam da sua importância ao funcionamento do lar. E a encontraremos, segundo Maluf e Mott (1998, p. 374), na construção social sobre essa mulher ideal:

A imagem da mãe-esposa-dona de casa como a principal e mais importante função da mulher correspondia àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa. Mais que isso, tal representação acabou por recobrir o ser mulher – e a sua relação com as suas obrigações passou a ser medida e avaliada pelas prescrições do dever ser.

Portanto, reflete-se aqui como o ser social feminino é significado, ou seja, é visto primeiramente enquanto mãe-esposa-dona de casa do que enquanto mulher que tem os mesmos conflitos existenciais que o homem. Assim, vimos que Ana não deixa de cumprir as exigências sociais, porém é somente ao transpor as paredes de casa que a teremos livre, mesmo tendo a sensação da “queda” advinda dessa liberdade. E se o objetivo dela foi encontrar no casamento uma proteção, um confinamento, o que vê agora é a sua própria existência sendo refletida, embora não se desfaça do casamento, compreendendo, claramente, que o que buscava nele era tão somente o convencimento de que a sua vida podia ser “preenchida” de sentido, de ordem, que a podia “distrair” através da rotina doméstica que toda mulher se encarrega, como no caso de Ana. Afora o casamento ser a base em que se estabelece esse “dever ser” que fizeram com que Ana se acreditasse como “essencial” tanto ao lar quanto ao marido e os filhos, temos uma questão subjacente, refletida por Beauvoir (1970), que a envolve em dois conceitos, a imanência e a transcendência. Durante a análise, nos fica fácil entender que ao primeiro relaciona-se a mulher, e ao segundo, o homem. Vimos também que para alcançar a transcendência, já que se encontrava limitada, Ana a exerceu por meio dos objetos. É diante de inúmeras incumbências associadas a um ideal feminino que o esforço de Ana em tentar assumir uma autonomia em face da opressão masculina que a decreta comportamentalmente, tanto dentro do lar como fora dele, que compreenderemos que o problema tem sua raiz já nos primeiros anos da infância dos dois sexos, pois para ele,

o privilégio que detém, e que faz sentir desde sua infância, está em que sua vocação de ser humano não contraria seu destino de homem. Da assimilação do falo e da transcendência, resulta que seus êxitos sociais ou espirituais lhe dão um prestígio viril. Ele não se divide. Ao passo que à mulher, para que realize sua feminilidade, pede-se que se faça objeto e presa, isto é, que renuncie a suas reivindicações de sujeito soberano. É esse conflito que caracteriza singularmente a situação da mulher libertada”[[17]](#footnote-17). (BEAUVOIR, 1970, p. 452)

Há dois apontamentos fundamentais elencados pela autora, são eles: *destino* e *liberdade* feminina. Primeiramente, abordemos com mais ênfase o que vem a ser, necessariamente, a palavra “destino”, empregando-a no caso de Ana dentro da narrativa. Quando Beauvoir (1970) afirma ser o destino do homem condizente com a vivência quando este ainda era criança, ou seja, de que a sua “vocação” não contrariará o seu destino, ocorre, paralelamente, o contrário no caso da mulher. Não será preciso estender-se muito para chegar a seguinte e a uma das conclusões: o destino feminino decretado tem sua raiz desde os primórdios da civilização quando, segundo a autora, o homem sentiu necessidade de fixar-se em suas propriedades, de atribuir uma função à mulher como também aos próprios filhos. Dessa forma, preocupado com a posteridade, incumbiu aos filhos a função de assegurar a posse da terra, passando-a aos próximos herdeiros, honrando assim a memória do patriarca da família. Se antes os filhos pertenciam às mulheres, neste ponto da discussão, passaram a pertencer ao pai, uma vez que significavam a garantia da propriedade. Portanto, não somente a geração de filhos pela mulher envolvia uma questão biológica, mas passou a significar também uma obrigação que atendia a exigências maiores. Nesse cenário, que envolve a manutenção da propriedade privada e a consequente distribuição de atividades aos que nela habitam, vemos com clareza como o destino foi sendo pensado e atribuído tanto para a mãe quanto para os filhos, cabendo ao pai assegurar o funcionamento das diferentes atividades, à mulher a função de gerar, e aos filhos, no caso de homens, a de assegurar a posteridade. Foi dito anteriormente que o destino feminino foi decretado, agora o sabemos claramente que quem o decidiu foi justamente o homem, por isso, tal destino encontra-se já em um cenário que implica posse e garantia ao homem.

Se em algumas culturas, especialmente as de ambiência ocidental, encontramos a liberdade feminina sendo conquistada aos poucos, isso é um fato muito recente na história da humanidade. Se, em vários momentos da história, houve a discussão da desigualdade entre homens e mulheres, até mesmo por homens, geralmente intelectuais, foi somente com a chegada do século vinte que de fato presenciou-se a mudança comportamental e intelectual das mulheres. Sobre essas mudanças e de como se deram, mais adiante, em outro momento da análise, as retomaremos com mais ênfase. No entanto, cumpre aqui destacar o que esse momento histórico proporcionou para a sociedade em transformação até a contemporaneidade.

Décadas anteriores à de sessenta já evidenciavam a inconformidade feminina diante de uma sociedade altamente masculina que ditava sua moralidade com base também nesse pensamento. O reforço do comportamento ideal feminino foi grandemente proclamado durante a Segunda Guerra Mundial, tendo um Estado autoritário, declarando como deveriam ser as mulheres ao desempenharem as funções de esposa, mãe e dona-de-casa. Com esse propósito, governos ditatoriais incentivavam fortemente setores que pudessem contribuir para fixar tal ideal, principalmente a Publicidade. Nesse campo, são inúmeros os exemplos que poderíamos citar para comprovar a existência de uma feminilidade construída em que revistas, como as ligadas à moda e decoração, afirmavam insistentemente existir uma psicologia feminina, expressando, por vezes, direta ou indiretamente, que a sua beleza, quando deveria fazer uso de certos medicamentos ou cosméticos, seria destinada mesmo a agradar aos homens. Com um admirador preciso, a preocupação feminina, instigada pela publicidade, crescia e aquelas em que tal pensamento não reinava, descuidando-se quanto ao preparo da maquiagem ou aplicação de cremes, logo eram rotuladas como “masculinizadas” ou com tendências “feministas”. No entanto, o zelo para a maquiagem ou vestuário deveria também estar dentro dos limites, pois, se as mulheres eram incentivadas a demonstrar uma feminilidade na aparência, o emprego tipo “extravagante” poderia suscitar e reforçar estereótipos que até hoje rondam a mente de conservadores, como, por exemplo, o uso de cores fortes no batom ou roupas curtas serem atribuídos às mulheres ligadas à prostituição, aos cabarés. Um dos tópicos de discussão levantado pelas feministas é justamente sobre a “dubiedade” resultante do olhar masculino que define a mulher como influenciável, incapaz de ter e manter uma opinião própria. Essa ideia, com relação ao que havíamos discutido há pouco, leva-nos a pensar que esse olhar mantém a mesma resolução tanto no campo subjetivo quanto no modo de vestir-se, tendo-as sempre como “imprevisíveis”, “moldáveis”, etc. Essa concepção encerra uma questão primordial, pois ela também envolve o que é ser homem, mesmo que nos soe estranho discutirmos o termo “masculinidade”, pouco mencionado pelas revistas ou setores afins. Embora essa masculinidade nunca tenha necessitado da aprovação ou reprovação feminina na sociedade, ela era posta em discussão caso as mulheres apresentassem uma insatisfação no lar ao evidenciar o fracasso do marido quanto ao desempenho de funções consideradas “masculinas”, como o provimento da casa, dos filhos e da esposa. Isso prova, por exemplo, a ideia de que, se as mulheres são “desordenadas”, “dúbias”, era necessária a intervenção do marido, caso contrário, a exposição da esposa perante a sociedade evidenciava a falta de controle dele nas decisões do lar, implicando-lhe uma moral frágil na sociedade em que convivia. No Brasil, sabe-se que há casos de suicídio relacionados a essas situações de “escândalo” social. Consequentemente, era comum e justificado que as mulheres fossem vítimas de violência doméstica praticada pelos maridos com objetivo de mantê-las sob às suas ordens.

Essa interferência masculina, embora não apresente sinal de violência física, temo-la expressa de certo modo em uma passagem do conto, no momento em que Ana vai ao encontro do marido, na cozinha, ao ouvir um estrondo causado pelo fogão.

Mas diante do estranho rosto de Ana, espiou-a com maior atenção. Depois atraiu-a a si, em rápido afago [...] Num gesto que não era seu, mas que pareceu natural, segurou a mão da mulher, levando-a consigo sem olhar para trás, afastando-a do perigo de viver (p. 155)

Na galeria de personagens de Lispector, a maioria que nos aparece é feminina, sendo pouquíssimos os contos em que se apresentam personagens masculinos, e quando o fazem, geralmente representam algum tipo de repressão na narrativa. É o caso, por exemplo, de *A imitação da rosa* em que Laura expressa preocupação excessiva com relação ao marido, tendo como oposto, o controle masculino de Armando. Embora no caso de Ana não haja uma preocupação como a de Laura, pois apresenta o seu o marido como virtuoso, desejável por toda mulher, há em comum a presença fugaz do homem que, percebendo ou desconfiando da mudança de comportamento da esposa, decide intervir. O que nos chama atenção, nessa cena, é o modo como ele a percebe, “estranho rosto”, e mais minuciosamente, “espiou-a com maior atenção”, e para reparar esse comportamento imprevisto, decide em “rápido afago” fazê-la esquecer desse momento de temor da personagem. Claramente nos fica, desta cena, que o marido representa o esquecimento, a fuga dos problemas, pois compete a ela que se preocupe com outras atividades. Se antes, na narrativa, Ana passou a ter medo da “imprevisibilidade” da vida e de seus consequentes acontecimentos os quais ela não os pode “controlar”, o estouro no fogão a põe em espanto por fazê-la crer na quebra da harmonia do lar. No momento em que decide ir à cozinha para ter conhecimento do que está acontecendo, o esposo a furta dessa constatação, “levando-a consigo sem olhar para trás, afastando-a do perigo de viver”. Esse afastamento que propicia o marido representa também o próprio da personagem, pois a função de pensar não é atribuída a uma mulher que possui tantas outras preocupações, como, por exemplo, a manutenção da casa, dos filhos e dele próprio. Assim, o eximir-se só é possível a Ana quando sabe que tem ao seu lado o marido, que evitará sempre os acontecimentos indesejáveis e, principalmente, a livrará do empenho de pensar a si própria.

Voltemos a questão a que nos propusemos discutir, depois de refletir o destino feminino, que se refere à liberdade e como segue conceituada, quando Beauvoir (1967) reflete sobre a *situação da mulher libertada* e o que isso implica. De acordo com a autora, essa situação só poderia ser de fato alcançada quando a mulher tiver atingido um patamar econômico suficiente que possa libertá-la da dependência financeira do marido. No entanto, diferentemente do homem, tem seu destino contrariado, e uma vez que obtém sucesso em alguma carreira profissional, não será o suficiente para desprendê-la da lógica patriarcal. Ao considerarmos uma suposta liberdade em Ana, a sua manifestação tem um sentido diferente, ou seja, não possui nela o aspecto econômico, pois não exerce outra função fora do lar. No entanto, ao circunscrevê-la no campo da imaginação, Ana acredita-se libertada, e isso fica expresso na maneira como se relaciona com os objetos da casa, tendo-os como dependentes dela, como também o marido e os filhos. O sentimento de liberdade em Ana tem um significado ilusório e justificado, e isso ela mesma nos diz ao perceber que “o vento batendo nas cortinas que ela mesma cortara lembrava-lhe que se quisesse podia parar e enxugar a testa, olhando o calmo horizonte” (p. 145).

Dessa ilusão mantida por Ana, principalmente quando a manifesta a partir do seu contato com os objetos da casa, resulta uma questão hipotética: se a personagem, entrelaçada numa rotina cansativa que exige dela dedicação e preocupação com o andamento da casa, mantendo-se nessa ilusão de liberdade, por que Ana não a realiza concretamente? Se o casamento lhe significa “algo enfim compreensível, uma vida de adulto” (p. 146), e que antes dele, a adolescência se resumia a uma “doença de vida”, qual motivo a leva ter no casamento a sua realização pessoal? A narrativa de Clarice Lispector é dotada de enigmas, sendo necessárias repetidas leituras e, ao fim, o leitor se pegar “catando” indícios e reuni-los para ter uma interpretação razoável. Nesse empenho, ao atermo-nos a tais indícios da narrativa, conclui-se uma primeira ideia: por algum motivo, Ana não pensava a sua existência e que talvez esta lhe fosse mesmo angustiante, por isso ela mesma afirma que somente com o casamento é que pode “criar” algo compreensível, e este assume então um sentido para a personagem, que está ligado à previsibilidade de que falamos em outro momento. Sabemos que a mera repetição não possibilita o desenvolvimento intelectual, e no caso de Ana, isso terá um peso fundamental. Com a rotina tanto interna quanto externa, em que cada dia é constantemente hipotetizado por ela, “quando voltasse era o fim da tarde e as crianças vindas do colégio exigiam-na. Assim chegaria a noite, com sua tranquila vibração. De manhã acordaria aureolada pelos calmos deveres” (p. 147); nada a surpreendia a não ser o dia seguinte, apresentando-lhe o que já sabia. Por isso, o casamento representa a própria fuga, e mesmo que olhe para si, terá o marido que a afastará desse “perigo” de entender-se. No entanto, por mais que o casamento e a casa a coloquem em uma ordem, será somente a partir do cego, completa ausência de ordem, que ela passará a pensar a sua vida e a reafirmar o sentido que tem o casamento para si. A mudança torna-se gradativa, depois de perceber o cego, Ana não consegue imediatamente ir em busca do seu refúgio que é o lar, mas sim, vai diretamente ao encontro do Jardim Botânico. Antes de encerrarmos a discussão a respeito do casamento para a vida de Ana, iniciemos agora uma análise mais detida com base no espaço narrativo, mais especificamente o fluxo de consciência da personagem ao penetrar o Jardim Botânico do Rio de Janeiro.

Mesmo longe de casa, a fim de dar continuidade a outras tarefas, Ana permanece ligada a ela. O rompimento dessa ligação, quando conclui que o cego desencadeou o temor de que não tinha controle sobre nada, evidencia-nos que a personagem sente então uma espécie de desequilíbrio como constata o trecho “perceber uma ausência de lei foi tão súbito que Ana se agarrou ao banco da frente, como se pudesse cair do bonde” (p. 149). Surpreendentemente, quanto a esse rompimento, para restabelecê-lo, Ana precipita-se rumo ao Jardim Botânico e não à casa. Que simbologia carrega esse ambiente na narrativa? Por que a personagem não foi primeiramente ao apartamento onde morava? E a constatação seguinte, quando se encontrava já no próprio Jardim, parece nos revelar algo inédito, pelo menos até este ponto do texto: “A vastidão parecia acalmá-la, o silêncio regulava sua respiração. Ela adormecia dentro de si” (p. 150). Com essa frase, revela-se a alma de Ana, suscitando o pensamento atordoado e a necessidade de conhecer-se como também nos transmite sentidos opostos. A partir dessa ideia de oposição, quando expressa que a “vastidão” a acalmava, põe em evidência duas possíveis interpretações de ambiência linguística, sendo a primeira relacionada ao próprio termo, ou seja, se pensarmos em seu contrário, temos então pares de palavras como “contido”, “restrito”; e por outro caminho, põe uma discussão filosófica em que o indivíduo se vê parte de algo que o transcende, podendo corresponder, nesse caso, à palavra “imensidão”. À primeira sequência de palavras, podemos relacioná-las à própria moradia da personagem e o que esta transmite para o texto. Discutimos há pouco que a rotina de Ana é marcada pela realização de atividades domésticas, que são por sua natureza monótonas e repetitivas, acabando por impossibilitá-la quanto ao desenvolvimento de um comportamento questionador, por isso, justifica-se o emprego aqui mencionado de “restrito”, pois a demanda de tarefas da casa a confinava constantemente em um mundo de certezas. Por outro lado, se refletirmos “vastidão” tendo como correspondente “imensidão”, termo este aqui proposto, constatamos que se refere à alma da personagem em expansão, quando se percebe como “parte” de um todo. É a partir desse ambiente que temos um conflito existencial de Ana que aos poucos começará a exorcizar os pensamentos mais conturbados, chegando a uma discussão moral de como tem vivido. Se inicialmente, ao entrar em contato com este lugar, sentia-se “adormecer dentro de si”, não será o mesmo sentimento quando ela mesma percebe que essa solidão pode envolvê-la em uma série de pensamentos que nunca tinham desencadeado um comportamento que agora assume. Esse sentimento nos é passado quase como premonição, temor: “E de repente, com mal-estar, pareceu-lhe ter caído numa emboscada. Fazia-se no Jardim um trabalho secreto do qual ela começava a se aperceber” (p. 150); e mais adiante, “o Jardim era tão bonito que ela teve medo do Inferno” (p. 151). Vemos aqui uma alusão feita ao Jardim tendo-o como um lugar ambíguo e traidor, pois, se por um lado ele parecia oferecer a ela um “repouso” de si, ao mesmo tempo será também o caos, o delírio, e o último trecho bem nos prova disso.

Dissemos que o Jardim Botânico envolve a personagem e a faz constantemente delirar, e isso é justamente o que acontecerá ao pensar na própria esfera social de que Ana faz parte, a família constituída que sempre teve por desejável e a realização enquanto esposa-mãe-dona-de-casa. Antes de realizarmos essa reflexão tendo por certo a hierarquia social da personagem sendo refletida por ela mesma, vejamos o modo peculiar de como ela “significa” o Jardim, ora atribuindo-lhe o sentido de “fartura” e “morte”:

Nas árvores as frutas eram pretas, doces como mel. Havia no chão caroços secos cheios de circunvoluções, como pequenos cérebros apodrecidos. O banco estava manchado de sucos roxos. Com suavidade intensa rumorejavam as águas. No tronco da árvore pregavam-se as luxuosas patas de uma aranha. A crueza do mundo era tranquila. O assassinato era profundo. E a morte não era o que pensávamos (p. 150-151)

ora tendo o sentido de algo “grande/forte”, de “indiferença”, como nos transmite o trecho

As árvores estavam carregadas, o mundo era tão rico que apodrecia. Quando Ana pensou que havia crianças e homens grandes com fome, a náusea subiu-lhe à garganta, como se ela estivesse grávida e abandonada. A moral do Jardim era outra. Agora que o cego a guiara até ele, estremecia nos primeiros passos de um mundo faiscante, sombrio, onde vitórias-régias boiavam monstruosas. As pequenas flores espalhadas na relva não lhe pareciam amarelas ou rosadas, mas cor de mau ouro e escarlates. A decomposição era profunda, perfumada (p. 151)

A partir dessa percepção da personagem, exposta nos referidos trechos, compreendemos duas constatações feitas: uma, de que o mundo social, tendo-se o Jardim Botânico apenas como metáfora daquele, é um mundo em que o ciclo implica o nascer e o morrer, “o mundo era tão rico que apodrecia”, a inevitabilidade dos fatos, “a crueza do mundo era tranquila”; outra, de um mundo que envolve um mecanismo natural e incontrolável, “a decomposição era profunda, perfumada”, como também a cruel indiferença, “Ana pensou que havia crianças e homens grandes com fome, a náusea subiu-lhe à garganta”, etc. Esse modo de ver os acontecimentos ao redor, nos chama atenção para um fato, que é justamente a visão que ela tem do cego. Anteriormente, havíamos apontado um efeito causado pelo cego quando Ana encontrava-se no bonde, pois ao percebê-lo, acabou ficando abalada também com a própria indiferença das outras pessoas que estavam próximas a ele. Vemos, novamente, esse mesmo sentimento reaparecer agora no Jardim, que fará questioná-la a fé, a sua crença religiosa:

Fora atingida pelo demônio da fé. A vida é horrível, disse-lhe baixo, faminta. O que faria se seguisse o chamado do cego? Iria sozinha... Havia lugares pobres e ricos que precisavam dela. Ela precisava deles...Tenho medo, disse [...] Já não sabia se estava do lado do cego ou das espessas plantas. O homem pouco a pouco se distanciara e em tortura ela parecia ter passado para o lado dos que lhe haviam ferido os olhos (p. 152-153)

Diante desse questionamento, surge em Ana um sentimento de culpa, de que “precisa” ser solidária para com o cego, quase uma obrigação. Mais adiante, quando nos revela que “por um instante a vida sadia que levara até agora pareceu-lhe um modo moralmente louco de viver” (p. 152), ao chegar em casa atordoada depois de ter vivenciado o Jardim Botânico, que também ela vivia contrariamente às suas convicções, assim como aqueles que “lhe haviam ferido os olhos”. Há outra constatação ainda neste trecho que é pertinente ressaltarmos, a existência de uma inerente hierarquia social: “havia lugares pobres e ricos”, e será a partir disso que Ana se situará diante do homem cego que até há pouco a havia conduzido à problematização da sua própria fé. No entanto, por mais que tivesse claro o modo como vivia, tendo-o como “imoral”, a personagem logo assumirá que, mesmo sentindo piedade pelo cego, “era uma piedade de leão” (p. 153). Logo, este sentimento exigirá em Ana uma justificativa maior que a transcenda e que pudesse aliviá-la dessa culpabilidade, e isso ela alcançara ao constatar ao mesmo tempo que “o Jardim Botânico, tranquilo e alto, lhe revelava” (p. 153). Ou seja, já dissemos que o Jardim representa a grandeza, um ciclo que marca um início e um fim, de acontecimentos inevitáveis, assim, ele torna-se algo maior do que a simples existência de Ana. Portanto, o Jardim encerra um mundo “cruel” em que o mais forte está inevitavelmente acima do mais fraco, e é com essa convicção que a personagem declara que “com horror descobria que pertencia à parte forte do mundo” (p. 153), eximindo-se da culpa pelo cego, assim como tantas outras pessoas que antes lhe causavam estranhamento, pois agora também ela faz parte dessa multidão. Do Jardim Botânico, leva consigo o temor dos acontecimentos imprevisíveis que a vida possa lhe colocar, como também a certeza de que integra o lado mais forte da sociedade. Dessa forma, ao retornar para o apartamento, vemo-la atenta para os sinais de perigo da vida como se ela tivesse enfim despertado em si uma consciência da própria situação social que desempenhava. Se antes determinados conflitos existenciais lhe eram incompreensíveis, agora que os confrontou forçosamente, considerando o encantamento do Jardim, obrigando-a a refletir-se, vê a si mesma justificada comparando a sua vida às demais pessoas que vivem em condição social semelhante. É justamente nisso que Ana apoiará a sua razão de viver, obtendo, através da herança do Jardim, a confirmação de que também na sua casa estenderá a mesma lógica e moral, “o mesmo trabalho secreto se fazia ali na cozinha” (p. 154). E dessa lógica, sobressai a discussão para a qual nos dirigimos: a condição social da personagem em contato com a sociedade que a envolve. Se o Jardim Botânico representa um mundo “social” que carrega uma hierarquia abrangendo fortes e fracos, ela o reviverá igualmente em um círculo social mais restrito, no caso, a própria moradia e nela encerrará a harmonia de uma vida doméstica tranquila, marcada sempre, previsivelmente, por acontecimentos encadeados, ordenados.

Depois o marido veio, vieram os irmãos e suas mulheres, vieram os filhos dos irmãos. Jantaram com as janelas todas abertas, no nono andar. Um avião estremecia, ameaçando no calor do céu. Apesar de ter usado poucos ovos, o jantar estava bom. Também suas crianças ficaram acordadas, brincando no tapete com as outras. Era verão, seria inútil obrigá-las a dormir. Ana estava um pouco pálida e ria suavemente com os outros (p. 154)

E dessa harmonia doméstica que tratamos acima, ressaltam dois aspectos que merecem atenção. O primeiro deles é a preocupação insistente em Ana de manter-se “ligada” ao ambiente familiar, às demandas da rotina doméstica, que desde o início do texto aparece, ao mesmo tempo que a vemos entrar em conflito consigo, revendo a moral da sociedade em que foi criada. E conforme Ana constata, mesmo tendo vivido momentos de perturbação dos pensamentos no Jardim, a preocupação em manter as coisas organizadas persiste nela fortemente, revendo com certo desprezo os pensamentos antes vividos que a punham em alerta, “apesar de ter usado poucos ovos, o jantar estava bom”; outro aspecto revela a harmonia dos próprios convidados, “rodeavam a mesa, a família [...] felizes em não discordar, tão dispostos a não ver defeitos” (p. 154) resultando, assim, em uma imagem de família bem composta, indiferente às questões sociais fora de seu círculo. A hierarquia que abordávamos e a estabilidade social podem ser verificadas também através dessa cena em que todos “jantaram com as janelas todas abertas, no nono andar”, uma vez que o morar no “nono andar” traz o sentido de posição elevada, de prestígio na sociedade. A permanência no Jardim possibilitou à personagem perceber a vida como instável, e disso resulta a clara consciência de que tudo a sua volta finda, “como a uma borboleta, Ana prendeu o instante entre os dedos antes que ele nunca mais fosse seu” (p. 154). Ainda no começo desta análise, falamos da existência de dois momentos cruciais, o antes e o depois, marcados pela presença arrebatadora do cego, mas agora, ao passarmos para o espaço do Jardim Botânico, antecedido pela discussão do bonde e do apartamento, vemos assertivamente, a concomitância de três espaços que se relacionam, consequentemente, a três estados de alma da personagem central. Um deles, o bonde, revela-nos uma mulher que preestabelece toda uma rotina, cercando-a de tranquilidade, harmonia, “respirou profundamente e uma grande aceitação deu a seu rosto um ar de mulher [...] O bonde se arrastava, em seguida estacava. Até Humaitá tinha tempo de descansar” (p. 147), entretanto, essa harmonia vai aos poucos se desfazendo ao ver o homem cego na parada, e o bonde aqui assume a desordem, por isso a constatação de que “a rede perdera o sentido e estar num bonde era um fio partido”. Simbolicamente, conforme o texto, o bonde é a possibilidade, mesmo que se mantenha preocupada constantemente com as tarefas dentro e fora de casa, de comunicação com o mundo exterior, e isso já havíamos discutido.

Dentro desse cenário e o que ele nos revela enquanto estado de alma da personagem, surgem vocábulos precisos e significativos, como “fio”, “trilho”, “rede”, em contraposição, temos “ovo”, “gema”, “partido”. A primeira sequência textual transmite uma personalidade que enquadra os acontecimentos, a rotina, dentro de uma lógica que possui ordem, limite. Quando nos revela que o bonde podia significar também “fio partido”, surge então uma mulher diante de um conflito, um imprevisto sob a forma do cego, fazendo desaparecer em Ana a certeza do “destino” do bonde, do retorno ao lar. Já com a “gema”, o dissemos em outro momento que significa “sangue”, mas agora, assimilando-a ao ovo, figura permanente durante o conto, assume outro significado não muito distante. A existência dessa figura, constantemente associada à personagem, presente grandemente em “O ovo e a galinha”, implica inúmeras significações, no entanto, destacaremos algumas delas que são importantes para compreendermos essa personalidade. O “ovo” em Clarice Lispector parece sempre marcar a feminilidade de suas personagens-narradoras e, no caso de Ana, o espanto dela ao constatar o cego tem como correspondente o rompimento/quebra do ovo. Sabemos, dentro da nossa experiência culinária, que os ovos são itens indispensáveis na cozinha, é o que dá a “liga” à massa de trigo, como também pode ser a gestação que exige cuidado e espera, a fecundidade que implica o destino feminino, ou ainda aquilo que é frágil ao simples impacto, atrito com outros objetos ou algo rompido que, nesse caso, resume melhor o estado em que se encontrava Ana quanto ao próprio “rompimento” de suas convicções. Se o bonde transmite então a sequencialidade, ponto de partida e destino, a extensão do lar, pode igualmente significar a transitoriedade, o “acidente de percurso”, a indiferença dos passageiros e, por último, o abalo de um mundo criado pela personagem que resultará já no nosso próximo cenário, discutido há pouco: o Jardim Botânico. E o efeito dele para a Ana aparece como um mal-estar, “desceu do bonde com pernas débeis, olhou em torno de si, segurando a rede suja de ovo” (p. 149), evidenciando o seu pensamento conturbado. Podemos extrair, como no caso do efeito do bonde, uma noção levemente abordada, uma vez que os pares de palavras foram devidamente discutidos a respeito do Jardim. Se por um lado, o bonde nos revela uma mulher surpreendida, espantada, o cenário presente será a própria encarnação do seu interior, coabitando-a as ideias de “céu”, quando questiona a fé, “inferno”, quando revela uma impiedade justificada na sua posição social. Com base nessas duas noções, ora o Jardim é “claro”, “vasto” e “repousante”, ora ele se torna “secreto”, “amaldiçoado”, “devorador”. Por último, como terceiro cenário, o apartamento evoca o “reequilíbrio”, o “refúgio” e a “extensão” do próprio Jardim Botânico. Cumpre analisarmos com certa minúcia o regresso da personagem ao lar, pois é fato que ela não volta da mesma forma como saíra dele.

Enquanto não chegou à porta do edifício, parecia à beira de um desastre. Correu com a rede até o elevador, sua alma batia-lhe no peito – o que sucedia? [...] Ela amava o mundo, amava o que fora criado – amava com nojo. Do mesmo modo como sempre fora fascinada pelas ostras, com aquele vago sentimento de asco que a aproximação da verdade lhe provocava, avisando-a. Abraçou o filho, quase a ponto de machucá-lo. Como se soubesse de um mal – o cego ou o belo Jardim Botânico? (p. 152)

E neste cenário, parecem abundar duas expressões que trazem o oposto daquela mulher antes retratada, “medo” e “nojo”; num momento anterior, tínhamo-la convicta de que “tudo era passível de aperfeiçoamento, a cada coisa se emprestaria uma aparência harmoniosa, a vida podia ser feita pela mão do homem” (p. 146), entretanto, neste ponto da análise e andamento da narrativa, vemo-la adquirir o medo de que tratamos acima, esse sentimento como resposta à constatação de que as coisas podiam fugir do seu controle, manipulação. Ao mesmo tempo que se manifesta nela a descrença quanto à organização do mundo familiar e fora deste, Ana nos revela um novo sentimento, o nojo diante da “ostra”, assimilando-a à “verdade” e o que esta lhe provocava. Desde a sua passagem rápida pelo bonde, o medo começou a surgir timidamente como espanto, mas o nojo foi despertado exclusivamente através do Jardim Botânico, e será com ele que Ana irá ao apartamento. Ao nos determos na trajetória da personagem, que importância assumem tais sentimentos e quais mudanças implicaram para a vida de Ana? Sabemos que, quanto ao primeiro deles, contribui significativamente para a evolução da espécie, advertindo-a dos inúmeros perigos que podem ameaçar a evolução e a permanência no seu habitat natural. No campo psicológico, o surgimento desse sentimento exigirá sempre uma atitude de resolução, enfrentamento ou, em alguns casos, a reclusão, o refúgio, e é justamente este que encontraremos na personagem, por exemplo, o modo desesperado como chega ao apartamento. Se o medo resume um refúgio diante dos problemas inevitáveis e incontroláveis, ora protegendo-se no marido, ora apertando o filho em seus braços, que difere, então, do nojo que passou a sentir? Em ambos temos como contribuintes à crise identitária e existencial da personagem, no entanto, o nojo possui sentido mais restrito quanto à existência dela no mundo. Se no medo Ana consegue pôr uma barreira e fugir ao impacto deste, com o nojo, porém, essa atitude não se faz presente, e aqui temos uma marca que persistirá durante o momento final de sua trajetória. Do mesmo modo que o temor se assimila à constatação de determinado risco à vida, a repulsa o é igualmente, mas parece ter uma expressividade muito maior, principalmente no texto analisado. Pensemos, se no medo há uma resposta de quem o sente, no caso de Ana bem o sabemos como ela se manifesta, do nojo, parece haver um imediatismo na resposta, por isso dizermos que é mais expressivo. Tudo o que causa repulsa, provoca instantaneamente o vômito. Encontramos nisso um parecer mais preciso de como se transformou e adquiriu autonomia a personagem, pois se no temor ela pode esconder-se, em contraponto, continuará resistindo, por isso a representatividade do nojo. Essa evidência culminará em outra afirmação, a de que “amava com nojo” o que “fora criado”. Logo vem à mente a concepção de mundo de Ana, o qual passou a existir para ela, mas com resistência, pois não é fruto da sua “criação”. Com relação à primeira sequência, necessitamos repensar até mesmo no próprio título do conto, “Amor” e o que este abarca simbolicamente dentro da história.

Do que foi exposto acima, a primeira pergunta a que somos impelidos: é possível amarmos com repulsa, resistência? Em uma análise mais superficial, parece haver contraditoriedade na associação “amava com nojo”, uma vez que no campo linguístico do primeiro termo há a sequência de outras palavras que não se diferenciam grandemente entre si. Ilustremos essa questão a partir do poema “Amar” de Drummond[[18]](#footnote-18), quando ressalta um aspecto desse sentimento, que implica “amar solenemente as palmas do deserto, o que é entrega ou adoração expectante [...] doação ilimitada a uma completa ingratidão”. Desse sentido primário do termo, assimilando “adoração expectante” à “doação ilimitada”, condiz com um modo de ser da personagem, evocando um lado mais materno e de dona-de-casa. Nesse sentido, o título atribuído à Ana assume um claro significado e corresponde ao que sente quando está incumbida das tarefas domésticas, esperando sempre o reconhecimento do marido e dos filhos aos quais atribui dependência como também espera até mesmo, ao sentir essa adoração expectante, que os móveis “voltassem arrependidos”. Paralelamente a essa noção de amor, advém a ilusão da posse, da mesma forma que, por não ter de fato a liberdade enquanto mulher, Ana havia se contentado com a posse dos objetos da casa, seja limpando-os, seja consertando-os. Portanto, é através desse sentimento criado que ela fará da sua “doação ilimitada” uma razão de existir para a família. Por outro lado, mesmo que ela ame ilimitadamente, há o fascínio de amar aquilo que lhe causa nojo e estranhamento, resumindo agora outra faceta do termo que é justamente a noção de amor como sinônimo de entrega ao diferente, tendo no cego o alvo desse amor. Surge aqui a ideia de que, como o cego na parada não lhe significa posse, mas que “pendia entre os frutos do Jardim Botânico”, no entanto, esse amor surge como doação “limitada”, amando-o repulsivamente.

Depois de discutirmos satisfatoriamente a respeito do conflito de Ana e quais mudanças foram visíveis no seu comportamento psicológico e social, pensemos novamente o que havíamos deixado em aberto para concluir agora, que se refere à situação dela no casamento. É através desse comportamento social, de mulher casada, que a autoanálise feita por ela mesma parece relacionar-se a uma preocupação mais moral do que necessariamente a uma preocupação da ausência de liberdade. Com isso, comprovamos que o casamento serve de escudo à personagem, fazendo dele o patamar de sua realização pessoal, e mesmo que atribua a ele certa “concretude/certeza”, o mesmo não se dá ao evidenciar que a sua vida é cheia de incertezas e que nem tudo é “passível” de ordem, de mudança. Se situarmos Ana, tendo-a como vítima ou cúmplice, vemos surgir então uma questão pertinente e ainda atual na própria sociedade brasileira, suscitando inúmeros debates, com escopos diversificados, do político, moral, religioso ao biológico, psicológico. Quando falávamos de “destino”, implicando realidades opostas para o homem e à mulher, sendo que, para ele, a “vocação de ser humano não contraria seu destino de homem” (BEAUVOIR, p. 452), porém, no caso dela, vemos facilmente acontecer o contrário, elencamos com isso um dos primeiros pontos de discussão para compreendermos se Ana aceita ou rejeita a sua situação social de casada. Vimos que o casamento é para a personagem um modo de não entrar em conflito com o mundo, e que ele lhe serve como “escudo”, tendo, principalmente, no marido, o protetor que a livra de viver os “perigos”. No entanto, longe da casa, no Jardim Botânico, tendo a “vastidão”, Ana começa a pensar na própria vida, adquirindo desse cenário o “nojo” como atitude existencial diante das coisas do mundo ou, como ela nos diz, diante da “verdade”. Com isso, podemos considerá-la, neste momento da narrativa, cúmplice do casamento, uma vez que ele foi idealizado por ela e que a oferece vantagens.

Acabara-se a vertigem de bondade.

E, se atravessara o amor e o seu inferno, penteava-se agora diante do espelho, por um instante sem nenhum mundo no coração. Antes de se deitar, como se apagasse uma vela, soprou a pequena flama do dia (p. 155)

Com extrema musicalidade poética, o trecho acima nos declara a total indiferença de Ana, esquecida dos pensamentos confusos que a incitavam a questionar a moralidade, a sua bondade enquanto cristã, mas é a partir da posição social que ela justificará essa indiferença para com o alheio, principalmente com relação ao homem cego. Mais uma vez, surge em Ana a concepção de que vida é breve e encerra “riscos”, fazendo com que ela desfrute de prazeres instantâneos, “sem nenhum mundo no coração”. Sabemos que a personagem carrega em si uma atitude também criadora, resultando disso, nesse desfecho marcado por uma cadência que sugere tranquilidade, na assimilação feita tendo o dia como “pequena flama”, como frágil. Essa resignação, ao menosprezar os acontecimentos conturbados e sucessivos do dia, provém de uma aceitação da condição que vive dentro do seu casamento. Através da sua permanência no Jardim, é que pode evidenciar que o casamento não a eximiu de conhecer-se, não correspondeu também às suas expectativas, mesmo assim, Ana decide continuar casada. É com base nessa decisão da personagem que a temos como cúmplice. Embora tenha sido ela a decidir permanecer no casamento, quando tratávamos de “destino”, pensávamos igualmente no peso dos diferentes discursos referidos que contribuem para reforçar a ideologia do casamento como *status*, como suprema felicidade tanto individual quanto do casal, e nesse sentido, Ana passa a ser vítima. Em Beauvoir (1970, p. 15), acentua-se a vantagem do casamento que significa à mulher muitas garantias em que “recusar ser o Outro, recusar a cumplicidade com o homem seria para elas renunciar a todas as vantagens que a aliança com a casta superior pode conferir-lhes”. Nessa concepção, a renúncia dessas vantagens não é feita pela personagem, antes as aceita em concordância com fatores já analisados, como é o caso do destino feminino que a decreta por exemplo. Durante o texto, o fragmento “assim ela o quisera e escolhera” perpassa insistentemente como se Ana quisesse nos provar aquilo de que nem ela mesma tem convicção. Há, nessa frase, um último ponto de reflexão, a que a presença dos verbos “querer” e “escolher” nos apontam. Quanto ao primeiro, parece envolver o “desejo” de Ana, já o segundo, a “autonomia”, entretanto, mesmo que de fato ela tivesse escolhido permanecer no casamento, embora influenciada para isso, poderíamos concluir da mesma forma que era, em seu íntimo, o que sempre quis?

## 3.3 O ovo e a galinha ou ENTENDER É A PROVA DO ERRO

*me chamam até de hermética, como é que posso ser popular? [...] eu me compreendo, de modo que eu não sou hermética pra mim...tem um conto meu que eu não compreendo muito bem...o ovo e a galinha*[[19]](#footnote-19)

A partir do testemunho de seu criador, nos propomos a analisar um dos contos mais extraordinários, sem dúvida alguma, da literatura brasileira, escrito engenhosamente, com ritmo poético absoluto, e com extrema profundidade filosófica, psicológica. Se por um lado, há no “ovo e a galinha” uma linguagem similar aos outros textos de Clarice, seja pelo modo de composição, repetição e fragmentação de frases, seja pela complexidade quanto à identidade da narradora, no entanto, o conto em questão é um dos poucos em que, primeiro, tal narradora não nos aparece imediatamente, e segundo, porque há, através das figuras do *ovo* e da *galinha*, o surgimento de um emaranhado de significados que aos poucos são movidos pela personagem em seu conflito existencial. Esse conflito o vemos acontecendo justamente no espaço narrativo altamente significativo e que persistirá ao longo da narrativa, a cozinha.

De repente olho o ovo na cozinha e só vejo nele a comida. Não o reconheço, e meu coração bate. A metamorfose está se fazendo em mim: começo a não poder mais enxergar o ovo. Fora de cada ovo particular, fora de cada ovo que se come, o ovo não existe. Já não consigo mais crer num ovo. Estou cada vez mais sem força de acreditar, estou morrendo, adeus, olhei demais um ovo e ele foi me adormecendo (p. 307-308)

Assim como a galinha, o ovo é o símbolo que percorrerá todo o conflito da narradora, referindo-se a ele de diversas formas. Anteriormente, comparando com o trecho acima, ela já havia constatado que “quem se aprofunda num ovo, quem vê mais do que a superfície do ovo, está querendo outra coisa: está com fome” ou ainda, “sei que se eu o entender é porque estou errando. Entender é a prova do erro. Entendê-lo não é o modo de vê-lo” (p. 304); nesse ponto de análise inicial, em termos de significância, o que nos coloca essa concepção que a personagem tem a respeito do ovo? Como uma hipnose, o ovo a “adormece”, a faz “desacreditar”, paralelamente, ele também encerra o sentido de indiferença, “só vejo nele a comida”. Essa aparente contradição em que o tem, ora íntimo, ora afastado de si, necessitará de uma análise mais centrada nas inúmeras atribuições de sentido dadas a esse principal elemento que será o responsável pela condução tanto da história quanto de outros elementos relacionados, subordinados. Num primeiro momento, quanto ao segundo elemento, a galinha, está claro que ela tem como correspondente simbólico imediato a própria personagem, entretanto, com relação ao ovo, sua presença evidencia inúmeros sentidos, sendo que, com níveis diferentes, fazem referência a ideias, concepções opostas, isso fica mais nítido se pensarmos, por exemplo, mais uma vez, no fragmento destacado. Considerando que esse último elemento, em nada sucinto, é o que nos revelará a identidade dessa personagem, torna-se necessária então a explanação dos diversos caminhos significativos que percorre o ovo. Consequentemente, os associaremos à personagem a fim de entendermos de como ela se vê enquanto mãe-esposa-dona-de-casa, enquanto indivíduo diante da sociedade e do casamento. De antemão, pensando-a em paralelo com os conflitos individuais e sociais de outras personagens analisadas, esta talvez seja a que mais denota a “insatisfação” e “inconformidade” femininas, pois as denuncia calorosamente, embora isso seja o resultado de uma interpretação em que nos incumbimos de reunir vestígios que nos apontam para esse caminho. Entretanto, o que a aproxima de outras narradoras é o modo “silencioso” de existir no mundo social, e que por não conseguir de fato “intervir” nele, acredita-se necessária a algo ou alguém, “existindo” de forma ilusória, como é o caso de Ana, ou delirantemente, como o é para esta personagem. Em ambas, quando a necessidade de independência se instaura, ao mesmo tempo, pelo motivo de que há pouco falávamos, a atitude que elas assumem em face disso acarreta sempre consequências como resultado de uma intervenção maior que as reprimem, “já experimentei me estabelecer por conta própria e não deu certo; ficou-me até hoje essa mão trêmula” (p. 312). Por ora, nos preocupemos mais com a diversidade de sentidos que o ovo contém e ao que ele nos conduz exatamente.

Tanto em culturas ocidentais quanto orientais, o ovo sempre esteve presente simbolicamente, implicando, em sua totalidade, quase sempre num mesmo significado. Com isso, é comum vê-lo associado à uma série de léxicos[[20]](#footnote-20) que se inter-relacionam em uma mesma linha de significância, tendo-o como a “origem”[[21]](#footnote-21) da vida, a “criação” do mundo e o “princípio”[[22]](#footnote-22) religioso; “a você dedico o começo/dedico a primeira vez” (p. 303), ora circunscrito também como “ancestralidade”, “nas areias da Macedônia um homem com uma vara na mão desenhou-o” (p. 305), ora como um enigma quase “indecifrável”, “terá sido o primeiro jarro moldado pelos etruscos?”[[23]](#footnote-23) (p. 304). Fora essa noção de primitividade que assume o ovo, temos em seguida uma outra mais ambientada no campo filosófico, e neste momento inicia-se um ritmo narrativo interessante em que a personagem ficará mais evidente, dando, pouco a pouco, com os símbolos, uma amplitude maior ao seu eu-feminino e ao conflito existencial. Aliás, diante dessa constatação, é notável o modo como nos aparece, pois em face do que dissemos, ela ficará em primeiro plano somente após a terceira página do texto, sendo este composto, no entanto, por seis páginas ao todo. As três primeiras partes fazem alusão ao próprio “delírio” da personagem, movendo-se, na narrativa, através do ovo e da galinha. Se, hipoteticamente, reordenássemos o texto, antepondo as três últimas páginas às primeiras que são o foco desta análise inicial, ter-nos-íamos um propósito irrefutável de inconformidade com a condição que vive. Entretanto, se ela se manifesta por meio de tais símbolos em que se sobressai um pensamento fragmentado, ressignificando os elementos aqui discutidos, é com eles que, delirantemente, teremos acesso à subjetividade da personagem e como ela apreende o mundo “físico” a partir desse estado.

Anteriormente, quando circunscrevíamos o ovo a partir de “entender é a prova do erro”, surgia então a clara atribuição à ideia de “incompreensão”, esmiuçando-a mais nesse sentido, outro termo aparece como seu correspondente, ou seja, a palavra “inominável”. Assim, desponta-se uma das primeiras concepções da personagem a respeito do ovo.

“[...] tomo o maior cuidado de não entendê-lo [...] o que eu não sei do ovo é o que realmente importa. O que eu não sei do ovo me dá o ovo propriamente dito [...] Ele vive dentro da galinha para que não o chamem de branco. O ovo é branco mesmo. Mas não pode ser chamado de branco. Não porque isso faça mal a ele, mas as pessoas que chamam a ovo de branco, essas pessoas morrem para a vida. Chamar de branco aquilo que é branco pode destruir a humanidade (p. 304-305)

Pensando na correspondência dos dois termos para o ovo, em sua ótica, o que a personagem pretende nos dizer ao afirmar que não podemos e nem devemos compreendê-lo, nem mesmo denominá-lo? Quanto à “incompreensão”, ela mesma é que irá nos justificar, quando se pergunta se “o ovo me idealiza? O ovo me medita? Não, o ovo apenas me vê. É isento da compreensão que fere” (p. 304); já com o fragmento “a veracidade do ovo não é verossímil. Se descobrirem, podem querer obrigá-lo a se tornar retangular” (p. 305), tem como seu correspondente imediato o termo “inominado”. Em concordância com o rumo interpretativo que estabelecemos previamente para esta análise, podemos fazer uma associação desses dois termos e resultá-los em subsequentes pares: a “essência” humana e o “destino” criado por ela. Antes de partirmos para uma reflexão detida na relação de tais pares para o contexto narrativo, discutamos, no entanto, a noção de “existência” na narrativa de Clarice Lispector associando-a, por fim, aos conflitos vivenciados pelas personagens.

Na maioria de seus textos, encontramos os diferentes conflitos existenciais quase sempre ligados a determinados elementos que fazem parte do mundo “físico”, desencadeando, a partir disso, a consciência das personagens e o modo como elas vivem. Sobre o contato físico dessas narradoras com esses elementos, geralmente acontecem de forma brusca e inesperada, mantendo uma relação significativa com determinado símbolo que percorrerá a narrativa, é o que vemos, por exemplo, em Luísa, tendo no banho gelado do tanque o próprio despertar para a sua condição social, psicológica, e a água como sinônimo de “purificação”, de “passagem” entre um estado e outro. Em Ana, o conflito acontecerá quando percebe o cego na parada de ônibus, e se ele é o símbolo máster, tendo o sentido de “desequilíbrio”, em segundo plano, no entanto, o ovo e a gema assumem vários sentidos, como, “ruptura”, “sangue”, etc. Caso semelhante ao de Ana, encontraremos em Carla de Souza[[24]](#footnote-24), esposa de um homem rico, que ficará abalada ao ser abordada por um mendigo que a pede esmola. Já em Laura[[25]](#footnote-25), a rosa será, no momento em que se vê indecisa quanto à sua doação ou não para a amiga Carlota, o símbolo que também marcará o próprio desejo da personagem, transmitindo “sedução”, “renovação de si”. Além dessa relação simbólica de tais elementos com as personagens de Clarice, vemos surgir, ao mesmo tempo, um “sintoma”, caracterizando a transformação vivida por estas personagens, é o caso do nojo em Ana, da culpabilidade em Laura. Embora elas sofram mudanças comportamentais ou psicológicas, o existencialismo para Clarice Lispector em suas narrativas quase sempre marca uma ausência de ação concreta que possibilite a interferência feminina no mundo social. Se pesarmos para que lado pende mais essa mudança, se comportamental ou psicológico, vemos que de fato está mais presente para o segundo, e aqui há a ideia também do que tratamos, ou seja, que por motivos discutidos anteriormente, o desejo de transmutação permanece latente nelas, ao passo que para o primeiro, decorre certa resignação consciente. Esse comportamento de subordinação que o pensamos “consciente” por parte dessas personagens-narradoras está para o fato de haver na figura do marido, quando raramente aparece, a repressão, a “contenção” de um comportamento desconhecido, exemplo mais expressivo temos em Armando[[26]](#footnote-26), é por isso que a mudança se faz mais presente no campo subjetivo.

A existência nos textos lispectorianos e o que ela faz eclodir parecem contradizer a “liberdade” que advém do existencialismo filosófico sartriano, pois, neste pensamento, se elas são livres para escolhas, por quais razões então não as fazem? Quando em outro capítulo de análise abordávamos a liberdade feminina, nos parecia então termos encerrado essa questão, se não satisfatoriamente, no entanto, razoavelmente. Contudo, não podemos desconsiderar completamente que houve liberdade na decisão que elas mesmas tomaram diante dos conflitos vivenciados, mas isso implicou também numa escolha condicionada, influenciada pelas diversas ideologias que determinam a função feminina e masculina na sociedade contemporânea. Se, por um lado, vemos a mulher circular livremente na sociedade, competindo no mundo social pensado fortemente para os homens, por outro, a temos com uma demanda crescente, pois no lar ela ainda encontrará mais encargos, exigências. Por isso, a livre escolha nem sempre dar-se-á favorável às mulheres e que não acarrete consequências drásticas, mas pelo contrário, e isso nos provam determinadas personagens de Clarice Lispector, serão danos imponderáveis. Já apontamos que a experiência, tímida, de algumas personagens tentando restabelecer uma autonomia fora de casa, longe do marido e/ou dos filhos, tornou-se uma empreitada difícil ou malograda. Mesmo que Ana entendesse agora que o casamento não era o que pensava, não consegue imaginar-se independente, porque sabe que dele terá facilmente um prestígio social, por isso escolhe permanecer casada. Em outros casos, o casamento se assemelha à monotonia ou à ausência de expectativas: Cristina[[27]](#footnote-27) busca, ao abandonar Jaime e a casa, viver a paixão que sentia por Daniel, porém, vendo-se confusa e que este não possuía os encantos que tanto a aproximavam dele, acaba regressando ao casamento: “quanto a mim, continuo. Já agora sozinha. Para sempre sozinha” (p. 68); já Catarina[[28]](#footnote-28), embora não tenha desfeito o casamento com Antônio, “teve subitamente vontade de lhe perguntar (à Severina, sua mãe) se fora feliz com seu pai” (p. 221). De forma geral, o casamento continua sendo a base, o ponto de partida para as personagens de Clarice, justamente porque significa “estabilidade”, “imutabilidade”, uma vez que veem suas expectativas frustradas. Para a personagem-narradora em análise, entretanto, tal experiência foi nitidamente frustrada:

[...] Tivesse eu insistido um pouco mais e teria perdido para sempre a saúde. Desde então, desde essa malograda experiência, procuro raciocinar deste modo: que já me foi dado muito, que eles já me concederam tudo o que pode ser concedido; e que outros agentes, muito superiores a mim, também trabalharam apenas para o que não sabiam. E com as mesmas pouquíssimas instruções. Já me foi dado muito (p. 312)

Deste fragmento, percebe-se duas questões que serão discutidas posteriormente, ou seja, uma relacionada à função a qual se atribui a personagem (se vê como agente) e, outra, à afirmação “já me foi dado muito”. Todavia, para retomarmos os conceitos antes apontados, “essência” e “destino”, os abordaremos a partir do Existencialismo com Jean Paul Sartre. Para o autor, nessa linha de pensamento filosófica, o indivíduo adquire uma essência no momento em que é “lançado” ao mundo, cabendo-lhe a função precípua da escolha que vier a fazer, por isso, esse indivíduo possui também a liberdade que havíamos discutido. Entretanto, segundo Sartre (1970, p. 03), tal essência poderia preceder à existência quando se trata da relação humana com os objetos, e nisso, implicam conceitos como, por exemplo, “definição”, “determinação”, em que um impera sobre o outro.

[...] o corta-papel é, simultaneamente, um objeto que é produzido de certa maneira e que, por outro lado, tem uma utilidade definida: seria impossível imaginarmos um homem que produzisse um corta-papel sem saber para que tal objeto iria servir. Podemos assim afirmar que, no caso do corta-papel, a essência – ou seja, o conjunto das técnicas e das qualidades que permitem a sua produção e definição – precede a existência; e desse modo, também, a presença de tal corta-papel ou de tal livro na minha frente é determinada. Eis aqui uma visão técnica do mundo em função da qual podemos afirmar que a produção precede a existência.

A partir da noção discutida, chama-nos atenção um primeiro ponto de análise levantado pelo autor, a “utilidade definida”. Se o indivíduo, ao nascer, vai aos poucos constituindo e “definindo” a própria essência, em contraposição, com relação à elaboração do objeto, neste caso, o corta-papel, temo-lo como essência que “precede” a sua existência no mundo, considerando-se a finalidade a qual lhe foi atribuída pelo próprio indivíduo criador. No caso do sujeito, é na imagem de um ser superior, um Deus[[29]](#footnote-29), que ele encontrará uma finalidade para si, uma definição de vida. A respeito dessa finalidade resultante da manipulação dos objetos pelo indivíduo que o cria, parece emergir uma questão importante a ser brevemente analisada: é inerente ao ser humano a definição das coisas que o cercam e, a partir disso, consequentemente, o próprio destino dado para estas mesmas coisas. No começo desta análise, foi dito a respeito do ovo, segundo a personagem, que ele não poderia ser “compreendido” nem “denominado”; “[...] A lei geral para continuarmos vivos: pode-se dizer “um rosto bonito”, mas quem disser “o rosto” morre” (p. 305); neste momento da discussão, nos deparamos com a correlação entre “destino” e “definição”. Levando em consideração a ressalva feita pela narradora a respeito do perigo de se denominar, de se definir o ovo, quais sentidos então poderiam estar contidos nessa fala da personagem? Em outro momento, ela ainda nos diz que “quem lutasse por torná-lo retangular estaria perdendo a própria vida. O ovo nos põe, portanto, em perigo. Nossa vantagem é que o ovo é invisível” (p. 305-306). Por ora, deixemos essa reflexão suspensa a respeito da relação aqui apontada entre os referidos termos para discutirmos, agora, outro conceito de essência voltado unicamente à existência do ser no mundo.

Portanto, com relação ao sujeito e à sua existência no mundo, Sartre (1970, p. 04) reformula a questão nos questionando se o conceito de essência que precede os objetos é o mesmo que se aplica à concepção existencial desse sujeito.

[...] o que significa, aqui, dizer que a existência precede a essência? Significa que, em primeira instancia, o homem existe, encontra a si mesmo, surge no mundo e só posteriormente se define. O homem, tal como o existencialista o concebe, só não é passível de uma definição porque, de início, não é nada: só posteriormente será alguma coisa e será aquilo que ele fizer de si mesmo” (SARTRE, p. 04)

Logo, a diferenciação entre a concepção de essência do objeto e do sujeito se resume em duas ideias: na primeira, o indivíduo é quem manipula e destina o objeto criado, tendo em mente, previamente, uma determinada finalidade para essa existência. Já na segunda, ao contrário, é esse mesmo indivíduo que se vê criador de si mesmo, quando justamente “encontra a si”, e que posteriormente, definir-se-á no mundo social. Dessa forma, a partir da afirmação da personagem de que “nossa vantagem é que o ovo é invisível”, contrastando-a à “o que eu não sei do ovo me dá o ovo propriamente dito” (p. 304), encontramos duas noções relacionadas a essa essência humana, uma delas, que subjaz do primeiro fragmento, revela uma essência que passa a significar aquilo que nunca possuirá uma “forma” que a restrinja. Havíamos dito que é próprio do sujeito a determinação dos objetos que elabora, pensando na finalidade a que eles se destinam. Consequentemente, essa intervenção humana e o desejo de posse sobre os objetos, anseia igualmente dar forma aquilo que é “invisível”, justamente para concretizar esse sentimento de posse; “[...] a veracidade do ovo não é verossímil. Se descobrirem, podem querer obrigá-lo a se tornar retangular” (p. 305); fora esse desejo humano em denominar como forma de entender aquilo que lhe escapa de sua compreensão, com a segunda noção, temos o ovo como “mistério”, algo “inacessível” que faz parte do ser. É justamente essa parte misteriosa que representa aqui a própria subjetividade humana a qual permanece, inevitavelmente, presa à determinação alheia, mas nem por isso mesmo concentra somente o que veem. Há nisso, portanto, neste ponto de discussão, um paralelismo entre exterior e interior, corpo e alma, que mais a diante abordaremos enfaticamente. Ainda dentro da concepção de que a “existência precede a essência”, simultaneamente, desponta outro aspecto que é referente ao próprio modo como surgimos, ou melhor, como somos “lançados” para o mundo físico: somos um “nada” que aos poucos se constitui e será responsável por aquilo que fizer de si.

A partir dessa concepção, de que o sujeito é responsável quanto à constituição de sua essência, é que percebemos uma relação de dependência do ser com o seu interior: “[...] para que o ovo atravesse os tempos a galinha existe. Mãe é para isso” (p. 305); “o ovo não tem um si-mesmo. Individualmente ele não existe” (p. 303), e nessa relação, ressalta-se que o ovo assume ora a figura de determinante e a galinha, de subordinada a ele, tida como instrumento, meio, ora de “dependente” a ela. Esse fato pode ser compreendido se pensarmos que a galinha representa o “eu-feminino” da personagem, o que será comprovado no transcorrer da narrativa, e o ovo, a sua “essência”. Nesse movimento em que se percebe um conflito entre “interior” e “exterior”, que se confundem, pois, nas três primeiras páginas, o ovo havia sido a figura central, no entanto, mais adiante, ele torna-se secundário para dar lugar à galinha. Nisso, já dissemos que a personagem se mostra indiretamente através dos símbolos aqui analisados, e que a temos mais nítida no momento em que chegamos mais perto das três últimas páginas. A respeito do paralelismo que tratávamos antes, neste momento, é que o podemos entender melhor. Sendo assim, de acordo com essa narradora, ao falar da galinha, nos afirma que ela

continua sendo redesenhada. Ainda não se achou a forma mais adequada para uma galinha. Enquanto meu vizinho atende ao telefone ele redesenha com lápis distraído a galinha. Mas para a galinha não há jeito: está na sua condição não servir a si própria. Sendo, porém, o seu destino mais importante que ela, e sendo o seu destino o ovo, a sua vida pessoal não nos interessa (p. 307)

Ainda em Sartre, o indivíduo vai se construindo a partir do momento em que ele “aparece” no mundo, não menos importância terá para ele o futuro, e sendo este o foco para o qual o ser se encaminha, projetando[[30]](#footnote-30)-se, é a partir disso que encontramos, na correspondência imediata de “destino” e “futuro”, um tópico de discussão que está voltado, exclusivamente, ao indivíduo dentro da sua trajetória e o que ele realiza para si, portanto, não nos interessará mais prolongar detidamente a discussão em torno do conceito “essência” que o tínhamos relacionado à “destino”, mas tão somente analisar este último associando-o à personagem. Embora o tenhamos discutido outras vezes, com Beauvoir (1970), havíamos concluído que para a mulher o destino é completamente diferente do que o é para o homem, pois o dele em nada contraria o que desde a sua infância vem lhe sendo “prometido” até de fato concretizá-lo na fase adulta. Portanto, a partir do trecho acima, o destino da personagem não advém de um futuro em que ela mesma se projeta, escolhe, antes, porém, está mais circunscrito a um estado passivo já definido: “está na sua condição não servir a si própria/a sua vida pessoal não nos interessa ”. Acerca da relação de dependência que falamos antes, do eu-feminino encoberto pela figura da galinha, e o ovo como a essência daquele, evidencia-se que há nisso uma disparidade constante, “[...] galinha desajeitada. O ovo certo. A galinha assustada. O ovo certo” (p. 304), que o ovo representa a imutabilidade e a galinha, um ser sem “forma”, em processo de definição, ajuste, “continua sendo redesenhada”. Afora essa constatação, ainda sobre a relação de exterior e interior, chama-nos atenção o modo como ela de repente passa a ser fruto de uma eventualidade, de um rascunho qualquer, vindo de uma pessoa estranha que a desenha tentando achar uma forma adequada, mesmo que o faço ao acaso, “com lápis distraído”. Embora tenhamos apontado a clara relação, simbólica, entre a personagem-narradora e a galinha, passemos então a estudá-las, simultaneamente, a fim de tornar mais evidente essa associação e em que medida significativa a personagem se vê como a galinha.

Dessa forma, já dissemos que a galinha é mencionada sempre secundariamente ao ovo, ora sendo discutida quanto ao seu aspecto, é “disforme”, “tem o ar constrangido [...] tonta, desocupada e míope” (p. 306-307), ora quanto ao “eu” que assume diferentes acepções em que, uma, ele tem um sentido atemporal, “é sempre a tragédia mais moderna”, é contraditório, “a vida interior da galinha consiste em agir como se entendesse”, é dramático, “qualquer ameaça e ela grita em escândalo feito uma doida” (p. 307), e ainda temo-lo como mártir, “o ovo é a cruz que a galinha carrega na vida”, como utópico, sonhador, “não tem senso da realidade” (p. 306). Na metade do texto, vemos surgir então a própria personagem, e é interessante o modo direto e racional como se nos apresenta, já imaginando, no seu discurso, ser ela mesma a galinha.

A galinha que não queria sacrificar a sua vida. A que optou por querer ser “feliz”. A que não percebia que, se passasse a vida desenhando dentro de si como numa iluminura o ovo, ela estaria servindo. A que não sabia perder a si mesma. A que pensou que tinha penas de galinha para se cobrir por possuir pele preciosa, sem entender que as penas eram exclusivamente para suavizar a travessia ao carregar o ovo, porque o sofrimento intenso poderia prejudicar o ovo. A que pensou que o prazer lhe era um dom, sem perceber que era para que ela se distraísse totalmente enquanto o ovo se faria. A que não sabia que “eu” é apenas uma das palavras que se desenha enquanto se atende ao telefone, mera tentativa de buscar forma mais adequada. A que pensou que “eu” significa ter um si-mesmo. As galinhas prejudiciais ao ovo são aquelas que são um “eu” sem trégua. Nelas o “eu” é tão constante que elas já não podem mais pronunciar a palavra “ovo”. Mas, quem sabe, era disso mesmo que o ovo precisava. Pois se elas não estivessem tão distraídas, se prestassem atenção à grande vida que se faz dentro delas, atrapalhariam o ovo (p. 308)

Depois de analisarmos brevemente a galinha, chegamos à conclusão de que ela representa a “submissão”, o “instrumento/meio”, a ausência de correspondência da sua forma para com o ovo, e que, neste ponto da análise, ela segue, nitidamente, incorporada à personagem-narradora, faz-se necessário, portanto, entender ambas a partir de duas noções amplas que aos poucos iremos exemplificar minuciosamente. A primeira delas diz respeito à própria submissão e, a segunda, a uma autonomia abstrata. Assim, considerando a aplicabilidade de tais conceitos, de que forma a personagem significa a sua existência ao mover-se indiretamente através da galinha? Antes de iniciarmos essa discussão com base na relação dos termos veiculados, façamos apontamentos em algumas das informações do excerto acima. Sendo assim, no mesmo caso da galinha, a personagem também se vê como instrumento: “pensou que tinha penas de galinha para se cobrir/ pensou que o prazer lhe era um dom”. Entretanto, diferentemente da galinha, quando a personagem nos diz que “não queria sacrificar a sua vida”, há com isso certa decisão, implicando essa atitude a “perda do estado de galinha”. Com a segunda frase, “optou por querer ser feliz”, nos revela mais ainda o conhecimento daquela decisão, suportando as consequências de ter a atitude de prevalecer mais que o ovo. Em outro momento, havíamos conduzido a discussão sobre o ovo tendo-o como a “essência” dessa personagem, porém, nesta passagem, assumindo tais consequências de se relativizar a importância do ovo, ela nos transmite já outro sentido atribuído a ele, ou seja, é o que mais adiante ficará em evidência quando afirma que “as galinhas prejudiciais ao ovo são aquelas que são um eu sem trégua”. Em outras passagens, há menção de igual teor com relação a esse olhar que a narradora constantemente realiza sobre o ovo, fazendo dele um impeditivo que a torna menos autônoma. Vejamos com que similaridade estão relacionadas ao ovo a personagem e a galinha e como elas veem a presença daquele elemento que está longe de esgotar-se nesta análise.

Dessa relação com o ovo, resulta, por vezes, a crença de que é “necessário” que tanto a personagem quanto a galinha sejam apenas “meio” para delas se concretize o ovo; “é necessário que a galinha não saiba que tem um ovo. Senão ela se salvaria como galinha, o que também não é garantido, mas perderia o ovo. Então ela não sabe. Para que o ovo use a galinha é que a galinha existe. Ela era só para se cumprir, mas gostou” (p. 306), e mais a frente, no desfecho, resignadamente a personagem nos diz que “por devoção ao ovo, eu o esqueci. Meu necessário esquecimento. Meu interesseiro esquecimento” (p. 313). A partir disso, mais uma vez, põe-se em foco o que havíamos mencionado, que esse elemento constante na narrativa significa mesmo a essência humana em expansão, só que, no entanto, aqui vemos que há a ideia de separação, visto termos discutido o paralelismo entre forma e conteúdo, o interior e o exterior. O eu internalizado que discutimos manifesta-se em medidas significativas um pouco diferenciadas, ou seja, para a galinha, o não saber da existência do ovo implica não romper com a ordem da natureza, não deixar de ser o instrumento de algo que a define e que ela não o sabe. Para a personagem, entretanto, dotada de consciência, esse “eu” latente segue como um segredo mantido por ela o pondo igualmente no escopo do “necessário”. Nessa passagem, nota-se o emprego do termo “esquecimento” e quanto ao seu uso, o vemos sendo mobilizado peculiarmente, pois, se ela nos coloca esse esquecimento como necessário, o que ela intenciona então ao marcá-lo como “interesseiro”? A explicação para tal propósito e de como essa narradora vê o seu eu interior está no fato de que ele permanece nela equivalendo ao delírio, pois ao acreditar-se interesseira, ela assume uma superioridade em face da sua real submissão. Por isso, remete ao que mencionávamos quando tratamos a submissão e a extremidade desta que é a autonomia abstrata. Quando afirmarmos que a personagem não possui autonomia, porém, para ela mesma esta se concretiza no plano fantasioso, mas que não a possibilita, de fato, a transcendência discutida por Beauvoir. É nessa fantasia, por exemplo, que a teremos “encarnando” pessoas que exercem funções diversificadas.

Seguindo a linha de pensamento anterior, embora não tenhamos encerrado a reflexão sobre esse “eu” a que denominamos “internalizado”, fazendo oposição ao externo, olhemos, por ora, com minúcia o modo como o destino da galinha é marcado consequentemente ao da personagem. Dessarte, no fragmento “a galinha não foi sequer chamada [...] é diretamente uma escolhida” (p. 306) encontramos certa similaridade em:

o que me revela que talvez eu seja um agente é a ideia de que meu destino me ultrapassa: pelo menos isso eles tiveram mesmo que me deixar adivinhar, eu era daqueles que fariam mal o trabalho se ao menos não adivinhassem um pouco; fizeram-me esquecer o que me deixaram adivinhar, mas vagamente ficou-me a noção de que meu destino me ultrapassa, e de que sou instrumento do trabalho deles. Mas de qualquer modo era só instrumento que eu poderia ser, pois o trabalho não poderia ser mesmo meu (p. 312)

Conforme a própria narradora constata, ela é o “instrumento do trabalho deles”, e assim como a galinha, o seu destino também a “ultrapassa”, pois ele foi determinado por outras pessoas. Sobre quem são exatamente essas pessoas, podemos afirmar que se referem aos familiares da personagem, mais exatamente aos filhos, porém, o que nos chama mais atenção não é somente a evidência de quem são eles, mas a concepção que ela carrega em si. Quanto a essa concepção, em correspondência à simbologia da galinha, ela também tem a si como “preciosa”, “minha revolta é que para eles eu não sou nada, eu sou apenas preciosa: eles cuidam de mim segundo por segundo, com a mais absoluta falta de amor; sou apenas preciosa” (p. 311). O emprego de “amor” feito por ela implica outro sentido que mais adiante o refletiremos. Notemos, ainda nessa passagem, a frase “fizeram-me esquecer o que me deixaram adivinhar” e o que ela encerra precisamente. Aqui, mais uma vez, percebe-se a palavra “esquecer”, porém, neste caso, ela assume um sentido peculiar. Uma primeira interpretação nos leva para a conclusão de que a personagem foi mesmo “convencida”, em certo tempo de sua vida, a acreditar que o fato de ser indispensável era o que a justificava, o que a tornava realizada. Uma segunda, já nos conduz a seguinte proposição: tanto o esquecimento quanto a adivinhação estão estritamente ligados a narradora e ao modo como ela concebe a sua relação dentro da família, sua obrigação enquanto mãe; entretanto, esse mesmo esquecimento relaciona-se ao que foi supostamente “adivinhado”, e disso temos uma questão a ser pensada. Como esquecer algo que nos é “impreciso”? Outra, por qual motivo a levaram para tal esquecimento? Dessa forma, mesmo sendo uma concepção dela, são essas pessoas que detêm o controle sobre ela determinando-lhe uma funcionalidade. Consequentemente, diante dessa influência que a determina, ela ainda traz em si, como uma inquietude, irresignação, “vagamente [...] a noção de que meu destino me ultrapassa”.

Com relação ao destino da galinha, de acordo com a narradora, quando nos diz que ela não foi “sequer chamada”, de que foi, ao contrário, “escolhida”, percebe-se um paralelo com a condição da personagem, que também sofre a determinação. O resultado disso não influi negativamente para ela, pois o ovo continua representando a “revelação” de si, “desnuda a cozinha. Faz da mesa um plano inclinado. O ovo expõe” (p. 304), e mesmo que ele permaneça em segredo, reprimido, o veremos revivido a partir do momento em que ela, a fim de fugir do peso dessa determinação alheia, fantasiosamente incorporará algumas profissões. Assim como a galinha foi escolhida, a personagem em certa medida também o é, se pensarmos, por exemplo, na definição de um eu-feminino que deve responder a um estereótipo criado, que lhe atribui funções específicas. No entanto, mesmo que a consideremos “escolhida”, de acordo com o que falamos, ela ignorará esse fato e acreditará ser um agente, fruto da sua imaginação que a faz ter uma autonomia, um controle da situação, mesmo que abstrato. Antes de abordarmos a implicância desse recuo da personagem, façamos uma análise com relação ao seu estado psicológico que propicia e justifica, posteriormente, o porquê de ela imaginar-se desempenhando papéis diversos.

a galinha vive como em sonho. Não tem senso da realidade. Todo o susto da galinha é porque estão sempre interrompendo o seu devaneio. A galinha é um grande sono. (p. 306)

[...]

Os ovos estalam na frigideira, e mergulhada no sonho preparo o café da manhã. Sem nenhum senso da realidade, grito pelas crianças que brotam de várias camas, arrastam cadeiras e comem, e o trabalho do dia amanhecido começa, gritado e rido e comido, clara e gema, alegria entre brigas, dia que é o nosso sal e nós somos o sal do dia, viver é extremamente tolerável, viver ocupa e distrai, viver faz rir (p. 310-311)

Confirma-se novamente o que em outro momento o dissemos, a respeito do cenário frequente que percorre a narrativa, ou seja, a cozinha é o lugar por excelência em que se desenrolará todo o delírio da personagem. Tanto ela quanto a galinha, vivem sem o “senso da realidade”, sendo que para esta assume o sentido próprio da condição existencial atribuída e, aquela, o assume associando-o à “ocupação” e “distração”. Surge-nos, então, uma problemática levantada pela personagem, circunscrita à realidade e de como a significa. De acordo com o rumo desta análise, claramente temos nessa ideia uma referência à “realidade” como sinônima do esquecimento do seu próprio eu, que o momento presente a exime de continuar pensando em si mesma; “mas se ele for esquecido. Se eu fizer o sacrifício de viver apenas a minha vida e de esquecê-lo” (p. 313), consequentemente, representa também o próprio “desligamento” da personagem desse ambiente que é agitação, inquietação. Por isso, com certo automatismo, ela parece, aos poucos, sair desse sono em que delirava e, assim como a galinha, tem inevitavelmente o seu devaneio interrompido pela presença dos filhos. Embora as exigências desse cenário impliquem para ela a dedicação, não faz disso um insucesso, pois ela, como nos diz, além de sentir-se distraída e ocupada, pode também rir, compartilhar da alegria daquele momento em que prepara o café da manhã. Caso semelhante ao dela, quando a personagem mantém a ilusão de que detém a situação, aparece em Ana, justamente quando se desoprimia da rotina e deleitava-se olhando o “calmo horizonte”. Fora esse aspecto, a semelhança se inscreve analogamente no momento em que a personagem em questão se concebe como instrumento, agora não mais de forma passiva, passando, por conseguinte, a exercer uma “medida” dos acontecimentos quando julga que o dia é como “o nosso sal e nós somos o sal do dia”. A partir disso, embora ela nos evidencie a sua resignação em ser submissa, por outro lado, nos revela outra face que é a própria liberdade do seu ser; “o meu mistério é que eu ser apenas um meio, e não um fim, tem-me dado a mais maliciosa das liberdades: não sou boba e aproveito” (p. 311); ou seja, ela pode agora assumir diferentes identidades às quais permanecem fora do alcance da repressão dos que lhe cercam.

É através desse estado de sonolência que constatamos um movimento incessante de várias identidades que ela vai elencando. Notemos, portanto, em que nível significativo ela o faz e exatamente a que profissão corresponde essa identificação.

O falso emprego que me deram para disfarçar a minha verdadeira função, pois aproveito o falso emprego e dele faço o meu verdadeiro; inclusive o dinheiro que me dão como diária para facilitar minha vida de modo a que o ovo se faça, pois esse dinheiro eu tenho usado para outros fins, desvio de verba, ultimamente comprei ações da Brahma e estou rica. A isso tudo ainda chamo ter a necessária modéstia de viver. E também o tempo que me deram, e que nos dão apenas para que no ócio honrado o ovo se faça, pois tenho usado esse tempo para prazeres ilícitos e dores ilícitas, inteiramente esquecida do ovo. Esta é a minha simplicidade (p. 311)

Resgatando passagens anteriores do texto, ao lermos o início do fragmento em questão, destaca-se logo que essa “verdadeira função” refere-se à de um agente que a personagem acredita ser na sua fantasia. No entanto, mais a frente, quando declara que o dinheiro recebido em casa serve-lhe “como diária para facilitar” a sua vida, parece aludir então à função de uma empregada doméstica. Na mesma linha, agora ela assume outro papel, a de uma empresária que decide comprar as “ações da Brahma”. Por ora, pensemos mais no sentido atribuído à primeira função que ela nos revela, pois é a partir desta que a personagem relacionará as demais. Mas o que implica, dentro do seu delírio, ser uma agente? Sabemos, quanto às exigências dessa função, que um agente está incumbido de resolver determinado problema a que lhe destinam. Em outra passagem, tínhamos dito que a galinha foi “escolhida”, talvez aqui encontramos uma relação de similaridade entre ambas, considerando que a função de agente tem por princípio a irmandade com outros agentes para uma específica missão. Se pensarmos na suposta “irmandade” no reino animal, especificamente no caso da galinha em seu habitat, perceberemos então que há um comportamento ligado ao seu instinto animal em que uma protege a outra, e de forma mais ampla, todas seguem protegidas pelo galo. Durante certo tempo, quando está ainda na fase de chocar os ovos, a galinha mantém-se extremamente dedicada a eles e sempre atenta a qualquer ameaça, e todos vivem em torno da existência do ovo. Entretanto, a dedicação para a personagem, embora seja semelhante à da galinha, “meu sacrifício é reduzir-me à minha vida pessoal” (p. 308), e quanto a esta, “sendo o seu destino o ovo, a sua vida pessoal não nos interessa”, vemos aqui, conforme o que destaca o trecho “o tempo que me deram [...] tenho usado esse tempo para prazeres ilícitos e dores ilícitas, inteiramente esquecida do ovo”, que há a constatação de que essa doação se distingue nelas em certa medida.

A partir disso, confirma-se, neste ponto da análise, uma vez que havíamos significado o ovo tendo-o como a essência humana em expansão, que agora ele tem concretamente um sentido que equivale à uma definição que está voltada exclusivamente à obrigatoriedade do ser feminino que se justifica na manutenção da casa, fazendo disso a razão da sua existência: “é absolutamente indispensável que eu seja uma ocupada e uma distraída” (p. 309). A referência ao “ócio honrado”, que é dado à personagem para que o ovo se “faça” nela, assume um caráter irônico, pois o tempo de uma dona-de-casa torna-se sagrado quando ela não pode dispor totalmente dele, devido às inúmeras tarefas domésticas a serem exercidas como também o cuidado dos filhos. Mesmo diante dessa demanda, vemos, sem culpabilidade alguma, a personagem declarar que utiliza esse tempo “honrado” para praticar a dor e o prazer que os considera “ilícitos”. Assim, é com o pouco tempo que tem que ela fará dessa dedicação feminina algo “limitado”, esquecendo-se mesmo daquela essência estabelecida pelo alheio, que a decreta no âmbito da obrigatoriedade. A respeito da irmandade que tratamos relacionando-a à galinha, claramente ela assume, no caso da personagem, uma relação de aproximação com outras pessoas que também foram orientadas para cumprir com o que fora estabelecido. Segundo a narradora,

há um trabalho, digamos cósmico, a ser feito, e os casos individuais infelizmente não podem ser levados em consideração. Para os que sucumbem e se tornam individuais é que existem as instituições, a caridade, a compreensão que não discrimina motivos, a nossa vida humana enfim (p. 310)

Vemos aqui, mais uma vez, surgir a advertência feita pela personagem, opondo o individual ao coletivo. Relaciona-se aqui a afirmação dessa mesma ideia quando, ao falar da galinha, nos dizia que a vida pessoal dela não nos interessava. É evidente que nessa atitude que podemos tê-la como extremamente “objetiva” resulta da concepção alheia sobre o destino feminino estabelecido, que deve apenas obedecer às determinações. Ao caracterizar a missão em comum como um trabalho “cósmico”, marca-nos então um propósito de vida que se estenderá ilimitadamente. Quanto ao exercício da missão delegada às pessoas que nos referimos acima, está claro se tratar de um perfil específico que corresponde ao próprio da personagem, ou seja, são mulheres que possuem uma existência semelhante com um mesmo destino estabelecido. Pensando-as justamente nessa “congregação”, revela-nos um aspecto que as liga, relacionando-se, contrariamente, conflitos de ideias com conspirações, segredos. Ao primeiro, está associado à existência masculina, que elabora, expande e, por outro, a feminina, que apenas conspira, confidencia. Partindo dessa constatação, de acordo com Beauvoir (1967, p. 309),

as amizades femininas que a mulher consegue conservar ou criar ser-lhe-ão preciosas; têm um caráter muito diferente das relações que os homens conhecem; estes comunicam entre si, como indivíduos, através das ideias, os projetos que lhes são pessoais; as mulheres, encerradas na generalidade de seu destino, acham-se unidas por uma espécie de cumplicidade imanente. O que primeiramente procuram, umas junto de outras, é a afirmação do universo que lhes é comum. Não discutem opiniões: trocam confidências e receitas; ligam-se para criar uma espécie de contra universo cujos valores superem os valores masculinos

O desejo feminino em constituir um universo em que elas possam se unir, compartilhando valores que “superem” os masculinos, mantém relação com o ser agente da personagem, pois ao acreditar-se como integrante de uma missão, ela ambiciona com isso a transcendência. Por isso, o fato de não criar, concretamente, algo que interfira no mundo, resulta no que a autora denomina de “cumplicidade imanente”, uma vez que elas não se confrontam, mas tão somente se identificam nesse estado de imanência. Por outro lado, quando falávamos a respeito de um perfil em comum, tínhamos chegado à conclusão de que este se tratava mesmo das mulheres, revelado agora de forma peculiar pela narradora: “nós, agentes disfarçados e distribuídos pelas funções menos reveladoras, nós às vezes nos reconhecemos. A um certo modo de olhar, a um jeito de dar a mão, nós nos reconhecemos e a isto chamamos de amor” (p. 309). Em que consistem exatamente as “funções menos reveladoras”? Se pensarmos o que antes havíamos exposto sobre as identidades variadas que a personagem vai assumindo, parece-nos, portanto, resultar nesse ponto da análise, e o disfarce acontece justamente nisso, ora sendo doméstica, ora empresária. Mas com relação a esse “reconhecer” uns aos outros, ou seja, podemos concluir que faz referência direta ao fato de elas mesmas, na sua função de agente, se reconhecerem como tais? Porém, com olhar mais detido, abunda-nos outro sentido. O resultado de tal reconhecimento, segundo a narradora, encontra-se justificado na palavra “amor”. A partir disso, já não podemos mais pensar que o exercício de um agente na sua missão em conjunto se fundamente em uma recompensa tida como amor, ou melhor, como “dedicação”. Já nos deparamos com essa concepção de amor em outro momento desta análise, quando o circunscrevíamos como sinônimo de dedicação a outrem. Neste caso, ao contrário, veremos de modo único o que exatamente significa para a personagem quando atribui a si a ideia de amor. Antes, no entanto, continuemos ainda a reflexão a respeito da cumplicidade entre os agentes paralelamente ao que a personagem constantemente nos diz, “casos individuais infelizmente não podem ser levados em consideração”, o que ela pretende, então, com a separação de um eu que está ligado à subjetividade com um eu social?

A dissociação desses dois “eu” que nos referimos encontra-se em parte justificada na própria advertência que a personagem faz, de que a vida pessoal não interessa e que é necessário que assim seja para que o ovo se faça, e nisso, ela se reconhece como instrumento, no mesmo caso da galinha. Qualquer sentimento, portanto, que se aproxime do eu subjetivo, é imediatamente reprimido, assumido como “ilícito”, é o caso, por exemplo, do prazer que ela possa sentir; ou ainda, relativamente vivido, subjugado à necessidade do ovo. Na outra extremidade, temos o eu social que é constantemente solicitado em detrimento daquele. Neste ponto é que encontramos, ironicamente, um posicionamento da personagem-narradora, revelando que a “missão” implica na obediência de que mencionávamos, e que, para tal, é necessário que todos cumpram as mesmas orientações. Ainda sobre o prazer relacionado exclusivamente à subjetividade da personagem, em outro fragmento tínhamos evidenciado que ela mesma “acreditava” que o prazer era um “dom”. A ilusão mantida com relação ao prazer é sentida igualmente quanto ao amor tido como “recompensa” para aqueles que atrapalhariam o ovo, no caso, os próprios agentes na sua missão. É desse modo que, sobre a funcionalidade do prazer voltado ao ovo, que

eles também o recebem sem orgulho. Austeramente vivem todos os prazeres: inclusive é o nosso sacrifício para que o ovo se faça. Já nos foi imposta, inclusive, uma natureza toda adequada a muito prazer. O que facilita. Pelo menos torna menos penoso o prazer (p. 310)

Simultaneamente, se o prazer deve ser sentido conforme a natureza “adequada a muito prazer” a fim de que o ovo se faça, o prazer, então, não implica mais um perigo imediato ao eu interiorizado que falávamos antes. Porém, isso não significa que ele deva ser sentido irrestritamente, à parte dessa natureza. Assim, é permitido senti-lo, não esquecendo, no entanto, a sua utilidade exclusiva ao ovo, “meu trabalho é o de viver os meus prazeres e as minhas dores. É necessário que eu tenha a modéstia de viver” (p. 309). Já tínhamos conduzido nossa discussão rumo à representatividade do ovo de modo que ele encerra, mais precisamente no momento em que discutimos, a essência feminina ressignificada no âmbito da necessidade, do instrumento, etc. A partir disso, ao imaginar-se na galinha, a personagem manifesta a sua vida dedicada aos filhos, à casa, e acima de tudo, ao “eu” que abordávamos antes tratando-o como “social”. Nesse aspecto, torna-se compreensível o porquê a galinha não possui uma forma, constantemente “redesenhada”, vivendo “desocupada”, “míope”, sendo sempre “contraditória” e “imprecisa” com relação a essa essência que a determina. Mesmo em outras análises, havíamos esclarecido a importância que a sociedade tem para com a função desempenhada tanto pelas mulheres quanto pelos homens, consistindo, porém, em uma diferença significativa, pois, ao primeiro grupo, as mulheres, envolvem-se exigências maiores sobre o próprio comportamento social, que é o foco aqui. Já para o segundo grupo, sabemos que em nada modifica, dado às maiores liberdades que dispõem desde o nascimento. Com os apontamentos feitos em que se compararam fragmentos ora associados à galinha, ora à personagem, buscamos nesse pareamento a similaridade entre ambas para que pudéssemos evidenciar em que medida se aproximavam. Vimos, assim, que a galinha representa, indiretamente, a personagem-narradora, sendo, portanto, esta última a sentir as exigências sociais que mencionamos. Acerca da construção de uma feminilidade, subjugada às orientações da sociedade edificada fortemente pelos homens, temos a partir disso uma herança paternalista que vê no ser feminino um paralelo à “imprevisibilidade”, “ambiguidade”, sendo assim, de acordo com Engel (1997, p. 332),

A imagem da mulher como ser naturalmente ambíguo adquiria, através dos pinceis manuseados por poetas, romancistas, médicos, higienistas, psiquiatras e, mais tarde, psicanalistas, os contornos de verdade cientificamente comprovada a partir dos avanços da medicina e dos saberes afins.

[...]

A mulher transformava-se num ser moral e socialmente perigoso, devendo ser submetida a um conjunto de medidas normatizadoras extremamente rígidas que assegurassem o cumprimento do seu papel social de esposa e mãe.

Embora a noção de feminilidade retratada pela autora esteja contextualizada no século dezenove, o que dela podemos extrair e perceber ainda na atualidade, como também dentro do texto analisado, é o que se refere à ambiguidade, à “desorientação” da personagem. É desse modo que a sociedade a redesenhará, incumbindo-lhe uma missão em que o seu próprio eu não tem importância, em vista do que a partir dela se faz, ou seja, ela deve se sentir realizada por saber que é através de si que a vida se concretiza, por exemplo, na imagem dos filhos. Com relação ao comportamento idealizado pelas normas sociais, encontraremos eco num dos primeiros sintomas da personagem, refletindo-se no modo como ela vive os prazeres, as dores: “é necessário que eu tenha a modéstia de viver”. Logo, é através de um comportamento comedido que se assimilará, no caso da personagem, ao controle de si, não evidenciando a subjetividade em conflito; “a galinha tem muita vida interior. Para falar a verdade a galinha só tem mesmo é vida interior. A nossa visão de sua vida interior é o que nós chamamos de galinha” (p. 307). Será, portanto, no campo da subjetividade que a personagem atuará, fantasiando em diferentes identidades. Analogamente a outras personagens de Lispector, não encontramos aqui uma divergência com relação à oposição da subjetividade à objetividade, sendo somente a primeira em que, de fato, as personagens “interferirão”. Essa é a marca de várias personagens da autora, e nesta personagem em análise, veremos que o delírio tem função significativa que marcará o desejo de ser ativa, de ter autonomia.

Falávamos dos discursos que delineavam a feminilidade, embora alguns deles ainda persistem, entretanto, há um que nos interessará neste momento, que vai ao encontro do lado maternal em que se nos apresenta esta narradora. Portanto, é através dos filhos que temos expressa a inconformidade feminina enquanto mãe-dona-de-casa. Diferentemente de outras personagens analisadas, que era possível encontrarmos, mesmo que secundariamente, a intervenção masculina, aparecendo em momentos significativos, conforme já o vimos, para esta, no entanto, não teremos a figura masculina intervindo nas decisões, mas será tão somente por meio dos filhos que ela se manifestará. Neste caso, pensando estritamente nessa relação entre mãe e filhos, vemos aparecer uma ideia de amor que agora torna-se indispensável refletirmos, pois ela diverge do sentido que atribuímos antes ao analisarmos a personagem Ana e a sua dedicação aos filhos, fazendo disso a razão de existir. Assim, se para aquela o “amor” significa doação e mesmo a ilusão de posse dos filhos, com a personagem em questão, temos uma noção de amor em que a maternidade passa a significar o próprio esquecimento, o que ocupa e distrai, o que a impossibilita de viver a “dor pessoal”.

Há os que se voluntariam para o amor, pensando que o amor enriquecerá a vida pessoal. É o contrário: amor é finalmente a pobreza. Amor é não ter. Inclusive amor é a desilusão do que se pensava que era amor. E não é prêmio, por isso não envaidece, amor não é prêmio, é uma condição concedida exclusivamente para aqueles que, sem ele, corromperiam o ovo com a dor pessoal. Isso não faz do amor uma exceção honrosa; ele é exatamente concedido aos maus agentes, àqueles que atrapalhariam tudo se não lhes fosse permitido adivinhar vagamente (p. 309)

No momento em que ela nos atesta que o amor maternal é uma condição que a exime de pensar em si mesma, ela o contrapõe a ideia de “prêmio”, de “escolha”, ou seja, ele representa a ausência de liberdade, considerando que tal condição foi previamente estabelecida, ressignificada como “recompensa” para uma missão imposta aos “maus agentes”. Embora não tenhamos a figura paterna presente, podemos mesmo assim pensar nela se focarmos na primeira definição sobre o amor em que ele é tido como “pobreza” e o não “ter”; e assim, na relação entre esposa e esposo, teremos a descrença de felicidade no casamento justamente quando a personagem nos diz que “há os que se voluntariam para o amor, pensando que o amor enriquecerá a vida pessoal”. Voltando-nos à maternidade discutindo-a através de uma perspectiva social, embora circunscrita no século dezenove, Engel (1997, p. 336) afirma que “apesar das contradições e dos impasses dos alienistas diante das ambiguidades do ser feminino, eles jamais abandonariam completamente a crença de que a maternidade constituía um dos remédios mais eficazes [...] para evitar ou curar as moléstias”; simultaneamente a essa concepção de redenção adquirida através da maternidade, sentiremos ainda, perpassando todo o século vinte, com resquícios na atualidade, mesmo que em menor proporção, a noção de progressão do eu feminino, de um “instinto materno” que proporcionará não somente a sua felicidade, mas também um “equilíbrio” psicológico.

Vimos, portanto, no que diz respeito à inconformidade da personagem veiculada por meio dos filhos, que a função materna que ela cumpre é sinônima de “anulação” de si e, de forma mais abrangente, isso se estende também ao seu próprio casamento; se para Beauvoir (1967, p. 494), “a mulher não se define nem por seus hormônios nem por misteriosos instintos e sim pela maneira por que reassume, através de consciências estranhas, o seu corpo e sua relação com o mundo”, entenderemos, então, que tais “consciências”, sejam representadas pela figura dos filhos e do marido, ou ainda, pela sociedade em que ela vive, acabam por fazê-la acreditar que a sua suprema felicidade, o seu propósito existencial se encerram em uma única justificativa, ou seja, de que ela é importante, “nós somos o sal do dia”, ou indispensável, “sou instrumento do trabalho deles”; como recuo da personagem, diante da opressão vivida, é que ela exteriorizará toda a sua angústia.

ninguém sabe como se sente por dentro aquele cujo emprego consiste em fingir que está traindo, e que termina acreditando na própria traição. Cujo emprego consiste em diariamente esquecer. Aquele de quem é exigida a aparente desonra. Nem meu espelho reflete mais um rosto que seja meu. Ou sou um agente, ou é a traição mesmo (p. 311-312)

Neste momento da análise, percebemos que o resultado da repressão sofrida pela personagem encontra-se marcado no modo como ela se apresenta, evidenciando a fragmentação do eu subjetivo que vai assumindo várias identidades, justamente aquelas que havíamos discutido anteriormente; “nem meu espelho reflete mais um rosto que seja meu”, corrobora mesmo a ideia de coexistência dessas identidades em forma de delírio e, embora a crise identitária que mencionamos seja evidente na personagem em questão, torna-se oportuno ressaltar, fora a sua implicância dentro da ficção, que ela é inerente e constitui a própria existência humana que necessita da fantasia para estar no mundo, uma vez que o ser humano, nas suas relações interpessoais, hierárquicas, é resultado de diferentes consciências alheias. Voltando-nos novamente ao eu feminino, o que transparece nesse movimento das identidades realizado por ela é a resignação nítida que assume, concluindo que não se sente realizada enquanto indivíduo na condição que lhe propuseram, sendo-lhe os dias repletos de ocupação e distração, um exercício “diário” de esquecimento. A partir disso, a questão que se nos impõe a respeito do acreditar na própria traição é o porquê ela, ora oscilando para um lado racional, consciente, ora para um fantasioso, não realiza a ruptura com a atual condição vivida? A afirmação, segundo ela, de que “sou um agente ou é a traição mesmo”, que em face do que temos discutido, parece envolver uma consideração desses dois fatores que mencionávamos, ou seja, ela tem claramente para si que a missão recebida nada mais significa do que um esquecimento proposital e que, assim como outras mulheres, tenta se convencer da própria felicidade atribuindo-a a uma missão que as transcende; “é liberdade ou estou sendo mandada? ” (p. 311). Embora a personagem evidencie o conflito que a perturba, indagando-se, por exemplo, a respeito da liberdade ou obediência, da felicidade ou mera fantasia, veremos mais adiante que em nada mudará a sua condição existencial e, por outros motivos, muito menos a condição social que lhe foi estabelecida. A aceitação da sujeição e anulação de si vai ao encontro, na maioria das personagens de Clarice Lispector, dos privilégios que lhe conferem essa condição social posta pela sociedade, por isso, a mudança perceptível se caracteriza sempre de “dentro”, porém, encontra obstáculo muito maior representado pela sociedade.

No início desta análise, tínhamos chamado atenção, no tocante à linguagem escrita da autora, para determinados aspectos que ela possui. Naquele momento, falávamos sobre o modo de composição que por vezes revela uma escrita “fragmentada”, “repetitiva”, agora, no entanto, esboçaremos dois movimentos que, em níveis de significação diferentes, contribuirão para compreender como se caracteriza o pensamento desta personagem. Dessa forma, podem ser encontrados em sua escrita quanto à essa composição: a repetição, marcando o fluxo do pensamento e, por outro lado, a gradação, no momento em que evidenciamos uma escala de significados movidos por ela. Iniciemos, portanto, com a repetição e de que forma podemos evidenciá-la.

Ninguém é capaz de ver o ovo. O cão vê o ovo? Só as máquinas veem o ovo. O guindaste vê o ovo. – Quando eu era antiga um ovo pousou no meu ombro. – O amor pelo ovo também não se sente. O amor pelo ovo é supersensível. A gente não sabe que ama o ovo. – Quando eu era antiga fui depositária do ovo e caminhei de leve para não entornar o silêncio do ovo.

De imediato, encontramos aqui uma repetição entremeada por outras frases. Nela, temos duas frases que começam com “quando eu era antiga”, porém, textualmente, seguem separadas por travessão, permanecendo distantes uma da outra. Mais adiante, teremos o oposto, como em “o que eu não sei do ovo é o que realmente importa. O que eu não sei do ovo me dá o ovo propriamente dito” [...] “não toco nele. A aura de meus dedos é que vê o ovo. Não toco nele” (p. 304); ou ainda, a repetição pode se fazer presente na mesma linha, separada apenas por vírgula, “quanto ao corpo da galinha, o corpo da galinha é a maior prova de que o ovo não existe”, ou “quanto aos iniciados, os iniciados disfarçam o ovo” (p. 306). Em outra ocasião, a repetição acontece a partir do emprego de palavras para determinado elemento, sendo, em seguida, transpostas para outro elemento. Vejamos, por exemplo, como são repetidos os termos “reconhecer” e “bater”.

Dentro de si a galinha não reconhece o ovo, mas fora de si também não o reconhece. Quando a galinha vê o ovo pensa que está lidando com uma coisa impossível. E com o coração batendo, com o coração batendo tanto, ela não o reconhece.

De repente olho o ovo na cozinha e só vejo nele a comida. Não o reconheço, e meu coração bate (p. 307)

Diferentemente de outros trechos, justamente quando a repetição se concentrava em frases mais extensas, outras menos, o movimento se volta, agora, para as duas palavras citadas acima. Com isso, vemos que são primeiramente empregadas fazendo referência à galinha, já nas linhas posteriores, tais termos são redirecionados à personagem. Anteriormente, quando tratávamos a respeito da assimilação entre a personagem-narradora e a galinha, chegamos à conclusão de que isso acontecia por outros meios, mas, olhando-se unicamente a escrita, podemos concluir também essa mesma noção de assimilação entre ambas. O fenômeno da repetição aqui discutida, se a pensarmos na área da linguística, abundaria a noção de que ocorre, intencionalmente, a aproximação da língua falada à escrita, porém, no caso da narrativa de Lispector, esse movimento repetitivo de termos implica o pensamento corrente da personagem, ou ainda, um pensamento que segue intercalado a outros. Em seguida, a repetição aparece ainda de forma mais fragmentada quando a temos descrevendo a si pensando na existência da galinha.

A galinha que não queria sacrificar a sua vida. A que optou por querer ser “feliz”. A que não percebia que, se passasse a vida desenhando dentro de si como numa iluminura o ovo, ela estaria servindo. A que não sabia perder a si mesma. A que pensou que tinha penas de galinha para se cobrir por possuir pele preciosa [...] A que pensou que o prazer lhe era um dom, sem perceber que era para que ela se distraísse totalmente enquanto o ovo se faria. A que não sabia que “eu” é apenas uma das palavras que se desenha enquanto se atende ao telefone, mera tentativa de buscar forma mais adequada. A que pensou que “eu” significa ter um si-mesmo (p. 308)

A fragmentação observada nessa passagem, através do movimento repetitivo de “a que”, equivale, em conjunto, ao pensamento contínuo em que as ideias da narradora se somam. Esse modo de composição, frequente em alguns textos da autora, como é o caso da personagem Laura[[31]](#footnote-31), embora se apresente nesta de maneira peculiar, favorece ao texto, além de expressar a fluidez do pensamento, a manifestação da própria personalidade da personagem. Sabemos que, quanto a isso, em certa medida, a personagem em questão mantém uma oscilação constante, principalmente ao significar o ovo atribuindo-lhe concepções diferentes. Diante dessa constatação, pensando no texto em sua totalidade, talvez se justifique esse movimento que mencionamos, acabando por retratar, por exemplo, uma consciência que rejeita definições, que não aceita a categorização das coisas, por isso, como resposta, tem-se, sobre o movimento repetitivo, uma indecisão que abarca tudo, sem especificar. Saber em que nível isso ocorre, no plano da linguagem escrita, demandará uma análise mais focada, no entanto, não compete que a façamos em vista do que havíamos estabelecido, por isso, passemos agora a olhar o segundo movimento, ou seja, a gradação.

A fim de compreendê-la, tomaremos apenas alguns pares de palavras que funcionam como conceitos-chave, evidenciando disto as diferentes ideias relacionadas que serão discutidas paralelamente. O primeiro conceito, portanto, a ser discutido se refere a “crer”. Notemos o modo como a narradora vai nos conduzindo, gradativamente, a uma outra noção se compararmos àquela inicial que tínhamos do conceito propriamente dito.

A metamorfose está se fazendo em mim: começo a não poder mais enxergar o ovo. Fora de cada ovo particular, fora de cada ovo que se come, o ovo não existe. Já não consigo mais crer num ovo. Estou cada vez mais sem força de acreditar, estou morrendo, adeus, olhei demais um ovo e ele foi me adormecendo

De acordo com o que a personagem nos evidencia, ao pôr ovo em uma escala, ela o significa aqui, primeiramente, como algo que vai se “apagando” – “começo a não poder mais enxergar o ovo”- depois, ele passa a ser tido como “inexistente” – “o ovo não existe”, depois, como “descrença”, “morte” e, por último, “adormecimento”; no começo, é possível percebermos, nessa relação gradativa, que antes o ovo possuía um aspecto físico em transição que, aos poucos, na outra extremidade, terminará como em estado de sonolência, fraqueza. Contudo, neste caso, a escala não envolve uma descendência implicando oposição, isso justifica, por exemplo, o paralelismo entre “não poder mais enxergar o ovo” e “ele foi me adormecendo”, envolvendo certa similaridade. Entretanto, contrariamente a esse caso, encontraremos uma oposição de ideias com relação ao próximo conceito que trataremos, a “desilusão” da personagem quando nos falará do que o “amor” lhe representa.

A um certo modo de olhar, a um jeito de dar a mão, nós nos reconhecemos e a isto chamamos de amor. E então não é necessário o disfarce: embora não se fale, também não se mente, embora não se diga a verdade, também não é mais necessário dissimular. Amor é quando é concedido participar um pouco mais. Poucos querem o amor, porque amor é a grande desilusão de tudo o mais. E poucos suportam perder todas as outras ilusões

[...]

Inclusive amor é a desilusão do que se pensava que era amor. E não é prêmio, por isso não envaidece, amor não é prêmio, é uma condição concedida exclusivamente para aqueles que, sem ele, corromperiam o ovo com a dor pessoal. Isso não faz do amor uma exceção honrosa; ele é exatamente concedido aos maus agentes, àqueles que atrapalhariam tudo se não lhes fosse permitido adivinhar vagamente (p. 309)

Concluímos, em outro momento, quando discutíamos a respeito do amor para a personagem, que ele era sinônimo de “recompensa”, “gratificação”, e isso ainda segue em evidência. Seguindo o mesmo raciocínio de análise envolvendo o movimento da gradação, é possível, portanto, já na primeira linha, extrair a noção de amor que acabamos de mencionar – “nós nos reconhecemos e a isto chamamos de amor”-, porém, a medida que avança a narrativa, essa ideia dá lugar a “doação” – “amor é quando é concedido participar um pouco mais”-; em seguida, essa doação agora assume outro aspecto, ou seja, é a própria “desilusão” de “tudo o mais”. Considerando o fragmento anterior a este último, quando se refere ao amor como uma participação restrita, podemos entender que o amor nada mais significa aqui do que a dedicação de uma mulher diante das demandas diárias e, conforme já discutido, a consequência disso implica a anulação de si e a descrença de um futuro que lhe prometa projetos que a façam sonhar com uma mudança possível. Mais adiante, se antes ele era o mesmo que reconhecimento de quem dedica a sua vida a outrem, no caso da personagem, aos filhos, agora ele é ressignificado como a própria ilusão “do que se pensava que era amor”, assimilando-se também a ideia da “perda”. Por último, rememorando, de gratificação passa a ser, neste momento, uma ilusão de posse, a descrença de ter algo, e enfim, o amor se resume agora como “disfarce”, não o pensando exatamente na função a qual se imaginava, mas mesmo a isenção do seu eu subjetivo.

Da mesma forma que procurávamos depreender do movimento da repetição a forma como se manifestava o pensamento da personagem, marcando uma fluididade, as vezes intercalada, por outro lado, com o movimento da gradação, teremos a característica de um pensamento em que se constata uma ânsia em busca da verdade das coisas que até então permaneciam “desconhecidas”; no momento em que vai nos declarando a sua angústia existencial, a personagem acaba, consequentemente, reordenando os próprios pensamentos, e isso aparece de certa forma neste movimento que discutimos. Por isso, o que resulta da gradação é um pensamento que procura, constantemente, re-conceber o que foi “decretado”, é uma consciência que ambiciona estabelecer-se por conta própria. À parte do que vemos discutindo, sobre a composição narrativa de Lispector, Nunes (1989, p. 155) acentua um ritmo característico presente nos textos da autora, assim, para ele,

a narrativa continuará sendo aquilo que os contos confirmam: o desdobramento do sujeito que se narra. Narrar é narrar-se: tentativa apaixonada para chegar ao esvaziamento, ao *eu* sem máscara, tendo como horizonte – existencial e místico, mas não mítico – a identificação entre o ser e o dizer, entre o signo escrito e a vivência da coisa, indizível e silenciosa.

A partir do que o autor destaca, encontramos na personagem analisada a busca incessante de um eu do qual o diferenciávamos do social, um eu, portanto, que não se conforma nem aceita, embora não realize mudanças concretas, em se reconhecer naquilo que a impuseram, ou seja, em assumir a função de esposa, de mãe. Por isso, a narrativa caminha no sentido do desdobramento apontado por Nunes, visando encontrar um eu “sem máscara”, fora do alcance daqueles que o reprimem; de forma geral, o olhar interpretativo realizado para os textos da autora sempre impõe uma tarefa extensiva, dotada de caminhos que, em detrimento de uns, deve-se optar por outros caminhos para se chegar a uma conclusão satisfatória. Por isso, se a interpretação voltada às identidades das personagens, considerando-se aspectos sociais, como o casamento, e subjetivos, no caso da individualidade, da consciência, no entanto, quanto à escritura, o desafio é redobrado, pois entramos em um campo altamente significativo, exigindo atenção às mínimas sutilezas que por vezes as encontramos desde os sinais de pontuação empregados pela autora. A relação entre a autora e a sua escrita constitui-se em uma relação de transposição do “indizível” diante da contemplação de determinado objeto para o plano “dedutivo”, porém, jamais o podemos ter como único e inquestionável. Segundo Cixous (1999, p. 07-09), ao falar de autoras como Clarice Lispector, nos declara com muita sensibilidade, que há

[...] aquelas cuja voz diminui como uma chama e quase não fala, mas chega ainda mais perto, mais perto do segredo das coisas, inclina-se até a terra, deita-se, toca com a mão o solo imperceptivelmente trêmulo, escuta a música da terra, o concerto da terra com todas as coisas, existem essas mulheres cuja voz anota os sinais da vida em seus ínfimos começos.

O retrato feito de Clarice pela escritora argeliana ressalta o lado contemplativo daquela e o modo como transparece em sua narrativa o desejo de se aproximar, de acordo com o fragmento acima, dos “ínfimos começos”, tentando apreendê-lo através da escrita. Para o plano ficcional, especificamente, quanto às diferentes existências, as personagens, em sua maioria, são quase obrigadas a “esquecer” o mundo físico, rompendo com este ao acaso, para adentrar em um mundo ainda incompreensível, que entendê-lo “é a prova do erro”; o movimento contemplativo também se faz presente nelas, sempre paralelamente ao mundo social e as suas diversas obrigações. Assim age, por exemplo, Ana, incomodada pela presença do cego, mas também preocupada com o jantar a ser feito. Olhemos ainda, com relação a esta personagem, um elo que a liga a que nos detemos analisar no momento: a resignação como resposta à ausência de autonomia.

Mas durmo o sono dos justos por saber que minha vida fútil não atrapalha a marcha do grande tempo. Pelo contrário: parece que é exigido de mim que eu seja extremamente fútil, é exigido de mim inclusive que eu durma como um justo [...] por devoção ao ovo, eu o esqueci. Meu necessário esquecimento. Meu interesseiro esquecimento (p. 312-313)

Havíamos concluído que a aceitação em Ana se referia aos privilégios sociais que o casamento lhe proporcionava, porém, no caso da personagem em questão, embora ela aceite e reconheça que tem uma vida fútil, que a muito custo conseguirá uma autonomia quanto à sua condição social, a resignação de que tratamos encerra para esta um outro sentido, ou seja, a esperança de que a liberdade aconteça algum dia em sua vida. Mas como ela virá?

Mas se ele for esquecido. Se eu fizer o sacrifício de viver apenas a minha vida e de esquecê-lo. Se o ovo for impossível. Então – livre, delicado, sem mensagem alguma para mim – talvez uma vez ainda ele se locomova do espaço até esta janela que desde sempre deixei aberta. E de madrugada baixe no nosso edifício. Sereno até a cozinha. Iluminando-a de minha palidez (p. 313)

A resposta encontra-se, como ela mesma nos diz, no esquecimento do ovo, importando-lhe unicamente o “sacrifício de viver”. Desde o início, constatamos que o ovo representa a essência humana em expansão, sendo impossível controlá-lo nem mesmo compreendê-lo. Ele também representa o eu subjetivo que, mesmo podendo sofrer com a definição alheia, para a personagem, entretanto, há uma parte dele, a sua “veracidade”, que não pode ser apreendida, talvez isso justifique a alternância das identidades que ela realiza com objetivo de disfarçar o real desejo; ao ver-se como instrumento deles, podemos associar a isso a intencionalidade dela em esconder tal desejo, reprimir o verdadeiro eu que ela gostaria de torna-lo real. Como isso não acontece, vemo-la que toda a sua vida é assimilada ao delírio como refúgio e recuo diante da impossibilidade de ser. Mesmo assim, o desejo de se realizar enquanto pessoa, não somente como mãe, esposa, segue latente e, enquanto ela não o conquistar de fato, persistirá nela essa ambição. O delírio continuará sendo o único meio de tornar menos penosa a rotina que a aprisiona; “talvez uma vez ainda ele se locomova do espaço até esta janela que desde sempre deixei aberta”. Se antes ela se via em uma missão, agora, no entanto, ela se vê, definitivamente, como uma estranha, que não pertence a este mundo, isso porque o ovo, neste momento, transmite a ideia de abdução. Por fim, há pouco falamos que a esperança ainda se mantinha nela, simultaneamente a isso, se relacionarmos a afirmação hipotética feita por ela – “se o ovo for impossível”- encerra um sentido de transcendência em que o ovo passa a ser, ao mesmo tempo, uma “promessa” de mudança, por outro lado, a “convicção” de mudança.

## 3.4 Os obedientes ou O AMOR À SIMETRIA

Durante as análises, temos visto que a inconformidade feminina, o desejo de libertação e, consequentemente, a ânsia sutil em intervir no mundo social, estão contidos na maioria destas personagens, e quanto ao casamento, este parece estar longe de resumir a felicidade para elas, antes, significa mais a “anulação” de si do que uma realização pessoal. Dentre a galeria de personagens femininas da autora, que manifestam a frustração no casamento, há algumas em especial que tal sentimento se torna nítido[[32]](#footnote-32), porém, assume o mesmo rumo que as demais, ou seja, aceitam a sua condição de dependência do marido, ou porque ele que detém o sustento ou ainda porque a sociedade educou-as para que assim fosse. Porém, a resignação feminina, embora ela se evidencie em diferentes situações vividas, ligada pelos motivos que elucidamos a pouco, ela não o é, de certa forma, vivida em sua subjetividade, pelo menos em alguns casos, pois, com a fantasia ou o contato, em determinada situação inusitada, com algum objeto, circunstância, elas “renascem”; esse eu, então, parece desprender-se um pouco da repressão sofrida.

Tratamos o casamento estritamente voltado às personagens femininas e, embora para elas o peso se torne mais evidente, isso não exime também os homens de sofrer o impacto dele, abdicando-se de alguns projetos pessoais. Constatamos, em outro momento, que eles pouco aparecem na narrativa da autora, e quando o fazem, é justamente como repressores que eles atuam, porém, timidamente. Entretanto, veremos, nesta análise, que tanto para ela quanto para ele, o casamento se constituirá em uma “obediência” aos princípios que este impõe. Quanto à função a ser desempenhada pela mulher, ficou explícito em nossa discussão que é o lar o ambiente de sua atuação; quanto que, ao homem, competia-lhe o ambiente “externo”, ficando a seu cargo a manutenção financeira da família; a desobediência de ambas partes em tais funções estabelecidas pela sociedade era o mesmo que um escândalo social, a ruptura de um costume passado de geração a geração. Segundo Maluf e Mott (1998, p. 381),

Essa crença foi de tal modo interiorizada pela família e pela sociedade que o descumprimento dessa atribuição por parte do marido era tomado pela mulher como falha, da mesma forma que fazer comentários sobre os insucessos do marido fora dos muros estritamente conjugais poderia ser razão suficiente para explosões de violência [...] não se pode esquecer ainda que a contrapartida do marido provedor era a mulher responsável pela honra familiar.

É a partir disso, sobre a obrigação mútua dos cônjuges, que podemos olhar para o texto em questão e dele depreender resquícios, aliás bem claros, da cumplicidade entre os personagens para que o casamento perdurasse por mais tempo. De início, o acesso à trama da narrativa acontece pelo olhar de um terceiro, no caso, de uma narradora que levada pela inspiração a que todo autor está sujeito, decide por fim externá-la; antes mesmo de nos narrar, ela é que nos adverte: “trata-se de uma situação simples, um fato a contar e esquecer/se alguém comete a imprudência de parar um instante a mais do que deveria, um pé afunda dentro e fica-se comprometido” (p. 342). A interferência de tal narradora será significativa para compreendermos, em parte, a estória contada, por isso, em outro momento a analisaremos, relacionando-a aos personagens e em que exatamente eles se ligam.

Dessa forma, para analisá-los, será necessário, consequentemente, pensá-los em uma unidade, visto que a reflexão em um só dos personagens torna-se pouco qualitativo, ao contrário do que vínhamos realizando em outras personagens cuja discussão pautava-se unicamente nelas. Obviamente, com relação ao texto em questão, a ideia de constituírem um só vai ao conteúdo relatado, ou seja, a própria noção de casamento em que a individualidade é secundarizada em detrimento daquele. Portanto, chegamos a um dos primeiros pontos de discussão, a obediência de ambos implica a anulação da individualidade que nos referimos a pouco; por outro lado, ela envolve a expectativa e a concepção alheia acerca do casamento, é o que veremos mais adiante. Vejamos, então, de que forma é posto em jogo a primeira relação aqui apontada.

A tentativa de viver mais intensamente levou-os, por sua vez, numa espécie de constante verificação de receita e despesa, a tentar pesar o que era e o que não era importante. Isso eles o faziam a modo deles: com falta de jeito e de experiência, com modéstia. Eles tateavam. Num vício por ambos descoberto tarde demais na vida, cada qual pelo seu lado tentava continuamente distinguir o que era do que não era essencial, isto é, eles nunca usariam a palavra essencial, que não pertencia a seu ambiente. Mas de nada adiantava o vago esforço quase constrangido que faziam: a trama lhes escapava diariamente (p. 343)

Considerando-se a totalidade do texto, temos que o casamento já possui certo tempo de duração, a novidade, entretanto, é que eles decidem “viver” este casamento com mais intensidade; “num vício por ambos descoberto tarde demais na vida”. O que mais a frente eles chamaram de “amor a simetria”, é que podemos apontar aqui um comportamento pautado na indiferença, no automatismo em que vivem os dias; “amor é sacrifício” (p. 347). Em face da missão que se incumbiram, embora ela se encontre alicerçada em uma convenção social que vê o casamento como doação de ambos, é que se percebe o homem e a mulher como num só corpo, por isso, quando a narradora nos declara que eles nunca fariam uso da palavra “essencial” porque esta não fazia parte de suas vidas, é justamente porque implica uma individualidade que quer reivindicar seus desejos, que não envolve, conforme trechos posteriores, a presença do outro para concretizá-los. Assim, o empenho de cada um deles para que o casamento não se desfizesse é sinônimo de repressão dos próprios desejos tendo em vista “algo maior” que os transcende, encontrando neste a imagem do casamento como a suprema felicidade. É diante do esforço de ambos em conduzir a relação já “desgastada”, que a narradora nos lança a questão:

Esse homem e essa mulher começaram – sem nenhum objetivo de ir longe demais, e não se sabe levados por que necessidade que pessoas têm – começaram a tentar viver mais intensamente. À procura do destino que nos precede?[[33]](#footnote-33) e ao qual o instinto quer nos levar? instinto?! (p. 343)

A respeito da “necessidade” apontada pela narradora, podemos pensá-la justamente como correspondente ao esforço mantido pelos personagens quanto à permanência deles no casamento. Já a sua incompreensão nos revela outro sentido que está estritamente ligado às suas próprias experiências, é o que refletiremos em outro momento; entretanto, essa incompreensão encontra eco, ironicamente, nas duas perguntas feitas em sequência que evidenciam, com relação aos personagens, duas concepções – destino e instinto - que nos levam já para a próxima discussão em que o casamento é tido como a concretude dos preceitos morais, religiosos. Havíamos discutido em outras análises o sentido que assume o “destino” para as personagens de Lispector, e aqui o vemos reaparecer em forma de pergunta, embora nesta se encerre já uma conclusão da narradora para a qual o destino é o que precede a existência humana. Inversamente ao que é enunciado pelo Existencialismo, que sentido assume então esse “destino” veiculado por ela?

Tinham a compenetração briosa que lhes viera da consciência nobre de serem duas pessoas entre milhões iguais. “Ser um igual” fora o papel que lhes coubera, e a tarefa a eles entregue. Os dois, condecorados, graves, correspondiam grata e civicamente à confiança que os iguais haviam depositado neles. Pertenciam a uma casta. O papel que cumpriam, com certa emoção e com dignidade, era o de pessoas anônimas, o de filhos de Deus, como num clube de pessoas (p. 344)

É em vista da expectativa alheia sobre o casamento e o status conferido a ele, que percebemos justificada a repressão que se auto impingiam tanto o homem quanto a mulher. Por isso, ao marcar o destino como precedente, a narradora o significa como “inevitável”, ou seja, a crença no esfacelamento da união conjugal em que todo o empenho que foi dado pelos personagens o foi de forma forçada, resumindo-se tão somente ao “hábito”; “nada adiantava o vago esforço quase constrangido que faziam” (p. 343). Com o trecho acima, confirma-se a obediência a que antes nos referíamos, que está voltada à tradição religiosa que vê no matrimônio a “unificação” de dois corpos, “ser um igual fora o papel que lhes coubera, e a tarefa a eles entregue”. No entanto, se para a narradora o destino da união é o inevitável rompimento, consistindo em um esforço inútil repará-lo, para os personagens essa mesma ideia se apresenta timidamente em que percebemos certa convergência, manifestando-se sempre no momento em que eles estão ausentes um do outro. Antes de focarmos o aspecto da ausência do outro e o que ela expressa quanto aos verdadeiros anseios de cada um deles, pensemos ainda sobre a obediência aos preceitos aos quais apontávamos. A partir disso, conforme corrobora o fragmento acima, é a partir da expectativa social que os personagens obterão orgulho em pertencer “a uma casta”, embora se comportem sempre como “pessoas anônimas” em meio a tantas outras pessoas iguais. O reconhecimento e “confiança que os iguais haviam depositado neles” serão motivos suficientes então para se acreditarem felizes em supressão do peso de uma individualidade que na sua solidão repensa a própria condição existencial.

Na verdade eram pessoas tão reservadas que se surpreenderiam, lisonjeadas, se alguma vez lhes dissessem que eram reservadas. Nunca lhes ocorreria que se chamava assim. Talvez entendessem mais se lhes dissessem: “vocês simbolizam a nossa reserva militar”. Deles alguns conhecidos disseram, depois que tudo sucedeu: eram boa gente. E nada mais havia a dizer, pois que o eram (p. 346)

A desobediência de ambos, portanto, está relacionada à manifestação das diferentes individualidades que, ao expô-las, o rompimento da relação começa então a despontar; “faltava-lhes o peso de um erro grave, que tantas vezes é o que abre por acaso uma porta” (p. 346). E por que a surpresa paira sobre as personagens quando as adjetivam “reservadas”, contrariamente do que quando as caracterizam como “nossa reserva militar”? “era surpreendente como os dois não eram tocados, por exemplo, pela política, pela mudança de governo, pela evolução de um modo geral” (p. 346); a “desconexão” com o mundo social parece estar envolta em um ritmo natural do qual os personagens não percebem nem conflitos sociais nem mudanças ideológicas de governo, pois eles apenas vivem circunscritos ao seu “ambiente”. Simultaneamente, a ideia veiculada a eles, de que são a nossa reserva militar, os comporta como “estrutura” social permanente e indispensável à sociedade que os define como promessa de manutenção dos valores, e o resgate se for necessário, associados à familia tradicional. Vemos que, a muito custo, os personagens conciliam o casamento que os concebe como “unidade” diante do real desejo que os incita à liberdade. Se pensarmos que o anseio pela liberdade contido neles, manifestando-se, como falávamos, na ausência do outro, é o desejo de se “individualizar”, de se “desmembrar” e poder viver a própria vida em conformidade com o que acreditam, no entanto, podemos evidenciar que esta liberdade está significada na busca de um outro que os dê sentido do que na conquista primeira de si mesmos. Entra em questão, pertinentemente, a segunda concepção sugerida pela narradora, “instinto”, e relacionando-o neste momento ao que discutíamos há pouco, mais precisamente quanto à liberdade em que o indivíduo busca, através da solidão, apreender-se, parece transparecer então a descrença da narradora sobre o casamento como justificativa da existência humana, como realização suprema de si.

Sobre essa descrença evidente da narradora, Beauvoir (1967) a atesta quando constata que a busca da felicidade no outro, dentro do casamento, implica geralmente em uma relação conduzida mais pela “fraqueza” e que, ao invés de ambos darem, acabam inevitavelmente “solicitando”, exigindo-se mutuamente. Obviamente que para a narradora não há o instinto que explique o casamento, porém, o que ela quer nos afirmar de forma sarcástica é a ilusão de ter nesta união, associada à expectativa social, uma grande realização pessoal. Nos comprometemos em analisar, paralelamente a narrativa, o modo como esta narradora se coloca diante da história que ela nos conta. Embora para ela tal instinto não exista, contudo não o renega em outro aspecto, ou seja, a crença de que ele se justifica não pela expectativa que dizíamos ou por questões religiosas, mas sim pela busca incessante do amor em outra pessoa. Nesse sentido, viver mais “intensamente” não está atrelado a uma relação que prevalece em uma simples sequência dos dias; “eles não tinham o que contar [...] e pessoas precisam tanto poder contar a história delas mesmas” (p. 343). Com relação ao modo como esta narradora se apresenta diante da tragédia que nos narra, podemos encontrar uma identificação com o fato que posteriormente justificará a sua descrença.

Cronologicamente a situação era a seguinte: um homem e uma mulher estavam casados.

Já em constatar este fato, meu pé afundou dentro. Fui obrigada a pensar em alguma coisa. Mesmo que eu nada mais dissesse, e encerrasse a história com esta constatação, já me teria comprometido com os meus mais desconhecíveis pensamentos (p. 342)

No começo desta análise, tínhamos dito que a narradora sentia a necessidade de expor o fato, por isso, com este objetivo é que ela o declara evidenciando a distância entre o fato ocorrido e aquele que é “ressignificado” por quem o escreve, e assim, a missão dela é tentar transpor pela linguagem a história, no entanto, é necessário fazer a escolha de determinadas palavras que possam dar, com precisão, o acontecimento; “começam a faltar as palavras que não o trairiam” (p. 342), mas o que é necessário, além da escrita adequada, para que o acontecimento seja compreendido? O ato da escrita, para a narradora, é a própria busca de si, é a mobilização de seus “desconhecíveis pensamentos”, sendo que a palavra é o instrumento responsável pela concretização dessa necessidade. A identificação com os personagens, em especial a mulher, será o ponto de partida para a narração. Portanto, ao comparar o fato à tarde, ela lança duas atitudes, próprias do escritor, a de ser agressivo relatando o fato ou a de recolher-se, carregando consigo a culpa da omissão. A decisão tomada por ela foi justamente a de ser “agressiva” e será através da linguagem que perceberemos uma ligação mais direta com a personagem feminina. Para essa constatação, é que ela vai empregar termos precisos que, na sua maioria, mantém relação com “água”, ou seja, as noções de “seco/molhado”, “imersão/emersão”; a partir da simbologia contida no primeiro elemento que perpassa a narrativa, temos uma ideia subsequente relacionando “irrealidade” a “realidade”.

Antes de refletirmos em que nível se apresentam os últimos termos, olhemos ainda para a relação estabelecida dos pares citados que tem a *água* como seu termo chave e, posteriormente, como evidenciam a aproximação da narradora à personagem. Dessa forma, antes mesmo de narrar o acontecimento, exterior à narrativa, a personagem ligada ao ambiente árido que “há semanas não chove”, associa a necessidade da escrita a sua própria vida que contém “fatos” que precisam ser externados antes que “desabem” inevitavelmente.

A essa altura, afundados demais, o fato deixou de ser um fato para se tornar apenas a sua difusa repercussão. Que, se for retardada demais, vem um dia explodir como nesta tarde de domingo, quando há semanas não chove e quando, como hoje, a beleza ressecada persiste embora em beleza. Diante da qual assumo uma gravidade como diante de um túmulo. A essa altura, por onde anda o fato inicial? ele se tornou esta tarde (p. 342)

Encontramos de início alguns sentidos sendo relacionados ao fato ocorrido; por isso, ao fato se associam a própria tarde de domingo ensolarada, “seca”, em seguida, liga-se a uma beleza “ressecada” que “persiste embora em beleza”; mais adiante, o fato permanece “suspenso” no ar, conduzido pela “poeira ensolarada deste domingo” (p. 342). No antepenúltimo parágrafo, ao anunciar o suicídio da personagem, assim ela o descreve:

chegamos ao dia em que, há muito tragada pelo sonho, a mulher, tendo dado uma mordida numa maçã, sentiu quebrar-se um dente da frente. Com a maçã ainda na mão e olhando-se perto demais no espelho do banheiro – e deste modo perdendo de todo a perspectiva – viu uma cara pálida, de meia-idade, com um dente quebrado, e os próprios olhos... Tocando o fundo, e com a água já pelo pescoço, com cinquenta e tantos anos, sem um bilhete, em vez de ir ao dentista, jogou-se pela janela do apartamento (p. 348)

A partir dos fragmentos, fica clara a alusão feita à personagem comparando-a a “tarde ensolarada”, uma vez que esta representa o próprio fato, ou seja, a tragédia em si. A sua “palidez” agora encontra sentido se a constatarmos com o primeiro fragmento, a “beleza ressecada” do dia. Entretanto, quando a narradora afirma depois que a beleza persistiu em detrimento de seu “ressecamento”, vemos relacionar-se a isso o fenômeno da chuva como influenciadora. Sabemos que a chuva é indispensável, pois é ela que favorece o rigor natural do ambiente, umedece o dia, baixa a poeira e, por fim, pensando no contexto narrativo, estabelece a “renovação” do ser. Retomando o raciocínio que havíamos iniciado, se a personagem, representando a tarde, foi “tragada” pelo sonho, que está assimilado à chuva, temos então que tais sonhos são os próprios sentimentos que até então ela os retinha intimamente, porém, assimilados à chuva, podemos chegar à conclusão de que a renovação que atribuíamos àquela, na verdade, encerra em si a liberdade sonhada pela personagem que a permitia lançar-se fora daquela realidade restrita e diária. Simbolicamente, a presença do dia marcada pela presença da personagem traz em si, ao associar que a tragédia está até na poeira do dia, revela a “inevitabilidade” do acontecimento em face da “explosão” dos desejos reprimidos e, acima de tudo, da ausência da liberdade feminina.

Ao tratar o fato como “difusa repercussão”, a narradora evidencia o próprio esquecimento de tragédias similares em que tenham, por agentes, mulheres que praticam o suicídio diante da opressão vivida. Embora o marido a sinta também em certa medida, porém, ao considerarmos as funções destinadas a ambos, vemos que elas se divergem e exigem demandas desiguais, pois aos homens, tendo em mente o vínculo que estabelecem fora do ambiente doméstico, são delegas funções que em nada os incitam a repetição como é o caso da organização do lar; quanto a isso, nem mesmo estabelecem a “comunicação” com os objetos familiares que são mais significativos para as mulheres, devido a sua relação frequente com eles. Com relação à diferença de apreensão do espaço doméstico, atribui-se a eles a ideia de “objetividade” em oposição à subjetividade ligadas às mulheres; “um homem normal considera os objetos que o cercam como instrumentos; arruma-os segundo o fim a que se destinam; sua ordem [...] é ter ao alcance da mão seus cigarros, seus papéis, suas ferramentas” (BEAUVOIR, p. 195-196). Contra o esquecimento ligado ao fato ocorrido, é que veremos a narradora fazendo da escrita a sua denúncia, assumindo diante do fato “uma gravidade como diante de um túmulo”. Da mesma forma que traçamos relação, através da linguagem, da narradora com os personagens a partir do subconceito “seco/molhado”, e que tão claramente nos remete em primeiro lugar ao próprio suicídio, ou seja, a subjetividade da personagem que o pratica impulsivamente, já com o próximo – imersão/emersão – teremos estabelecida a mesma associação que evidenciará certa proximidade. Mais uma vez, a relação se dá no momento em que a narradora, em conexão com o “dia ensolarado”, decide, antes de expor a história, nos advertir do necessário “esquecimento” que devemos ter como leitores diante daquilo que ela denomina por “situação simples, um fato a contar e esquecer [...] se alguém comete a imprudência de parar um instante a mais do que deveria, um pé afunda dentro e fica-se comprometido” (p. 342).

Ainda sobre a fala da narradora, não podemos desconsiderar o objetivo pelo qual ela se pauta ao expressar “indiferença” quando nos pede para ler a história e esquecê-la em seguida. Quando nos transmite essa indiferença, tratando-a como “situação simples”, ela marca o próprio descaso alheio para com tragédias que tenham a figura feminina como a sua causadora; “sustentáculo de nossa desobediência” (p. 348). O que ela pretende então ao declarar que a permanência na história nos coloca em perigo de “prisão”? “um pé afunda dentro e fica-se comprometido”. Vejamos como ela se aproxima, no plano da linguagem, dos personagens narrados quanto ao último par mencionado.

[...] Não era uma vida de sonho, pois este jamais os orientara. Mas de irrealidade. Embora houvesse momentos em que de repente, por um motivo ou por outro, eles afundassem na realidade. E então lhes parecia ter tocado num fundo de onde ninguém pode passar

Como, por exemplo, quando o marido voltava para casa mais cedo do que de hábito e a esposa ainda não havia regressado de alguma compra ou visita. Para o marido interrompia-se então uma corrente. Ele se sentava cuidadoso para ler o jornal, dentro de um silêncio tão calado que mesmo uma pessoa morta ao lado quebraria. Ele fingindo com severa honestidade uma atenção minuciosa ao jornal, os ouvidos atentos. Nesse momento é que o marido tocava no fundo com pés surpreendidos. Não poderia permanecer muito tempo assim, sem risco de afogar-se, pois tocar no fundo também significa ter a água acima da cabeça (p. 345)

Considerando os excertos, que revelam o modo de ser e pensar do personagem masculino, temos uma primeira ideia sendo veiculada à “imersão”, ou seja, que ela implica mesmo a realidade que os perpassa, embora vivida esta de forma silenciosa e solitária. Assim, por meio dessa realidade que envolve sonhos e desejos de cada um deles, temos, na outra extremidade, a “irrealidade” ligada à ideia da “emersão”, sendo sentida com mais intensidade pela personagem feminina através de sua fantasia, superstição. No decorrer desta análise, concluímos que o casamento representa uma “obediência” compensatória, por outro lado, a sua desobediência se relaciona com chegar ao “fundo” da realidade, estar diante do “limite” e poder ultrapassá-lo, porém, esse não é o caso nem do homem nem da mulher, embora ela ainda tenha conseguido pensar mais na realidade do que ele. Portanto, em que nível podemos evidenciar como cada um vive a sua realidade?

A esposa, esta tocava na realidade com mais frequência, pois tinha mais lazer e menos ao que chamar de fatos, assim como colegas de trabalho, ônibus cheio, palavras administrativas. Sentava-se para emendar roupa, e pouco a pouco vinha vindo a realidade. Era intolerável enquanto durava a sensação de estar sentada a emendar roupa. O modo súbito do ponto cair no i, essa maneira de caber inteiramente no que existia e de tudo ficar tão nitidamente aquilo mesmo – era intolerável. Mas, quando passava, era como se a esposa tivesse bebido de um futuro possível (p. 346)

Se a esposa era quem “tocava na realidade com mais frequência” do que ele, no entanto não o podemos eximir desta mesma atitude tomada por ela, porém, ele apenas a fará de modo mais reprimido, culposo.

Safava-se depressa, embora curiosamente a contragosto, pois a ausência da esposa era uma tal promessa de prazer perigoso que ele experimentava o que seria a desobediência. Safava-se a contragosto mas sem discutir, obedecendo ao que dele esperavam. Não era um desertor que traísse a confiança dos outros (p. 345-346)

Dessa forma, embora conscientes da obediência ao casamento que os encerra na unidade, ou ainda conscientes e orgulhosos no que se refere ao funcionamento da sociedade que os vê como “reserva militar”, mesmo assim, eles não anulam completamente suas individualidades, ao contrário, os encontramos ressignificando-se, mútua e silenciosamente a partir da crença de um futuro “libertador”. Contrapondo-se a emersão à imersão que tínhamos relacionado, respectivamente, à irrealidade e à realidade, podemos pensar que, para a existência de ambos, tal relação se esboça neles de forma oscilatória como se eles vivessem à “meio termo”, cuidando para não “afundar” na realidade nem tampouco fazer desta a desobediência “que dele esperavam”. Quanto às diferentes funções exercidas, é que dela podemos perceber como a esposa tira proveito, sem distração de uma rotina variada, como é o caso do marido que vê e interage a todo tempo com muitas pessoas; a rotina repetitiva, sem surpresas, possibilitará a personagem viver mais intensamente a sua realidade, diferentemente no caso do marido que a revive somente em casa, atento, porém, à chegada da esposa. Assim, a realidade é vivida pelo marido sentindo certa culpabilidade, ao passo que para ela, “essa maneira de caber inteiramente no que existia e de tudo ficar tão nitidamente aquilo mesmo” a coloca em estado de insatisfação, consciente de que o casamento lhe implica muito mais anulação e responsabilidade do que o é para ele.

Sendo o casamento, portanto, um ponto em comum entre os personagens, fundindo-os, com a divergência manifestada quanto aos seus desejos inconciliáveis, teremos então o indício do rompimento dessa união. Em outro momento, chegamos à conclusão de que a própria narradora, em seus mais “desconhecíveis pensamentos”, havia preconizado o fim do relacionamento, expressando a incompreensão a respeito da necessidade e insistência dos personagens em viver mais intensamente. Associa-se a essa noção, expondo com mais afinco tal crença, a indagação envolta em afirmação sobre “como foi que cada um deles chegou à conclusão de que, sozinho, sem o outro, viveria mais” (p. 347). Neste ponto vemos confirmar uma relação estrita da narradora com o suicídio da personagem, creditando a isso as exigências desiguais de um casamento preestabelecido. Dessa mesma relação, encontramos paralelo entre as noções veiculadas daquilo que chamávamos de “imersão” com “um pé afunda dentro e fica-se comprometido”, pois aqui temos o casamento entendido pela narradora como “inevitabilidade” do término da união matrimonial que, levada insistentemente pelos personagens, resultará no “aniquilamento” por completo de um deles, ou seja, o próprio suicídio cometido pela esposa. Ambos alimentavam, em segredo, a esperança de felicidade, de um “futuro possível”, a partir disso, por que eles não o concretizaram? O desfecho representa aquilo que a narradora coloca como consequência de um casamento como prisão, uma vez que nele se “afunda”, a saída se torna difícil, longe, por isso eles nutrirão as ilusões acerca de um futuro que os renove. A felicidade para eles somente tem sentido ao imaginarem-se na presença de outro, portanto, em nada divergem quanto ao conteúdo da projeção que fizeram; sendo que, para a esposa, a felicidade está que “outro homem a salvaria”, para ele, está na possibilidade de viver “muitas aventuras amorosas” (p. 347). Anteriormente, vimos que a insatisfação dela estava calcada na constatação de que a tudo se dá um destino, ou seja, de que a sua existência obedece aos padrões sociais que a decretam e a confinam em uma única função e futuro.

Para Beauvoir (1967) a crença mantida por ela de que a felicidade viria com outro homem está ligada também a ideia de que é sempre a partir dele que a sua existência se efetiva, ao passo que para o marido, agrada apenas a possibilidade de ter vários amores, sendo esta a única preocupação, já que a conquista do mundo social lhe é garantida; se no início o tínhamos sentindo culpa quando “imergia” em seus sonhos, tocando surpreendido o fundo, agora, entretanto, com a ausência da esposa, “andava perplexo e sem perigo sobre o fundo com uma lepidez de quem vai cair de bruços mais adiante” (p. 348), em plena desobediência, mas vivendo as suas aventuras ansiosamente.

Com este último texto, chegamos ao encerramento das análises feitas sobre as personagens femininas e o que elas tinham a nos dizer quanto às suas diferentes percepções, angústias. Não diferente de outras situações, esta personagem em questão nos deu mais uma vez a dimensão do seu conflito em que o desejo de liberdade se fez presente, assim como em todas as outras personagens em graus diferentes. Portanto, se tal desejo em Ana aparecia de forma sutil, mesclando-se a sua resignação com a constatação feita por ela de que o casamento lhe representava prestígio, no entanto, vimos que a aceitação em Ana advém mais da impossibilidade prevista de que não conseguiria intervir no mundo do que de fato ter convicção da felicidade conjugal; o casamento se lhe assemelha mesmo a um escudo, mas, ao manipular os objetos dentro do lar, tirando deles o prazer de “posse”, vimos que ela se satisfaz ao imaginar-se criadora, e com isso, o sentimento de autonomia parecia tomar forma em si mesma, o que no fundo representava a sua ânsia pela liberdade. No caso de Luísa, a liberdade assume maior concretude do que as demais personagens, e isso se explica pelo afastamento de Jorge que, uma vez tendo saído de casa, Luísa pôde então organizar seus pensamentos e entrar em contado com o mundo “exterior”, ou seja, é através da natureza que ela sentirá maior autonomia de si do que acreditava não possuir em face da constante dedicação ao marido. De forma mais expressiva, nesta personagem, temos a presença do marido, assumindo como de costume, nos textos de Clarice Lispector, a repressão comportamental de algo que eles veem como “ameaça”.

Já em “O ovo e a galinha”, embora não haja a figura masculina marcada servindo de controle sobre as suas atitudes, podemos mesmo assim supô-la. Analogamente ao caso de Ana, a personagem desse último texto para qual a função de mãe deve ser encarada como “missão”, revela a mesma resignação daquela, porém a sua divergência podemos encontrá-la na crença assumida de que algo possa lhe acontecer, livrando-a das ocupações que a sobrecarregam. Assim, se o casamento que está mais expresso em Ana lhe significa “proteção” ou, como dizíamos, “escudo”, no caso da personagem comparada, temos que o suposto casamento e a função materna lhe significam, por sua vez, a anulação de si, por isso é que ela nutre esperança de que um dia o que realmente deseja possa tomar forma, e isso, de acordo com que pensa, não viria com a maternidade nem mesmo com o casamento. Além desse sentimento latente na maioria destas personagens de Lispector, tínhamos tratado, simultaneamente, o modo como elas se valiam do delírio, da fantasia, tendo-os como meios para alcançar um domínio sobre as coisas e, consequentemente, uma autonomia que só lhes era possível através da ilusão; seja acreditando que é “indispensável” para a “simetria” tanto dos objetos quanto das pessoas com quem conviviam, seja assumindo diferentes identidades ou, em último caso, acreditando no regresso do marido ou mesmo no surgimento de outro homem que a amaria. O que as une, portanto, é o anseio pela liberdade de “ser” e na sua falta, a amplitude imaginativa se encontra diante da figura fugaz e repressiva do marido. De todas elas, no último texto, encontramos duas facetas da fantasia: vivendo-a constantemente, as personagens podiam ter um refúgio em si que ninguém poderia acessá-lo, por outro lado, a fantasia vivida poderia ceder lugar à realidade. Com a última personagem, “obedecendo”, durante anos, ao casamento e à sociedade, a realidade se apresenta a ela através da sua velhice e, se antes ainda sonhava com um homem que a “salvasse”, é somente com a contemplação do tempo perdido que ela não encontra mais sentido nem motivo para continuar vivendo. Ela é a prova, portanto, diferentemente das outras personagens, de que a fantasia pode se esgotar com o tempo.

# 

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Durante a discussão sobre o casamento para a mulher, vimos que ele representa, em sua origem, uma extensão da sociedade primitiva que estava aos poucos se apropriando da terra. A posse dessa terra implicou também a da mulher e a dos filhos, ficando, a ela, o encargo da manutenção constante da família em que se lhe atribuiu a função reprodutiva, passando a assumir esta um caráter social – ligado à garantia da propriedade privada[[34]](#footnote-34) – e a religiosa, dando-lhe um sentido existencial. Portanto, desde há milênios ela vem sendo conduzida, seja através das violências física e psicológica seja pela alienação cultural, a obedecer aos mesmos princípios, e aquelas que não o fazem, em determinado aspecto, precisam suportar as difamações que lhes dirigem como também lidar com a culpabilidade que lhes recai de modo mais incisivo do que aos homens, tendo em vista que o peso da sua “feminilidade”[[35]](#footnote-35) contribui em muito para isso. Em outro momento da análise, mencionávamos os diferentes discursos que fizeram com que as mulheres se tornassem “obedientes” em vários setores sociais, decidindo-se como elas deviam ser tanto em suas atitudes comportamentais quanto no seu modo de pensar. Nesse ponto, não são poucos os estereótipos que frequentemente se associam a ambos os sexos: as mulheres “são” sensíveis e emotivas, ao passo que os homens são perspicazes e corajosos. Assim, nos exigiria muito tempo para tratarmos de todos os atributos psicológicos vinculados a eles. E quanto às práticas cotidianas, o que elas transmitem seguindo esse mesmo raciocínio? Logo diriam que as mulheres, por serem mais sensíveis, possuem habilidade mais artística – literatura, pintura, etc. – do que os homens, por isso, consequentemente, não serão aptas a lidar com ocasiões que demandam “praticidade”; os homens, por sua vez, mais extrovertidos do que as mulheres, terão as suas habilidades voltadas à “conquista”, ao planejamento e elaboração de objetos. Se pensarmos ainda sobre este paralelo entre a subjetividade feminina e a masculina refletindo-se no lado comportamental-social, chegaríamos à conclusão de que essa “correspondência” não é inata, mas sim definida para que assim eles se comportassem. Podemos encontrar no fundo desta questão algo que nos explique a diferenciação que apontamos há pouco?

Sabemos que os discursos regidos pela sociedade partem de uma ideia que lhes é um consenso: o mundo está dividido entre aqueles que são “fracos” e, por outra parte, “forte”; sendo seu o confronto inevitável, a lógica aponta para a soberania dos fortes, entretanto, isso não se resume unicamente na extinção dos fracos, mas sim, na sua subordinação aos fortes. Ao mesmo tempo que as mulheres ocupam o lugar inferior aos homens, cabe a elas a sua entrega sem resistência, sendo que para eles o compromisso se faz pela proteção daquilo que lhe “pertence”. A relação humana assentada na diferença cria uma hierarquia há muito mantida, e quando se pretende reconfigurá-la, percebe-se que se faz necessário um empenho gradativo e duradouro. Aqui é que pensamos a reivindicação feminina em vários períodos históricos em busca da igualdade a qual muitos julgaram, e ainda o fazem, sob a alegação de que o desejo feminino ambiciona tão somente a masculinização[[36]](#footnote-36). Neste ponto da discussão, a nossa reflexão se volta agora para o conceito de feminilidade, embora não compete que o estudemos a fundo, mas o que ele envolve com relação a sua expressividade máxima, ou seja, o corpo feminino. A influência que ainda exercem os discursos que tratávamos – biológico, histórico, psiquiátrico – nos mostram como a “construção” da feminilidade foi sendo pensada ao longo do tempo. Para isso, retomemos o recorte histórico feito por Beauvoir acerca da Biologia tendo em mente que a diferenciação fisiológica do corpo masculino e do feminino implica naquilo de que falávamos, ou seja, a superioridade masculina sobre a feminina. Portanto, desde a Grécia Antiga,

Aristóteles imagina que o feto é produzido pelo encontro do esperma com o mênstruo; nessa simbiose a mulher fornece apenas uma matéria passiva, sendo o princípio masculino, força, atividade, movimento, vida. E essa também a doutrina de Hipócrates que reconhece duas espécies de semens: um fraco ou feminino e outro forte, masculino. A teoria aristotélica perpetuou-se através de toda a Idade Média e até a época moderna [...] as ideias de Aristóteles não caíram totalmente em descrédito. Hegel estima que os dois sexos devem ser diferentes: um será ativo e o outro passivo e naturalmente a passividade caberá à fêmea (BEAUVOIR, 1970, p. 29-30)

A partir do fragmento, vemos surgir, no campo lexical, as atribuições que diferem de início os dois sexos: o homem como “força” e “movimento”, e a mulher, “passividade” e “inércia”; nessa concepção em que um segue subordinado ao outro, se inscreve também o modo pelo qual a sociedade foi concebendo o próprio corpo feminino. Na teoria psicanalítica, a mesma confirmação de superioridade masculina encontra-se no complexo de castração. A sexualidade humana, embora cercada de tabus, será, entretanto, o terreno mais utilizado pela sociedade para fazer do corpo feminino algo que requeresse constante repreensão, assimilando-se a ele mistério e anormalidade. É em face disso que toda a Psiquiatria do século dezenove apontará a maternidade como extinção de qualquer doença que se instalasse nas mulheres ou ainda, “partia-se do princípio de que, por natureza, na mulher, o instinto materno anulava o instinto sexual e, consequentemente, aquela que sentisse desejo ou prazer sexual seria, inevitavelmente, *anormal*” (ENGEL, 1997, p. 340 – grifo da autora). Contraditoriamente, ao mesmo tempo que os médicos acreditavam na “cura” de prazeres sexuais através da maternidade, no entanto, reconheciam que a “ausência ou a precariedade da vida sexual poderiam resultar em consequências funestas para as mulheres: como o hábito da masturbação – causador de esterilidade, aborto – ou o adultério” (ENGEL, 1997, p. 342). Com o século seguinte, de acordo com Maluf e Mott, o prazer sexual dentro do casamento passou a ser relativamente debatido, pois agora ele podia, para os médicos, influenciar na permanência do casamento, uma vez que muitas mulheres adquiriam traumas da primeira noite de núpcias. Embora essa preocupação tenha dado origem aos debates sobre se teria a necessidade ou não de se educar os jovens para a vida sexual, não podemos concluir disso que houve também a preocupação com relação ao prazer feminino, mas, ao contrário, o que prevalecia, acima de tudo, era o casamento e nada podia afetá-lo.

Refletimos sobre como o comportamento feminino foi sendo debatido pela sociedade em vários aspectos e a que consenso ela havia chegado. Por isso, mediante a submissão e a inferioridade da mulher com relação ao marido, tiveram papéis fundamentais, para legitimar tal comportamento diante da sociedade, as revistas que circularam durante décadas, marcando um ideal de beleza e de moda. Entretanto, nos interessará discutir mais a respeito da contribuição da moda devido às suas primeiras manifestações da independência feminina do que a revista. Mesmo que a moda tenha sido feita, em grande parte, por estilistas homens, ela não deixou de transparecer o que as mulheres pensavam no seu tempo. É a partir da roupa, portanto, que podemos constatar a classe social em que determinada pessoa está inserida, como também, consequentemente, e o que nos interessa para a discussão, a visão da própria sociedade sobre a mulher. Para Laver (1989, p. 213-216),

a moda, como sempre, era um reflexo da época [...] preferia-se a mulher madura, fria e dominadora, com o busto pesado, cujo efeito era mais enfatizado pelos chamados espartilhos “saudáveis” que, num esforço louvável para evitar a pressão sobre o abdômen, tornava o corpo rigidamente ereto na frente, levantando o busto e jogando os quadris para trás. Isso produzia a postura peculiar em forma de S tão característica da época [...] À noite os vestidos tinham decotes extravagantes, mas durante o dia o corpo ficava escondido das orelhas até os pés.

A roupa, portanto, ao retratar determinado período histórico, traz em si não somente a classe social, mas uma feminilidade desejada cuja roupa podia transmitir ora essa mulher “rígida” ora a mulher “romântica”. Na obra de Clarice Lispector, podemos perceber, em alguns casos, personagens que veem a roupa como extremamente “sensualizada”, assim nos revela Laura[[37]](#footnote-37), ou ainda sinônima de luxo[[38]](#footnote-38). O que nos chama atenção, de acordo com o autor, é que somente à noite as mulheres podiam ser “livres”, abusando de decotes, o que durante o dia lhes era proibido, pois o corpo devia ser coberto, “escondido”. Com o auxílio do espartilho[[39]](#footnote-39), acessório que teve surgimento antes mesmo do século dezenove, porém acentuando-se fortemente neste, dará lugar, no século vinte, a um corpo livre que a roupa já não transparecerá a silhueta. Será decisivo para isso a presença favorável de mulheres[[40]](#footnote-40) na moda, como é o caso da estilista Coco Chanel, competindo com os homens que até então ditavam o vestuário feminino. Assim, as roupas agora começam a evidenciar o desejo de autonomia feminina e de igualdade entre os sexos, pois a moda feminina sempre encontrou na masculina muitas vantagens ao corpo, implicando a facilidade, por exemplo, de se poder executar facilmente alguns movimentos corporais que antes há muito custo elas o faziam devido à quantidade de peças que utilizavam cotidianamente. Nisso, vemos que o comportamento feminino consegue aos poucos romper com a conduta que a sociedade até então lhe solicitava para dar lugar à liberdade de se exprimir. Obviamente que, mesmo havendo mulheres influenciando o vestuário, os discursos que sempre “domesticaram” o corpo feminino não cessaram por completo, é o que destaca Laver (1989, p. 225-227) quanto à inserção do decote nos vestidos:

[...] já não traziam golas que chegavam até as orelhas; em seu lugar, havia o decote em V. Este criou uma agitação extraordinária. Foi denunciado no púlpito como exibição indecente e pelos médicos como um perigo para a saúde. Uma blusa com uma abertura triangular muito tímida na frente era chamada de “blusa pneumonia”

E assim continuou a “conduzir” o comportamento das mulheres no século vinte para o mesmo preceito moral: mesclando teorias psicanalíticas e psiquiátricas com a biologia e mesmo a jurisprudência. Se elas, por meio da moda, puderam sentir, aos poucos, a igualdade com os homens, provando mesmo da “liberdade” masculina quanto ao seu vestuário simples e prático, a diferença, no entanto, consiste no modo como a sociedade concebe os dois, ou seja, para ela, segundo Beauvoir (1967, p. 453), “quando a olham não a distinguem de sua aparência [...] suas vestimentas foram primitivamente destinadas a confiná-la na impotência”. A discussão sobre a importância da roupa e da moda para as mulheres nos evidencia o desejo de autonomia em uma sociedade traçada pelos homens, e mesmo que elas tenham conquistado a liberdade do corpo através de um vestuário que não as “prendia” em uma forma, ainda sentimos que sobre elas recaem muitas censuras que a fusão da aparência e essência nos confirmam.

O preceito moral a que nos referíamos influenciou tanto na definição de feminilidade quanto no comportamento ideal em sociedade. No que se refere a esse último, no campo do trabalho, se no século dezenove era aceitável que elas trabalhassem, com o século seguinte, no entanto, houve mudança brusca com relação à sua inserção no mercado de trabalho, seja exercendo funções nas grandes fábricas seja em outros setores. Assim, a queda significativa das mulheres no trabalho fora do lar decorreu fortemente através da reafirmação dos valores tradicionais da família os quais alegavam que a presença feminina nos lares é indispensável para estabelecer tanto a harmonia quanto a honra familiar[[41]](#footnote-41); portanto, a ratificação desses valores encontra-se justificada no receio da sociedade patriarcal diante da presença feminina no trabalho e, acima de tudo, a competição existente entre homens e mulheres em um mesmo espaço. O regresso ao lar solicitado pela sociedade marcava, portanto, a soberania masculina nas relações mantidas no trabalho como também na estrutura familiar. Segundo Maluf e Mott (1998, p. 396), essa mulher condicionada aos preceitos sociais deveria “preservar o tradicional ideal de pureza e de submissão, combinar com as novas expectativas burguesas de gerência eficiente do lar e ainda representar em sociedade o papel de companheira adequada”. Diante de tantas exigências impostas pelos discursos, por exemplo, o higienista advertia que o trabalho fora de casa era responsável pelas relações abaladas entre os casais ou ainda como negação ao próprio “instinto” materno. Vimos, em outro momento, que esse ideal burguês não se aplica à realidade das classes sociais pobres, mesmo assim, não as eximia também de sofrer com tais exigências. A inexistência, dentro da obra de Clarice Lispector, de mulheres que transgridem[[42]](#footnote-42) às regras sociais para conquistar o mundo do trabalho, nos constata o peso da ideologia que havíamos discutido e, dessa forma, conclui-se que elas, mulheres de classe média, em sua maioria, possuem uma única ocupação em sua vida: a manutenção da casa.

No decorrer das análises dos contos, encontramos um fator em comum que une as personagens: o desejo de autonomia alicerçada na possibilidade de sua própria individualidade e não como “parte” dependente de outra existência. O casamento presente explicitamente em quase todos os textos, exceto em “O ovo e a galinha”, serve de afastamento para as personagens dos conflitos existenciais vividos, embora não as livre completamente disso. É a partir dessa constatação que, no caso de Ana (“Amor”), o casamento é previsibilidade, é garantia de felicidade e mesmo um privilégio; em Luísa (“O triunfo”) é a concretização da ideia romântica do amor e a dedicação como correspondência; tanto naquele texto em que o casamento é sugerido quanto em “Os obedientes”, há similaridade, uma vez que as personagens entendem o casamento como obrigação. De acordo com o que temos refletido, o trabalho e as suas relações com o mundo garantiriam às mulheres a possibilidade de intervenção nesse mundo, porém, no caso das personagens, embora nenhuma expresse um desejo de liberdade voltado à conquista do trabalho, já que elas correspondem ao modelo proposto pela sociedade, entretanto, a busca dessa liberdade se encontra justificada primeiramente pela conquista da individualidade e de um autoconhecimento. Assim, elas buscam uma dissociação da unidade que representa tanto a mulher quanto o marido; Luísa foi quem mais teve êxito com o abandono de Jorge. Se todas estivessem na situação de Luísa, sem ocupações diárias nem dedicação constante para o marido e os filhos, haveria então a renovação de si?

A busca da individualidade, opondo-se ao casamento que os concebe como um só, é de fato um ponto de convergência entre elas, e, de acordo com o raciocínio que propusemos a respeito da autonomia sonhada por elas, de certa forma conseguiram conquistá-la. A autonomia a que nos referimos aqui não tem a ver necessariamente com a independência financeira obtida pelo trabalho, por exemplo, mas sim, com a consciência alcançada; consciência de que o casamento é um “escudo” para Ana, dedicação exacerbada em Luísa, simples *status* e “reserva militar” para os outros, ou ainda, de que a maternidade ligada a ele não se resume propriamente na felicidade da mulher, como é o caso em “O ovo e a galinha”.

Considerando as constantes fantasias que as personagens viviam, poderíamos concluir então que elas representam a “inatividade”, ao passo que os maridos, quando aparecem, representariam a “atividade”. Poderíamos supor, a partir dessa relação, que haveria uma decisão maior por parte deles caso decidissem romper com o casamento do que uma atitude delas. Jorge é quem decide ir embora, e não o contrário. Entretanto, durante a nossa análise, vimos que, na verdade, o casamento é bem mais “tolerado” pelas personagens femininas do que pelas masculinas, não só porque ele tem um peso maior para elas, exigindo que façam muitas renúncias, mas porque o casamento representa desde cedo o seu próprio destino, é o que “valida” a sua existência, enquanto, para os homens, o casamento não está no seu destino, não é “vivido” diariamente por eles.

Consequentemente, se fosse dada a elas a independência financeira, possivelmente o casamento estaria ameaçado, uma vez que não é necessariamente isso o que elas procuram, e quando manifestam um comportamento “estranho”, justamente no momento em que a consciência começa a florescer, imediatamente a intervenção masculina se faz presente conforme já apontamos a partir de Laura e de Ana. Quanto ao propósito narrativo de Clarice Lispector, havíamos nos questionado se ela poderia ser considerada uma autora engajada no feminismo, mesmo representando personagens tão submissas aos maridos. No entanto, por detrás da resignação feminina dentro do casamento é que encontramos a necessidade latente que elas têm de poder concretizar em algum momento de suas vidas uma autonomia em face da opressão da sociedade que as encaminha unicamente para o casamento. Embora tenhamos selecionado textos da autora em que o matrimônio prevalecesse, há evidências, porém, em outros de seus contos, que nos marcam a transição de uma mulher tradicional a uma mulher mais ousada. Diante disso, a crítica de Clarice, quanto ao primeiro modelo feminino, reprimido, repousa claramente no sistema social que rejeita a inserção das mulheres em seu meio, e o casamento ainda permanece sendo a única possibilidade de “existirem” nessa sociedade patriarcal. Já aquelas mais ousadas, presentes nos textos mais recentes da autora, mesmo que apresentem preocupações semelhantes com as demais personagens, no entanto, o que as destoam é o modo como se relacionam com o casamento que, para estas, já não consta mais, ou pelo menos em menor frequência, como pano de fundo na narrativa.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. *A poética do espaço*. Tradução de Antonio de Pádua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BEAUVOIR, Simone. *O segundo sexo*: A experiência vivida. 2.ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

\_\_\_\_\_\_\_. *O segundo sexo*. Fatos e Mitos. 4.ed. Tradução de Sérgio Milliet. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

CIXOUS, Hélène. *A hora de Clarice Lispector*. Tradução de Rachel Gutiérrez. Rio de Janeiro: Exodus editora, 1999.

ENGEL, Magali. Psiquiatria e feminilidade. In: PRIORE, Mary del (Org.) *História das mulheres no Brasil*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 322-361.

FREITAS, Eduardo de. *Formação da Terra segundo os chineses*; *Brasil Escola*. Disponível em <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/formacao-terra-segundo-os-chineses.htm>. Acesso em: 13 set. 2018.

GUIMARÃES, Matheus Zandona. *O verdadeiro sentido da Páscoa (Pessach)*. Disponível em: <http://ensinandodesiao.org.br/artigos-e-estudos/o-verdadeiro-sentido-da-pascoa-pessach/>. Acesso em: 13 set. 2018.

LAVER, James. *A roupa e a moda: uma história concisa*. Tradução de Glória Maria de Mello Carvalho. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LISPECTOR, Clarice. *Todos os contos*. Prefácio e Organização de Benjamim Moser. Rio de Janeiro: Rocco, 2016.

MALUF, Marina; MOTT, Maria Lúcia. *Recônditos do mundo feminino*. In: PRIORE, Mary del (Org.) *História das mulheres no Brasil*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 367-421.

MIRANDA, Ishani D. D. *Deuses do Egito Antigo: o ovo cósmico*. Disponível em: <http://deusesdoegiptoantigo.blogspot.com/2009/08/religiao-do-antigo-egito\_3801.html>. Acesso em: 13 set. 2018.

*A HISTÓRIA dos etruscos: a cultura que Roma destruiu*. Super Interessante, São Paulo, 30 nov. 1993. Disponível em: < https://super.abril.com.br/historia/a-historia-dos-etruscos-a-cultura-que-roma-destruiu/>. Acesso em: 14 set. 2018.

MOSER, Benjamim. Glamour e gramática: prefácio. In: LISPECTOR, Clarice*. Todos os contos*. Prefácio e Organização de Benjamim Moser. Rio de Janeiro: Rocco, 2016. p. 9-24.

NUNES, Benedito. *O drama da linguagem*. São Paulo: Série temas, 1989.

NUNES, Juliana Cristina Bonilha. *Revista Feminina (1915-1936): tensão entre tradição e modernidade*. 2013. 247 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103627?show=full>>. Acesso em: 10 set. 2018.

POUILLON, Jean. *O tempo no romance*. Tradução de Heloysa de Lima Dantas. São Paulo: Cultrix, 1974.

RAGO, Margareth. *Trabalho feminino e sexualidade*. In: PRIORE, Mary del (Org.) *História das mulheres no Brasil*. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 578-606.

SARTRE, Jean Paul. *L’existentialisme est un humanisme*. Tradução de Rita Correia Guedes. Paris: Les Éditions Nagel, 1970.

1. O texto de Simone de Beauvoir foi publicado originalmente na França em 1949. As edições brasileiras utilizadas no TCC são respectivamente de 1970 para o volume 1 e de 1967 para o volume 2. [↑](#footnote-ref-1)
2. Destaca-se, entre os escassos escritores, no período medieval, Christine de Pizan, que em sua obra retratava a mulher do período. Quanto a figura masculina, questionando a desigualdade entre os sexos, Beauvoir destaca em seu ensaio, em forma de epígrafe, uma citação de François Poulain de la Barre, pensador francês do século 17: “tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, pois eles são, a um tempo, juiz e parte”. [↑](#footnote-ref-2)
3. Marina Maluf e Maria Lúcia Mott, especializadas na área da História, foram responsáveis pela escrita do capítulo *Recônditos do mundo feminino* que integra o livro *História da vida privada no Brasil* (1998), organizado por Nicolau Sevcenko. [↑](#footnote-ref-3)
4. De Margareth Rago, utilizamos para este trabalho o capítulo *Trabalho feminino e sexualidade*, já de Magali Engel, *Psiquiatria e feminilidade*. Os dois textos compõem a obra *História das mulheres no Brasil* (1997), organizado por Mary Del Priore. [↑](#footnote-ref-4)
5. Simone de Beauvoir (1970) atesta a total dependência feminina do homem, por isso, explica que o homem obteve primeiramente uma consciência de si no mundo, ao contrário da mulher. Depois deteve o domínio das ferramentas que inventava, quando se aventurava nas expedições, sozinho, deixando, portanto, relegado às mulheres as tarefas relacionadas à agricultura. Podemos compreender, assim, quando no início das primeiras páginas, Beauvoir esclarece que a mulher é “parte”, é o “outro” do homem, pois não assumiram, por sua vez, a “consciência de si”. [↑](#footnote-ref-5)
6. Segundo Beauvoir (1970), nas civilizações antigas, o desconhecimento de técnicas relacionadas ao cultivo, fez com que a sociedade, especialmente os homens, atribuíssem à natureza um mistério. Diante disso, criaram Deusas ligadas à agricultura, instituindo cultos a elas. Para a autora, o que chama atenção nesse fato, se relaciona a própria criação das Deusas que não foi de autoria feminina. [↑](#footnote-ref-6)
7. Os conceitos de transcendência e de imanência empregados pela autora serão recorrentes tanto no primeiro tomo quanto no segundo. Portanto, o sentido se encontra na concepção assumida por Beauvoir, tendo a mulher, comparada ao homem, uma existência passiva, por isso, atribui-lhe a imanência; o homem é a transcendência porque ele está sempre “em movimento” rumo ao futuro. [↑](#footnote-ref-7)
8. A queda gradativa de mulheres trabalhando em grandes indústrias se deve às constantes repreensões feitas pela sociedade que reclamava a sua função de mãe e esposa, pois se elas continuassem com o trabalho fabril, segundo a moralidade do século vinte, elas estariam menosprezando as funções que lhe competiam dentro do lar; tratada, portanto, de maneira hostil pela sociedade, muitas ainda suportaram vários abusos cometidos por homens que ocupavam cargos elevados. Os abusos praticados, associados à opressão da sociedade, revelam a superioridade do homem sobre a mulher, decidindo mesmo a manipulação delas como bem entendessem, uma vez que o “seu lugar” não era a fábrica. Com base nesse raciocínio, a autora transcreve o caso de uma operária do Rio de Janeiro, Luíza Ferreira de Medeiros, que assim nos relata como era a relação dos homens com as mulheres: ‘mestre Cláudio fechava as moças no escritório para forçá-las à prática sexual. Muitas moças foram prostituídas por aquele canalha. Chegava a aplicar punições de dez a quinze dias pelas menores faltas, e até sem faltas, para forçar as moças a ceder a seus intentos’ (RAGO, 1997, p. 584) [↑](#footnote-ref-8)
9. A corrente filosófica do Existencialismo tem origem em outra corrente de pensamento, ainda na Grécia antiga, denominada Ontologia, sendo, no entanto, sistematizada por três filósofos, primeiramente através de Kierkegaard, no século dezenove e, posteriormente, por Heidegger, a partir da publicação de *Ser e tempo* (1927), por Sartre em *O ser e o nada* (1943); este último, tornou-se um dos maiores difusores, principalmente no período da Segunda Grande Guerra. [↑](#footnote-ref-9)
10. De acordo com Nunes (2013), a revista *Feminina* (1915-1936), tendo um público-alvo voltado às mulheres, abordava temas variados, como, por exemplo, dicas de etiqueta, cosméticos para beleza, moda feminina, discutindo ainda a respeito do feminismo no Brasil. Fonte: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/103627?show=full [↑](#footnote-ref-10)
11. De acordo com Engel (1997, p. 323), era recorrente que os médicos, ao analisar determinado caso, se voltasse para o histórico da paciente. A autora transcreve um dos relatos em que podemos evidenciar como era a relação entre eles, e assim inicia a ficha de observação sobre a paciente: “M. J., 29 anos, branca, brasileira, casada [...] internada na Casa de Saúde Dr. Eiras em 27 de maio de 1896, M. J. foi submetida à observação do Dr. Vicente Maia que a diagnosticou como histero-epiléptica. Os principais sintomas de sua doença foram buscados pelo psiquiatra nos antecedentes pessoais da paciente. Revelando uma vivacidade precoce durante a infância, teve suas primeiras manifestações histéricas e epilépticas aos 14 anos, quando menstruou pela primeira vez. A partir dos 21 anos, depois de ter se casado, apresentou sensíveis melhoras do estado psicopático [...] ao qual, contudo, repudiaria mais tarde, abandonando o lar doméstico e entregando-se sucessivamente a três homens de baixa classe. O médico fez questão de sublinhar: “esta infidelidade conjugal manifestava-se alguns dias antes do período catamenial”. [↑](#footnote-ref-11)
12. De acordo com seu estudo, a autora constata que o Brasil recebeu em torno de 3,5 milhões de imigrantes correspondendo ao período que vai de 1880 a 1930; “com o censo, em 1890, existiam no Brasil 119.581 mulheres estrangeiras contra 231.731 homens [...] um grande número de mulheres trabalhava nas indústrias de fiação e tecelagem, que possuíam escassa mecanização; elas estavam ausentes de setores como metalurgia, calçados e mobiliário, ocupados pelos homens [...] em 1901, um dos primeiros levantamentos sobre a situação da indústria no estado de São Paulo constata que as mulheres representavam cerca de 49,95% do operariado têxtil, enquanto as crianças respondiam por 22, 79%” (RAGO, 1997, p. 580-581). Essa concentração feminina no mercado de trabalho só cairá significativamente na década de cinquenta, resumindo-se a 23% do quadro de operários, isso porque já nas décadas anteriores houve a crescente substituição da mão de obra feminina pela masculina. [↑](#footnote-ref-12)
13. Sérgio Milliet da Costa e Silva foi, além de um dos mais importantes críticos literários do Brasil, poeta, ensaísta, sociólogo e pintor. Junto a outros intelectuais da época, contribuiu também para o Movimento Modernista em São Paulo. [↑](#footnote-ref-13)
14. Seguindo-se a ordem dos contos, temos com o primeiro a história da personagem Cândida Raposo, de oitenta e um anos, casada, que se vê em uma situação “incontrolável”, pois o desejo sexual ainda não havia se cessado nela e, segundo o que o médico havia recomendado, ela começa a praticar a masturbação, sentindo, posteriormente, vergonha em praticá-la. Já com relação ao segundo texto, conta a história de Luísa, também casada, mas que decide trabalhar à noite em um Cabaré, fazendo da prostituição não só o acréscimo financeiro, considerando que o seu marido também trabalhava, mas, além disso, havia mesmo a satisfação de encontrar na noite muitas diversões. Com o último, temos o relato de uma relação poligâmica envolvendo duas mulheres – Carmem e Beatriz- com o marido Xavier. Os três moravam juntos e tinham uma relação liberal, porém, o conflito acontecerá quando as duas mulheres descobrirem a traição de Xavier com uma prostituta. [↑](#footnote-ref-14)
15. Uma vez que todas as referências aos contos de Clarice Lispector foram retiradas da mesma obra citada ao final, optou-se por indicar, a partir daqui, apenas o número da página. [↑](#footnote-ref-15)
16. Pouillon estabelece, para os estudos da narrativa, três categorias: a visão “com”, a visão “por detrás” e a visão “de fora”. Na visão “por detrás”, o narrador onisciente, em terceira pessoa, sabe tudo. A visão “com”, a personagem assume o enredo. Em “Amor”, o que podemos perceber é que o narrador está em terceira – “sua juventude anterior parecia-lhe estranha...- o foco incide em Ana, como se efetivamente ela fosse a narradora. [↑](#footnote-ref-16)
17. A autora constata que quando a mulher encontra-se libertada, porque atingiu uma independência econômica, não se sente como tal, pois o fato é que ela não sabe lidar com essa “liberdade” num mundo “moldado” e pensado pelos homens. Beauvoir assimila isso à própria infância da mulher comparada a do homem, visto que há um abismo entre ambos. Para os homens, desde a infância, o mundo lhes é garantido, ao passo que para elas, só existe mesmo o mundo do lar. [↑](#footnote-ref-17)
18. De autoria de Carlos Drummond de Andrade, o poema foi originalmente publicado em *Claro enigma* (1951). [↑](#footnote-ref-18)
19. Entrevista televisiva concedida pela autora ao programa *Panorama*, em 1977, mesmo ano de sua morte, retrata uma escritora enigmática, misteriosa, assim como tantos de seus textos. No decorrer dessa entrevista, momento único em que Clarice Lispector aparecia na televisão, a autora justificou que as raras entrevistas dadas nessa modalidade eram resultantes da sua crença de que isso reforçaria ainda mais o estereótipo de “escritora”, por isso a declaração de que, quanto ao exercício da própria profissão, preferia acreditar-se como amadora para ter a “liberdade” em sua escrita. [↑](#footnote-ref-19)
20. Etimologicamente, ovo tem a sua origem na palavra latina “ovus/ovum”. Algumas expressões do latim que se utiliza do significado do ovo aparecem sob a forma de “ab ovo” – desde o começo – e “in ovo” – ainda por nascer-. [↑](#footnote-ref-20)
21. Dentro da civilização egípcia, há diferentes mitos para explicar a origem da criação; o mito que se relaciona à criação tendo por elemento principal o ovo, é chamado de mito Ogdóade. Esse mito é regido por oito deuses, entre eles, tem-se, na imagem de Amon, o responsável por pôr o ovo cósmico. Depois de o lançar ao mundo, ocorreu o nascimento de outro deus, conhecido por Rá, este, por sua vez, teve como função a ordenação dos elementos no mundo. Fora a presença desses dois deuses, a mitologia egípcia ainda aponta a deusa Hathor – possui o corpo humano com cabeça de vaca – que, ao assumir a forma de gansa, pôs um ovo dourado no Nilo, por isso, há sob a sua cabeça um disco-solar. Hathor era celebrada por ser a deusa da música, do amor e da fertilidade. Na mitologia grega, de forma similar à egípcia, também se explica a criação a partir do ovo cósmico. Assim, é com a deusa Leto que, ao pôr um ovo, nasce o deus Apollo, representando a música, a arte, o esporte, a beleza, etc. Já na mitologia chinesa, o mundo foi criado pelo deus Pan Ku, ser gigante que habitava o ovo cósmico que em determinado momento decide rompê-lo com sua força para formar o mundo; em duas partes do ovo, a mais leve, passou a ser o céu, a mais pesada, a terra, e assim os demais elementos vão sendo organizados por ele. Fonte: (Egito Antigo) http://deuses do egiptoantigo.blogspot.com/2009/08/religiao-do-antigo-egito\_3801.html – (Mitologia Chinesa) – https://brasilescola.uol.com.br/geografia/formacao-terra-segundo-os-chineses.html. [↑](#footnote-ref-21)
22. Fortemente presente na tradição cristã, representando a ressurreição de Cristo, ou ainda, a renovação da vida, mantém a sua importância também para a tradição judaica, aliás, tendo nascido desta. Dentro do judaísmo, o ovo significa a celebração da saída dos judeus do Egito antigo, pondo fim à sua escravidão; a comemoração deste acontecimento recebe o nome de Pessach, do qual se origina a palavra “passagem”. Fonte: http://ensinandodesiao.org.br/artigos-e-estudos/o-verdadeiro-sentido-da-pascoa-pessach/ [↑](#footnote-ref-22)
23. Os etruscos fazem parte de uma civilização antiga que precedeu a romana. Foram um dos povos mais importantes na história, influenciando a arquitetura, os variados ramos artísticos, como a escultura, a pintura, etc. Foram conhecidos também como grandes artesãos, fabricando inúmeros objetos, como jarros, potes, caixas, joias. A menção dos etruscos feita pelo texto pode estar relacionada à origem desse povo que ainda é desconhecida pelos historiadores, pois estes não sabem precisar a sua exata origem. Fonte: https://super.abril.com.br/historia/a-historia-dos-etruscos-a-cultura-que-roma-destruiu/ [↑](#footnote-ref-23)
24. Faz parte do conto *A bela e a fera ou a ferida grande demais*, um dos últimos contos escritos, mesmo que incompleto, pela autora, sendo publicado postumamente em *Últimas histórias* (1979). Segundo Benjamin Moser, um dos biógrafos de Clarice Lispector, o título do livro foi batizado pelo filho da autora, Paulo Gurgel Valente. [↑](#footnote-ref-24)
25. Faz parte de *A imitação da rosa*, integrando o livro *Laços de família* (1960); Moser salienta, a respeito deste livro, que alguns dos seus contos já haviam sido publicados anteriormente a esta data quando a escritora ainda residia fora do país. [↑](#footnote-ref-25)
26. O personagem faz parte do conto “A imitação da rosa”. [↑](#footnote-ref-26)
27. A personagem integra o conto “Obsessão”. [↑](#footnote-ref-27)
28. A personagem integra o conto “Os laços de família”. [↑](#footnote-ref-28)
29. Entretanto, ainda dentro dessa corrente filosófica, há duas ideias que se entrelaçam, ou seja, o ateísmo e o teísmo. Para este último conceito, tem-se a figura de Kierkegaard, relacionando Existencialismo à fé cristã; já para Sartre, tal corrente de pensamento deve partir da ideia de que não há um ser superior, declarando-se, portanto, ateu. [↑](#footnote-ref-29)
30. Para os existencialistas, o futuro é um elemento fundamental para o ser que está no mundo, pois será a partir disso que ele “validará” a sua existência; o termo “projeção”, muito citado entre os filósofos dessa linha de pensamento, é empregado para se referir aos projetos que o indivíduo cria e neles se imagina, por isso o ser se constitui de futuro, sendo que é para este que ele caminha. [↑](#footnote-ref-30)
31. Enquanto personalidade, Laura se revela extremamente metódica com as coisas que faz em sua vida; obediente ao que os outros lhe determinam. No corpo deste conto, podemos constatar como se apresenta, no plano da linguagem, esse comportamento “comedido”, regrado, ao mesmo tempo que nos revela uma característica sua, aliás constatada por ela mesma como extremamente falante. Com os trechos a seguir, evidenciamos a personalidade a que nos referimos a partir da ausência de pontos finais: *Carlota ficaria espantada se soubesse que eles também tinham vida íntima e coisas a não contar, mas ela não contaria, era uma pena não poder contar, Carlota na certa pensava que ela era apenas ordeira e comum e um pouco chata, e se ela era obrigada a tomar cuidado para não importunar os outros com detalhes, com Armando ela às vezes relaxava e era chatinha, o que não tinha importância porque ele fingia que ouvia mas não ouvia tudo o que ela lhe contava, o que não a magoava, ela compreendia perfeitamente bem que suas conversas cansavam um pouquinho uma pessoa, mas era bom poder lhe contar que não encontrara carne mesmo que Armando balançasse a cabeça e não ouvisse, a empregada e ela conversavam muito, na verdade mais ela mesma que a empregada, e ela também tomava cuidado para não cacetear a empregada que às vezes continha a impaciência e ficava um pouco malcriada, a culpa era mesmo sua porque nem sempre ela se fazia respeitar* (LISPECTOR, p. 159) [↑](#footnote-ref-31)
32. Para a personagem do conto “A fuga”, casada há doze anos, o casamento já não lhe traz nenhuma felicidade; por isso, no início do texto ela nos apresenta uma mulher “decidida” a romper com o casamento e, assim, programa uma viagem de navio. No entanto, ao imaginar-se em um hotel caro do Rio de Janeiro, constata que não possui dinheiro para pagar a hospedagem, muito menos a viagem. A sua única saída, portanto, é regressar ao lar e permanecer casada devido a sua dependência financeira. De forma similar, temos no conto “Devaneio e embriaguez duma rapariga”, a mesma insatisfação com o casamento, porém, diferentemente da outra personagem, ela não cogita na separação, mas exime-se de algumas funções domésticas. [↑](#footnote-ref-32)
33. Interessante o modo como a narradora nos coloca a pergunta, opondo-se à ideia de Sartre; pois para este o destino, equivalendo ao futuro, é construído pelo indivíduo, portanto, é necessária primeiramente a existência que o edificará. Aqui, nesta passagem, a narradora se opõe a esta ideia. [↑](#footnote-ref-33)
34. Aqui se prefigura a noção de casamento. Para Maluf e Mott (1998, p. 388), “mais do que estabelecer uma relação conjugal, o casamento visava, ainda, instituir uma união cuja finalidade era não apenas generativa mas a produção de uma prole legítima”. [↑](#footnote-ref-34)
35. Um dos aspectos que implica na culpabilidade feminina está, por exemplo, no que Beauvoir (1967) relata acerca do que representa o aborto às mulheres. Para a autora, mesmo que a mulher o pratique, ela não se vê livre, no entanto, da culpa, justamente porque está em jogo a feminilidade que pesa sobre ela, isso porque a maternidade constitui-se num auge do ser feminino que a fizeram acreditar. [↑](#footnote-ref-35)
36. É o que recaiu, por exemplo, na moda do século vinte, alegando-se que ela desejava igualar os sexos ao possibilitar às mulheres o uso de roupas menos “pomposas” e mais livres. [↑](#footnote-ref-36)
37. *A imitação da rosa* é um exemplo claro, sendo que a personagem Laura é quem tece críticas ao modo de ser e de se vestir de outras mulheres, procurando sempre estar recatada na roupa que usa. [↑](#footnote-ref-37)
38. No conto “Devaneios e embriaguez duma rapariga”, a personagem critica a roupa luxuosa que outra mulher está usando. [↑](#footnote-ref-38)
39. No início do século vinte, através dos estilistas Paul Poiret e Madeleine Vionnet, o espartilho desocupou a preocupação das mulheres, dando aos vestidos uma forma “livre”. O uso excessivo do espartilho as vezes causava deformação óssea, conforme ilustram Maluf e Mott. [↑](#footnote-ref-39)
40. [↑](#footnote-ref-40)
41. De acordo com Rago, o conservadorismo não via com bons olhos a inserção das mulheres no trabalho fora do lar, isso porque, segundo eles, “as mulheres deixariam de ser mães dedicadas e esposas carinhosas [...] além do que um bom número delas deixaria de se interessar pelo casamento e pela maternidade” [↑](#footnote-ref-41)
42. No conto Praça Mauá há uma personagem que trabalha à noite. [↑](#footnote-ref-42)